



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**  
**CURSO DE DOUTORADO**

**DANIELE CRISTINE CAVALCANTI RABELLO**

**COMPREENDENDO AS INTERRELAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE,  
FAMÍLIA E RELIGIÃO NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Recife  
2019

DANIELE CRISTINE CAVALCANTI RABELLO

**COMPREENDENDO AS INTERRELAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE,  
FAMÍLIA E RELIGIÃO NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

**Área de concentração:** Psicologia

**Orientadora:** Profa. Dra. Luciana Leila Fontes Vieira

Recife

2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva CRB4 / 1260

R114c Rabello, Daniele Cristine Cavalcanti.  
Compreendendo as inter-relações entre gênero, sexualidade, família e religião na formação em Psicologia / Daniele Cristine Cavalcanti Rabello. – 2019.  
146 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Leila Fontes Vieira.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Psicologia, Recife, 2019.  
Inclui referências e anexos.

1. Psicologia. 2. Gênero. 3. Sexualidade. 4. Família. 5. Religião. I. Vieira, Luciana Leila Fontes (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-241)

DANIELE CRISTINE CAVALCANTI RABELLO

**COMPREENENDO AS INTERRELAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE,  
FAMÍLIA E RELIGIÃO NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Aprovada em: 25/04/2019

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Leila Fontes Vieira (Orientador/a)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Francisco (Examinador/a Externo/a)  
Universidade Católica de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas (Examinador/a Externo/a)  
Universidade Católica de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla Galvão Adrião (Examinador/a interno/a)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luís Felipe Rios do Nascimento (Examinador/a interno/a)  
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho à/ao (s) minha (s) filha/filho (s) ainda por vir (em), a quem desejo um mundo mais justo. Dedico ainda a todas as mulheres em suas lutas diárias pela existência.

## AGRADECIMENTOS

No movimento do acontecer e do existir da vida, é chegado o fechamento de um ciclo. Muitas foram as alegrias, os aprendizados, também atravessados por angústias, medos e ansiedades, em meio a uma difícil conjuntura política geradora de sofrimento e luta. Neste entremeio da teia do tempo, algumas/alguns foram fundamentais! É arriscado citar nomes porque sempre se correm riscos de não revelar as mãos, mentes e corações presentes de forma indireta. No entanto, é ainda injusto não nomear as/os mais presentes.

Início pelo agradecimento ao alto, como não poderia deixar de ser, em minha constituição, numa relação de transcendência. O Deus que tenho, como Mãe/Pai maior, sempre me dando forças e condições de privilégio que me possibilitaram chegar até aqui. Em paralelo, mãe e pai terrenos que sempre acreditaram em mim desde pequena, sendo grande estímulo para que eu quisesse voar. Com essas duas pessoas, ainda é preciso nomear minhas irmãs que, da nossa maneira, sempre estamos juntas, e que me deram mais motivos para viver, sonhar, crescer e voar – os meus três sobrinhos tão amados.

Ao meu lado diariamente, ouvindo as conquistas, vibrando com elas, fazendo caras quando nas indignações, abraçando nas tristezas, dialogando, discordando tantas vezes, e ainda me instigando com seus questionamentos, aquele que nesses quatro anos conseguiu ser o meu namorado, noivo e marido. Além de amigo e colega enquanto também pesquisador.

Amigas e amigos também estiveram presentes. Mais perto ou mais longe, foram oferecendo suas contribuições, torcendo, respeitando minhas ausências e me afetando da forma mais afetuosa ao dizer da saudade em alguns momentos. Ainda colegas dentro do próprio programa da pós-graduação com quem dividi algumas horas de relevantes discussões, mas também lamentos e dúvidas. Angústias que me foram amparadas no decorrer do processo. Colegas de turma e de lutas por melhores condições na universidade que se tornaram amigas, como Sâmella, Rose, Rebeka, Francis, Giovanna, Mariana, Raíssa. Francis, no seu próprio processo de escrita, ainda se disponibilizou a ler e discutir comigo essa tese.

À minha orientadora, desde o mestrado, que me felicito ao dizer que extrapolamos em muito essa relação, pois, de fato, tornou-se uma grande parceria, uma amizade. A quem desejo todo sucesso e boas energias. Com certeza faremos outras parcerias, sempre em busca de um mundo melhor.

No mesmo sentido da justiça, Karlinha mexeu comigo em suas aulas: trouxe-me inspiração para novas formas de pensamento e de escrita. Posso dizer que a convivência e os

trabalhos com ela realizados me transformaram não apenas numa pesquisadora, mas numa pessoa melhor.

Aproveito para expressar o quão importante para mim foi a forma leve e construtiva como ocorreu minha banca de qualificação, ainda na presença de Jaileila e Cristina. Jaileila que desde as aulas me deixava de queixo caído com sua forma incrível de dominar e compartilhar os conteúdos, pontuando de maneira precisa e delicada as possíveis melhorias em meu trabalho. Cristina, de uma doçura incomum nesses espaços, em que as vaidades são tão acirradas. Vocês também me inspiram pessoal e profissionalmente!

A cada estudante participante da pesquisa, que colaborou com expressa dedicação e vontade de contribuir com a pesquisa e com a Psicologia. Os nossos lanchinhos foram apenas uma expressão simbólica do quanto a leveza pode estar presente em nossas relações, mesmo nos momentos mais densos de uma pesquisa ou de uma luta política. Agradeço por tudo que aprendi com vocês e por estarem presentes nas linhas deste trabalho.

Agradeço à Facepe por ter fomentado a minha pesquisa, permitindo que eu pudesse equilibrar o trabalho como docente e o provimento necessário da vida na dedicação necessário ao processo do doutorado.

Às autoras e aos autores que me permitiram embasar este trabalho. A todas as mulheres que lutaram antes de mim para que eu pudesse estar neste lugar. Que suas lutas e muitas mortes não sejam em vão!

Às minhas e meus estudantes, que ouviram ao longo desses 4 anos, sobretudo as últimas turmas, que eu tinha uma tese para escrever ou para concluir. A compreensão, o apoio, a admiração e a torcida de vocês foi gás para que eu continuasse até o fim!

As pessoas que lutaram ou lutam comigo as batalhas do dia a dia e as diante desta conjuntura política. Vocês fazem eu perceber que vale a pena e que juntas/juntos somos mais fortes. Eu realmente me sinto mais forte!

Às novas colegas de trabalho, que já vibram pelo meu crescimento e felicidade!

Enfim, agradecer por, num percurso de muito trabalho, muitos momentos difíceis, ter tanto a agradecer. Sinto-me de fato privilegiada!

## RESUMO

Neste trabalho, analisamos a formação em Psicologia atravessada pelos marcadores gênero, sexualidade, família e religião e seus desdobramentos para a construção e consolidação do conhecimento científico da Psicologia. Para tanto, buscamos interrogar como as/os discentes do curso de Psicologia da instituição trabalhada manejam as concepções de gênero, sexualidade, família e religião/laicidade; investigar o desdobramento das concepções de gênero, sexualidade, família e religião no curso de Psicologia e realizar uma contribuição teórico-política para a Psicologia. Utilizamos a pesquisa de natureza qualitativa e interventiva, por meio da análise documental do Projeto Pedagógico e o currículo vigente do curso de Psicologia da universidade e oficinas com um grupo de discentes. Nas oficinas ainda buscamos assegurar os objetivos a partir de uma entrevista semiestruturada contendo questões norteadoras, caso estas não houvessem sido trabalhadas ao final de cada encontro. O conteúdo produzido foi submetido à Análise Descritiva das Práticas Discursivas e Não-discursivas. Compreendemos que o curso de Psicologia possui lacunas e potencialidades referentes às temáticas de gênero, sexualidade, família e religião. Refere uma dimensão de posicionamentos políticos-pedagógicos que deixam abertura para falta de apropriação teórica que embase a prática profissional ante a multiplicidade humana, bem como se faz espaço de criticidade com possibilidade de construção de conhecimento desses conteúdos. Objetivamos que o processo da pesquisa e seus resultados possam estar imbricados com a ampliação das discussões e produção de conhecimento acerca da diversidade humana, no que tange ao gênero, à sexualidade, à família e considerando ainda as multiplicidades religiosas. E ainda que este produto se dirija a um repensar as fissuras do curso, de modo a aprimorar a formação no compromisso da Psicologia com as questões sociais.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Família. Religião. Formação em psicologia

## **ABSTRACT**

In this work, we analyze the formation in Psychology crossed by the markers gender, sexuality, family and religion and its unfolding for the construction and consolidation of the scientific knowledge of Psychology. Therefore, we seek to question how the students of the Psychology course of the institution worked manage the conceptions of gender, sexuality, family and religion / secularity; to investigate the unfolding of conceptions of gender, sexuality, family and religion in the Psychology course and to make a theoretical-political contribution to Psychology. We used qualitative and intervention research, through the documentary analysis of the Pedagogical Project and the current curriculum of the university psychology course and workshops with a group of students. In the workshop we still seek to ensure the objectives from a semi-structured interview containing guiding questions, if they had not been worked out at the end of each meeting. The content produced was submitted to Descriptive Analysis of Discursive and Non-Discursive Practices. We understand that the Psychology course has gaps regarding the themes of gender, sexuality, family and religion. It refers to a dimension of political-pedagogical positions that leave openness for lack of theoretical appropriation that encapsulates the professional practice before the human multiplicity, as well as making room for criticality with the possibility of building knowledge of these contents. We aim that the research process and its results may be imbricated with the expansion of the discussions and production of knowledge about human diversity, with regard to gender, sexuality, family and considering the religious multiplicities. And although this product is directed to a rethinking of the fissures of the course, in order to improve the formation in the commitment of the Psychology with the social questions.

Keywords: Gender. Sexuality. Family. Religion. Training in psychology

## RÉSUMÉ

Dans ce travail, nous analysons la formation en psychologie traversée par les marqueurs genre, sexualité, famille et religion et son déroulement pour la construction et la consolidation des connaissances scientifiques en psychologie. Nous cherchons donc à nous interroger sur la manière dont les étudiants du cours de psychologie de l'institution ont travaillé gèrent les conceptions du genre, de la sexualité, de la famille et de la religion / laïcité; étudier le développement des conceptions du genre, de la sexualité, de la famille et de la religion dans le cours de psychologie et apporter une contribution théorico-politique à la psychologie. Nous avons utilisé des recherches qualitatives et d'intervention, à travers l'analyse documentaire du projet pédagogique, le programme actuel du cours de psychologie de l'université et des ateliers avec un groupe d'étudiants. Dans l'atelier, nous cherchons toujours à garantir les objectifs à partir d'un entretien semi-structuré contenant des questions directrices, s'ils n'avaient pas été définis à la fin de chaque réunion. Le contenu produit a été soumis à l'analyse descriptive des pratiques discursives et non discursives. Nous comprenons que le cours de psychologie à l'université présente de lacunes en ce qui concerne les thèmes du genre, de la sexualité, de la famille et de la religion. Il fait référence à une dimension des positions politico-pédagogiques qui laisse ainsi une ouverture au manque d'appropriation théorique qui encapsule la pratique professionnelle avant la multiplicité humaine. Notre objectif est que le processus de recherche et ses résultats soient imbriqués par l'élargissement des discussions et la production de connaissances sur la diversité humaine, en ce qui concerne le genre, la sexualité, la famille et la prise en compte des multiplicités religieuses. Et bien que ce produit vise à repenser les fissures du cours, afin d'améliorer la formation dans l'engagement de la psychologie avec les questions sociales.

Mots-clés: Le Genre. La Sexualité. La Famille. La Religion. Formation en psychologie.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>MARCO TEÓRICO</b>	<b>16</b>
2.1	O CONCEITO DE GÊNERO NA PSICOLOGIA	18
2.2	A SEXUALIDADE E SEUS ENLACES	29
<b>2.2.1</b>	<b>O exame psiquiátrico</b>	<b>30</b>
<b>2.2.2</b>	<b>A anomalia e a sexualidade</b>	<b>31</b>
<b>2.2.3</b>	<b>A sexualidade da criança, a família e o processo de normalização</b>	<b>34</b>
<b>2.2.4</b>	<b>A repressão e incitamento do sexo – Scientia Sexualis e o Biopoder</b>	<b>37</b>
2.3	A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA	39
2.4	A PSICOLOGIA NA ACADEMIA E NO TEMPO	42
2.5	A LAICIDADE, A RELIGIÃO E A PSICOLOGIA	50
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>56</b>
3.1	NATUREZA DA PESQUISA	56
3.2	PARTICIPANTES	57
3.3	INSTRUMENTOS	58
3.4	PROCEDIMENTO DE PRODUÇÃO	61
3.5	PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	62
<b>3.5.1</b>	<b>Análise do Projeto Pedagógico do Curso</b>	<b>63</b>
<b>3.5.2</b>	<b>Análise dos Componentes Curriculares</b>	<b>64</b>
<b>3.5.3</b>	<b>Análise das Oficinas</b>	<b>64</b>
3.6	APROXIMAÇÃO COM O CAMPO	65
<b>4</b>	<b>ANÁLISES REALIZADAS</b>	<b>70</b>
4.1	PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PSICOLOGIA	70
4.2	COMPONENTES CURRICULARES	76
<b>4.2.1</b>	<b>Eixo 1 - Fundamentos epistemológicos e históricos</b>	<b>77</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Eixo 2 – Fundamentos teórico-metodológicos</b>	<b>79</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Eixo 3 – Procedimentos para investigação científica e a prática profissional</b>	<b>82</b>
<b>4.2.4</b>	<b>Eixo 4 – Fenômenos e processos psicológicos</b>	<b>86</b>
<b>4.2.5</b>	<b>Eixo 5 – Interfaces com campos afins do conhecimento</b>	<b>89</b>
<b>4.2.6</b>	<b>Eixo 6 – Práticas profissionais</b>	<b>93</b>
<b>4.2.7</b>	<b>Componentes eletivos do perfil</b>	<b>99</b>
<b>4.2.8</b>	<b>Atividades Complementares</b>	<b>103</b>

4.3	OFICINAS DISCENTES	103
4.3.1	OFICINA DE GÊNERO E SEXUALIDADE	104
4.3.2	OFICINA DE FAMÍLIA	114
4.3.3	OFICINA DE RELIGIÃO	121
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>129</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>136</b>
	<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E</b>	<b>143</b>
	<b>ESCLARECIDO</b>	
	<b>ANEXO B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO</b>	<b>145</b>
	<b>ANEXO C - PERGUNTA DISPARADORA E ROTEIRO-</b>	<b>146</b>
	<b>GUIA DE ENTREVISTA</b>	

## 1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Na atual configuração da Psicologia, as temáticas de Gênero, Sexualidade e Família vêm sendo bastante discutidas, mas ainda apresentam lacunas. Buscando referenciais teóricos, constatamos que uma das brechas existentes refere-se às relações destas com a religião. Considerando que vivemos num país laico por sua Constituição Federal (1988), que prevê a liberdade de crença e práticas religiosas e que a Psicologia deve considerar o respeito às diversas formas de existir, coloca-se como fundamental compreender as inter-relações entre Gênero, Sexualidade, Família e Religião.

Retomamos ainda um caminho percorrido no mestrado, no qual analisamos como famílias, constituídas por casais parentais heterossexuais, reatualizam os sistemas sexo-gênero nas relações com as (os) filhas (os). Investigamos as relações entre família e gênero; problematizando as diversas concepções de gênero, considerando seus impasses e avanços, bem como interrogamos as influências das construções das categorias de homem, mulher, masculino, feminino, ativo e passivo, nas relações familiares.

No referido trabalho, percebemos que os pais e as mães trouxeram, unanimemente, a ideia de ser bom/boa (ética) como a principal questão a ser trabalhada na educação das crianças. No entanto, ao abordarmos sobre os temas da sexualidade e do gênero, ficou bastante demarcada a percepção das formas de existir que lhes precisam ser ensinadas em uma visão naturalizante e binária de ser homem ou mulher. Isso foi percebido apesar de a maioria considerar a possibilidade da/o filha/o ser homossexual (RABELLO & VIEIRA, 2014).

Embora encontremos muitos trabalhos relativos à problemática do gênero e da sexualidade, há uma escassez no que diz respeito às inter-relações entre elas e a religião, sobretudo referente ao processo ensino-aprendizagem na formação em Psicologia. No Programa de pós-graduação em Psicologia da UFPE, encontramos trabalhos que abordam gênero numa relação com família, com a homoparentalidade e com a vida conjugal heterossexual contemporânea; com a questão da violência, da paternidade, do ensino superior de Psicologia e da religião. A ausência foi encontrada também quando nos debruçamos em outros portais como a CAPES e o Google acadêmico.

Além disso, chamou-nos atenção a leitura dos artigos “As psicólogas e a homossexualidade: noções, princípios e exercício profissional” (VIEIRA, HERNÁNDEZ, UZIEL, 2013) e “As psicólogas e as configurações familiares: limites e trânsitos entre ser e estar psicóloga dentro e fora de casa” (UZIEL, HERNÁNDEZ, VIEIRA, 2013) por revelarem

importante interferência entre a religião de algumas das psicólogas ouvidas, especialmente as evangélicas, e o exercício profissional, sobretudo, quando se relaciona à temática da homossexualidade e da homoparentalidade.

Diante desse cenário, objetivamos analisar a formação em Psicologia atravessada pelos marcadores gênero, sexualidade, família e religião e seus desdobramentos para a construção e consolidação do conhecimento científico da Psicologia. Para tanto, buscamos interrogar como as/os discentes do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco manejam as concepções de gênero, sexualidade, família e religião/laicidade; investigar o desdobramento das concepções de gênero, sexualidade, família e religião no curso de Psicologia; realizar uma contribuição teórico-política para a Psicologia.

Destacamos ainda a importância de pensarmos a laicidade nos cursos de Psicologia e nos propusemos a realizar um trabalho que possibilite discussões e fomente diretrizes para políticas públicas na área da educação e da saúde, em seu modo ampliado.

Não podemos deixar de abordar o que ao longo deste trabalho se tornou ainda mais eminente: os riscos da conjuntura política às bases da Psicologia, como Direitos Humanos e especificamente nossas temáticas. Como forma de manipulação e desconstrução das conquistas e da história da Psicologia, o uso da ciência de maneira distorcida, as perseguições a essas bases e a tentativa de enfraquecer um campo já consolidado para se fazer valer interesses políticos são cruciais imperativos para que abordemos temáticas extremamente valorosas quando pensamos em uma ciência da subjetividade.

Há três caminhos, segundo Lionço (2017), para consolidar o projeto hegemônico de manutenção de relações de poder sociais bastante cristalizadas sem que a Psicologia - em sua busca por justiça social ante as formas de existir - as ameace. A primeira é o esfarelamento da cientificidade, gerando dúvidas e lacunas entre a população acerca do crédito deste saber.

Frente a isso, temos vivido uma disputa entre discursos sobre a importância de uma Psicologia política, uma vez que tudo que constrói as vivências humanas permeia modos de subjetivação. Outro discurso apenas aponta esta primeira forma – costurada historicamente pela necessidade de estabelecermos um padrão ético nos fazeres psis – como um caminho não científico, retomando a noção arcaica de ciência como apenas baseada em aspectos duros, experimentais e capazes de serem repetidos à mesma maneira.

No entanto, esta última também é um posicionamento e projeto político que busca esgaçar as outras metodologias, por meio de um engendramento e negação epistemológica da Psicologia, restringindo a subjetividade ao observável e quantificável, tomando sujeito como

ser a-social, a-histórico e apolítico. Ou seja, há uma desumanização das diferenças e padronização do humano.

A segunda estratégia, ligada à primeira, é justamente a negação das diferenças sociais. Ou seja, nega-se a vulnerabilidade das minorias – qualitativamente falando, frente a vivências de maior preconceito, estereótipo e opressão – por meio da afirmação de que somos todos iguais e, por isso, não devemos criar grupos segregadores. Mais uma vez ataca-se a condição social de maneira a invisibilizar existências e sofrimentos marcados pelas questões sociais e, conseqüentemente, a Psicologia não seria campo para o estudo e acolhimento dessas demandas.

A terceira, não menos potente, é a estratégia de usar o signo do “*nome de Deus*” e voltar a antigos projetos de padronização sustentados na família tradicional e na negação de outras formas de vínculos e relações. Esse é um caminho extremamente ardiloso porque se afirma estar defendendo os bons costumes, a moral divina e a vida. No entanto, não se problematiza que a vida acontece de maneiras diversas, que experimentamos e sentimos de formas particulares, subjetivas. Não se leva em conta que a família tradicional se utilizou e ainda se utiliza em grande parte da submissão das mulheres e da exploração sobretudo de outras mulheres para fazerem serviços domésticos, ou seja, pauta-se ainda na opressão de classes sociais e raças, uma vez que ambas estão interligadas.

Portanto, é fundamental o trabalho da Psicologia de se fortalecer enquanto ciência e profissão, que só tem sentido se for para a potencialização das vidas, libertação da existência e justiça social. Por isso, o fazer acadêmico, a produção científica, a escrita são ricos instrumentos de consolidação desta ciência do viver. Em consonância, a promoção da relação deste campo com as políticas públicas - que abrangem a todas e todos, em sua generalização e em suas especificidades de necessidades de cuidado, e ainda com a prática psicológica diretamente - é essencial para configurações de qualidade de vidas, singulares e coletivas.

Nesta tese, essas discussões serão distribuídas da seguinte maneira: inicialmente abordamos um marco teórico para dar conta do conceito de gênero na Psicologia, a sexualidade e seus enlaces, o exame psiquiátrico, a anomalia e a sexualidade, a sexualidade da criança, a família e o processo de normalização, a repressão e incitamento do sexo – *Scientia Sexualis* e o Biopoder, a Psicologia na academia e no tempo e a laicidade, a religião e a Psicologia.

A seguir apresentaremos os caminhos metodológicos que se iniciam com a natureza da Pesquisa, participantes, instrumentos, procedimento de pesquisa e finalizam com o procedimento de análise. Abordamos as análises realizadas e suas compreensões acerca das lacunas e aprimoramentos possíveis para o fortalecimento da Psicologia em seu processo de formação. Traçaremos, ainda, as considerações finais, com um aporte sobre algumas vivências

e implicações com o trabalho realizado. Apontamos então as referências utilizadas, fundamentais para todo processo de pensar e escrever. Por fim, para uma maior explicitação encontram-se os anexos com documentos utilizados para operacionalização da pesquisa.

## 2 MARCO TEÓRICO

Partindo do campo da Psicologia, enquanto ciência e profissão, como afirma o seu Conselho Federal, compreendemos que em qualquer de suas subáreas cabe um olhar social para o sujeito, a pessoa e seu coletivo. Desta maneira, é crucial também levantarmos uma implicação de olhar para marcadores e sociedade, ou seja, trata-se de uma necessidade a base nos Direitos Humanos para uma Psicologia implicada com o coletivo. Em 2006, foi realizado nesta cidade o III Seminário de Psicologia e Direitos Humanos, pelo Conselho Regional (02), com o propósito de consolidação deste projeto político da Psicologia enquanto ciência e profissão. Com o mote “Direitos Humanos pra quem? ”, vários temas foram discutidos ligados aos DH’s, dentre eles Gênero, Sexualidade e Diversidade.

Marcus Vinícius Oliveira<sup>1</sup> problematiza no primeiro texto da publicação, fruto deste evento, acerca de uma concepção elitista da nossa sociedade que realiza uma divisão entre sujeitos apazíveis e desprezíveis. Os primeiros seriam valorizados por suas condições econômico-sociais, culturais, estéticas e intelectuais. Os segundos não deveriam ser considerados sujeitos, dada a oposição que vivem estas condições (2007). Acrescentaríamos aqui outros marcadores como sexualidade, gênero e religião a serem ponderados nesta inter-relação.

O conceito de desprezíveis nos remete ao de abjeto de Julia Kristeva, que refere a necessidade de expulsar ou negar corpos, pois apenas assim outras identidades – os apazíveis para Marcus Vinícius – podem parecer íntegras. É desta maneira que se constrói identidades por meio da exclusão daquilo que ameaça limites do social e da singularidade. Trata-se de uma operação psíquica que se dá numa dimensão política. Para que os grupos, com seus corpos passíveis de vidas que importam, sustentem suas vidas frágeis e suas identidades enganosas,

---

<sup>1</sup> O psicólogo foi vice-presidente do CFP, tendo sido assassinado na Bahia, município de Pirajuíá, distrito de Jaguaripe, em 4 de fevereiro de 2016. Era militante dos Direitos Humanos, em defesa das populações mais vulneráveis. Até hoje não houve um desfecho do caso e o CFP sempre o lembra por suas lutas e dedicação, como é possível acompanhar na página e eventos deste órgão. Tive a satisfação de ter aulas com Marcus Vinícius em parte de uma disciplina na especialização que cursei na Faculdade Frassinetti do Recife – Fafire, em que pude desfrutar de seu saber e simpatia, abordando de forma apaixonada e concisa sobre a importância da liberdade das pessoas, ocasião em que se dedicava a falar sobre o ideal antimanicomial. Lembro-me até hoje do exemplo que ele deu ao referir o desencarceramento de pessoas entendidas como loucas com histórias asilares de muito sofrimento e privações. Ele afirmou algo como: se o cara passou 20 anos institucionalizado e, ao sair, ele puder dar uns bons beijos, todo o processo já terá valido a pena. Incrível exemplo em que ele refletia sobre a experiência do viver, do usufruir da liberdade, do prazer, e não do status, posses ou grandes feitos para a sociedade. A grandiosidade em sua visão estava justamente no viver cotidianamente a existência, condição que lhe foi indignamente tolhida.

torna-se necessário que expulsem e neguem os grupos com seus corpos abjetos (PORTO, 2016, p.161).

Para Butler (2009/2015), as regras sociais, pautadas na lógica do abjeto, definem as vidas que importam e devem ser vividas e as que não possuem valor e não são vivíveis. Abjeto guarda uma relação com a negação do sujeito, sendo ainda assim ele fundamental para a demarcação das regras e da existência de outros sujeitos valorizados. Neste ínterim, é preciso demarcar as fronteiras impalpáveis e circunscritas do abjeto para a sociedade, sob o signo do expurgo e do domínio. Assim, temos um imaginário social de identidades coesas, de regras que protegem uma dada ordem. Esta relação implica diretamente nos Direitos Humanos.

Marcus nos relembra o nascimento dos DH's quando da disseminação do conceito de igualdade, pelo interesse da burguesia em questionar os privilégios da aristocracia. Para usufruir também de direitos, esta classe emergente viu-se obrigada em suas reivindicações a estendê-los ao proletariado. Afirma ainda que o principal direito se dirigia à propriedade privada e que

tudo pode ser convertido em produto nessa sociedade capitalista, e, portanto, o próprio discurso dos direitos humanos também corre esse risco, corre o risco de virar uma água rala, uma tinta fraca que vem esmaecer o programa da crítica. Que vem limitar exatamente aquilo que é ponto essencial e nós não podemos perder de vista: direitos humanos como um recurso analítico, direitos humanos que servem para analisar as relações instituídas, em que existe a desmesura do poder, em que poderes se exercem sem limites, poderes de homens, instituições, grupos, etnias, religiões, entre outros. A desmesura do poder não é exclusiva do Estado, ainda que o Estado, como detentor hegemônico da violência, seja o principal patrocinador, muitas vezes, da violação dos direitos humanos, por mais contraditório que seja, sobretudo em países periféricos como o nosso, pois o Estado se configura como um dos principais violadores. Mas a desmesura não é exclusivamente a desmesura do Estado, ela é de uma comunidade que assassina homossexuais e travestis por uma homofobia arraigada culturalmente ou por uma sociedade que mantém sistematicamente a prática de agredir violentamente as mulheres que se insurjam contra a opinião dos seus cônjuges (p. 31-32).

Neste sentido, corroboramos com a afirmação de Maria Aparecida Fernandez (2007) de que o Brasil enquanto sociedade foi estabelecido sob a égide do patriarcado, da branquitude, do capitalismo, dos dogmas judaico-cristãos e da heteronormatividade. Desta forma, o poder é exercido pelas categorias de gênero, raça, classe e credo, ditando a estruturação social. É assim que se dá o controle da moral, condicionando o gênero, regulando a sexualidade e os corpos.

Vimos agora esta guerra política estabelecida em nosso país que não passa desta desmesura do poder e da estrutura montada para nossas vivências em sociedade. De um lado aquelas e aqueles que lutam, acreditam ou ao menos refletem sobre os DH's. De outro, quem não admite a ameaça fantasiosa à propriedade privada, e a necessidade de manutenção do tradicional para garantir a continuidade dos humanos apazíveis, com destaque, e seres desprezíveis com demérito que coloca na condição de subserviência, útil aos primeiros.

Não se trata assim de lado A e lado B de forma partidária, o que seria muito simplista de observar caindo na falácia dos erros cometidos e alguns mais minuciosamente mensurados, interesseiramente podemos supor. Não se trata meramente de direita e esquerda no país, nem apenas de fascismo e antifascismo de representantes políticos, como foi tão discutido na eleição presidencial de 2018, no Brasil. Tudo isso seria muito pequeno para afirmar contundentemente. E nem se trata apenas de Brasil, embora seja também interessante analisar mais de perto o que nos acometeu no processo deste ano, sendo bastante representativo desta problematização. Revela, sim, o caráter dominador – e aí podemos nomear por fascismo, nosso de cada dia – das práticas cotidianas de opressão das populações mais vulneráveis, que desembocam nos espaços macro e micro de governabilidade das vidas. E, assim, ditam-se regras para o funcionamento geral da sociedade, mas também para as nossas expressões individuais, nossas formas de ser diárias.

Na pauta da Psicologia, que acreditamos como base sua consideração da multiplicidade humana e busca pela compreensão das subjetividades para com elas lidar de forma libertadora, esta sociedade aparece como extremamente necessária de ser repensada. No entanto, entendemos que a própria Psicologia também se coloca como disciplina e se forma no bojo destas demarcações.

Neste ínterim, implicamo-nos na busca por melhores compreensões desta teia que se enreda entre Gênero, Sexualidade, Família, Religião e Psicologia. Vários são os questionamentos que pretendemos problematizar ao longo deste trabalho.

## **2.1 O conceito de Gênero na Psicologia**

Compreendendo gênero como marcador que nos constitui, optamos por partir deste conceito em nosso estudo. Entendemos que gênero foi tomado pelo capitalismo como produto e é a partir dele que se dá o primeiro disciplinamento, condicionando-nos. É um ordenamento cotidiano que relaciona a mulher e a sexualidade como instrumentos da reprodução, a se expressar no privado. A sexualidade constrói-se com a funcionalidade de manutenção e reprodução da espécie, em que as mulheres são associadas a uma destinação divina com o ‘dom’ de ser mãe, por imposição e naturalização. A partir das destinações do gênero da mulher/feminino, nega-se a dimensão pública e social da sexualidade enquanto relação humana e sua subjetividade. Para o homem, por outro lado, é garantida esta dimensão pública, como sendo própria de sua natureza de macho a banalização dos afetos (FERNANDEZ, 2007).

Esta estruturação da sociedade normaliza homens e mulheres de tal forma que aquelas/aqueles que não se adequam ao ordenamento são os seres desprezíveis. A autora

considera que neste contexto a maior arma de sustentação da marginalização de sujeitos é o dogma religioso, pois relaciona-os como pecadores de maneira incontestável. “Uma força tão poderosa que se imprime na identidade da pessoa, que logo se vê exposta aos julgamentos sociais simbolicamente tal qual nos tempos da inquisição” (2007, p. 86).

Não universal, gênero nos remete a um ensaio, assim como a própria vida, em que vivemos ensaiando. Preferimos o gerúndio porque o viver é processual, é um devir de apropriação de si, das relações e do mundo, numa teia, correndo o risco de não se fazer como planejada uma coreografia, mas apenas como a entendemos, sentimos e aquilo que se nos torna possível; uma coreografia não é dançada da mesma forma por uma segunda pessoa, sequer numa segunda apresentação pela mesma persona, nem a vida é vivida da mesma maneira.

Para Butler (BUTLER, 2010/2003), gênero é fluido e performático, desestabiliza noções de natural e artificial, interno e externo. Neste sentido, é constituído e constitui-se, incessantemente, a partir das próprias expressões de si e dos efeitos das instituições e práticas de poder que ocorrem de forma tática nos discursos da sociedade. Não remete a categorias universais, mesmo sendo atravessado por legitimações sociais, numa lógica que se pauta no falocentrismo e na heterossexualidade compulsória.

A ideia de performatividade de gênero é defendida por Butler como a alteração na repetição de nossos atos; remete aos deslocamentos possíveis nas expressões de si, que nos subjetivam incessantemente e não nos constituem de maneira universal. O gênero estaria ainda vulnerável à linguagem, que nos constitui, em suas formas ambíguas, onde as redes de relações visuais, discursivas e táteis, produzem nossos corpos. Este conceito desestabiliza o falocentrismo, calcado na ideia de superioridade masculina da espécie como valor fundamental, uma vez que aponta sua historicidade e possibilidades de subversão. O falocentrismo está ligado à heterossexualidade compulsória - conceito que Butler afirma ter se utilizado a partir das ideias de Monique Wittig. Em “Problemas de Gênero”, Butler nos explicita as ideias da autora de que a heterossexualidade é um contrato social do qual participamos, pactuando-a como uma norma. Neste sentido, esta lógica cimenta a obrigação dos desejos e práticas heterossexuais como a única forma de existir, já que define papéis fixos para o homem e para a mulher, numa ideia de completude. Mais uma vez fica explícito que a noção de performatividade rompe com o tradicional ao apontar uma não-universalidade humana (BUTLER, 2010/2003).

Tal fluidez nos leva à ideia de que a compreensão do conceito que podemos apresentar é única, pois abrange esta relação incessante que considera as próprias experiências no ensaio de gênero, de ser quem somos, ou quem vamos sendo. Ainda assim, acreditamos em poder

compartilhar nossos entendimentos de forma que acessemos nossas próprias experiências de constituição e dançemos juntas/juntos este ensaio.

Para falar de experiência, convidamos Joan Scott (2005), que a define com base nas vivências contextualizadas dos sujeitos refletindo a respeito das condições nas quais se constituíram e constituem. Nesse sentido, a noção de diferença também é constituinte, então

precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. (...) Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz (p. 5).

Além do mais, a autora nos chama a atenção que a categoria experiência tanto afeta o objeto como a pessoa que investiga e busca o conhecimento. Desta forma, faz-se importante declarar-me implicada no estudo, uma vez que necessariamente estou imersa na relação discursiva com o objeto e os contextos envolvidos, enquanto mulher, em minha concepção de sê-la por meio das minhas próprias experiências. Tal concepção faz refletir sobre nossas relações de aproximação com a área de gênero e sexualidade nos estudos do mestrado e subsequentes e minha relação com o curso de Psicologia. Nesta direção, sinto necessidade de me localizar como posicionamento. Mulher adulta, branca, classe média, heterossexual, psicóloga social e clínica, docente, tendo me graduado, realizado mestrado e agora doutorado na Universidade Federal de Pernambuco. Esta experiência de vida, com seus privilégios, vem se construindo desde muito cedo, também em vivências de ordens mais pessoais, pautada num olhar para as questões sociais, sempre lidando com as ditas minorias (pobres, negras, LGBTQI+, mulheres, etc.), que já chamavam atenção desde a infância e os trabalhos começaram a se concretizar de forma voluntária na adolescência.

Reconhecemos nossos privilégios, entendendo que as minorias sofrem injustiças sociais, que se referem às condições desiguais dadas a algumas pessoas de forma que elas tenham menos possibilidades de acesso a serviços e bens, bem como recebam tratamentos estigmatizantes e preconceituosos. Nesse sentido trabalhamos de forma a combater e diminuir tal cenário. Fine, em entrevista a Karla Adrião (2015), relaciona a justiça social com valores de solidariedade, democracia, (in)justiça social e ativismo comunitário. Esses valores são mobilizantes para mim nas relações pessoais e profissionais, demarcando a busca de maiores aprofundamentos científicos e práticas éticas na Psicologia.

Foi assim que acordamos no mestrado a proposta de estudar gênero, refletindo a falha da graduação e, em geral, na forma como foram tratadas as questões sociais. Isto nos abre para uma série de perguntas e nos vemos ensaiando gênero, almejando uma base mais justa e elaborada para pensar e trabalhar com gente.

Assim, entendemos gênero como ensaio, a partir de Azeredo (2010), que o percebe como encrenca, pois não há possibilidade de definição de categorias fixas, nem mesmo de um entendimento estático que não leve em conta a noção de experiência de quem o compreende ou tenta definir. Gênero não pode ser uma categoria universal, pois engendraria as diferenças, sendo estas últimas o que nos torna humanas/humanos.

Para Butler (2010/2006), gênero é o aparato onde se tem lugar a produção de masculino e feminino, bem como as permutações que vão além da lógica binária. É a partir dele que se produzem e naturalizam esta lógica e seu funcionamento enquanto norma, e, ao mesmo tempo, esta forma de pensabilidade se desconstrói e desnaturaliza; sendo, portanto, uma definição incompleta por excelência.

Azeredo considera a encrenca pensando especialmente a Psicologia, enquanto disciplina, uma vez que o conceito tem uma complexidade que só consegue resistir à domesticação acadêmica num discurso inter e pós-disciplinar, ou para além das disciplinas. Baseada em Butler, afirma ainda que não é suficiente pensar gênero a partir de relações de poder, mas refletir acerca do sujeito que emerge em condições demarcadas por relações generificadas. Elas propõem pensar em materialização, ao invés de construção, a partir dos processos que buscam estabilizar o gênero de forma material, refletindo sobre os efeitos produtivos e de regulação. Ou seja, é preciso pensar que normas reguladoras materializam o sexo num imperativo heterossexual que intenciona fixar sexo e gênero. “Em outras palavras, para se estudar efetivamente gênero, é preciso considerar os processos de subjetivação que nos constituem e também levar em conta o político, e este tem sido um ponto cego nas teorizações em psicologia” (p. 185).

Localizamos nossos estudos na Psicologia, tomando por base autoras (es) também de outras áreas, reconhecendo este saber como híbrido, como uma riqueza, mas sempre pensando em gente e no processo da gente. Acreditamos numa Psicologia que, com base nas questões sociais, seja capaz de promover mais justiça social. Fine (1995), a partir de um viés feminista<sup>2</sup> que considera categorias de constituição, como o gênero, aponta que nesta forma de pensar na Psicologia, existimos nas margens e entre poucas (os). Ela afirma que há vários espaços para se fazer a Psicologia, do tradicional à feminista, que rompeu com a disciplina, ao menos no método, teoria, política e ativismo. Esta última – não sendo reconhecida por este nome no

---

<sup>2</sup> Neste texto a autora não deixa elucidada sua definição de feminismo, apenas apontando como forma metodológica não tradicional. No entanto, adotamos um viés feminista pós-estruturalista que subverte a lógica falocêntrica, desfazendo a ideia da superioridade entre os sexos e gêneros; pois, resumidamente, o pós-estruturalismo não trabalha com estruturas fixas e se pauta na ideia de fluidez, relações e devires em tudo o que se enreda com o humano.

Brasil, mas considerando-a em seu fazer - refere-se a considerar as questões sociais, tendo destaque as assimetrias nas relações de gênero e seus entrançamentos com outros aspectos, como sexo, raça/etnia, classe, geração, território, deficiência ou não, contexto social; aponta a necessidade de compor na análise o contexto e a história das/dos envolvidas/os. Pois, estas (e outras) são as condições que nos constituem, dão e retiram possibilidades de atuações e expressões, inclusive de gênero.

Esta concepção de justiça social remete ainda a pensar que atualmente estamos realizando estudos numa situação de golpe à democracia<sup>3</sup>, onde os interesses hegemônicos se colocam de forma intensa e por vias políticas e do sistema jurídico que está apoiando este golpe. Nossos estudos estão ameaçados, uma vez que há vários projetos de lei que buscam impedir que os façamos, ainda que se fale sobre tais assuntos em quaisquer espaços de educação. É um momento de ações coercitivas que tentam burlar, esconder e assassinar (sim, porque pessoas fora da norma são violentadas e mortas cotidianamente) as diferenças, reiterando padrões normatizados de existência. Consideramos importante apontar ainda que esta conjuntura se desenha pelo globo atualmente, com macros e micros projetos de dominação.

Neste cenário político aterrorizador destacamos, no Brasil a vertente da “ideologia de gênero” e o movimento denominado “Escola sem Partido”. A primeira refere-se ao que vem sendo pregado por um perigoso movimento religioso que vem ocorrendo nos diversos espaços da política, afirmando uma ameaça ao modelo tradicional de família e ao sexo biológico. Com este argumento, câmaras de vereadores e assembleias legislativas estão intervindo nas políticas públicas, contra todas as ações que pautam o respeito às diferenças e a proteção da diversidade, ferindo gravemente o caráter da laicidade previsto na nossa Constituição. Vale salientar que esse movimento se baseia nas decisões em instância federal que admitiram que no plano nacional fossem retiradas quaisquer questões com relação a gênero, apenas permitindo direcionamentos gerais contra o preconceito e discriminação (BRASIL, 2014). Desta maneira,

para além de sonegar reconhecimento à riqueza de experiências humanas, essa visão conservadora comete outro equívoco, que é desqualificar a discussão sobre gênero e sexualidade como “ideológica” e, portanto, imprestável. No debate democrático, “ideológico” não é adjetivo pertinente para desqualificar uma posição política. Independentemente da definição adotada, em linhas básicas, ideologia remete a um conjunto de ideias e valores que pautam o pensar e o agir de indivíduos e grupos na

---

<sup>3</sup> No ano de 2016, quando esta pesquisa já estava sendo realizada, vivemos no Brasil um processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que me recuso a nomear desta forma, dado seu caráter de ilegalidade, misoginia e ditatorialidade, portanto nomeando-o, junto à parte do povo brasileiro que assim também compreende, de golpe. Em 2018, como continuidade deste processo, tivemos as eleições presidenciais mais polêmicas da história do país, envolvendo uma série de processos conturbados em campanhas com base em Fake News, em sua maioria ligadas justamente a bases de conteúdos relativos a questões de gênero e sexualidade, que mobilizaram uma grande parcela da população, em detrimento dos ideais de liberdade de expressão das existências.

sociedade, a partir de seus interesses e lugares. Assim, tão “ideológica” quanto a “ideologia de gênero” é a “ideologia anti-gênero” (QUINALHA, 2015, s/p.).

Nesse bojo, a “Escola sem Partido” trata-se de um movimento idealizado pelo advogado Miguel Nagib, que tomou força em 2015, afirmando sua contrariedade ao que chamam “doutrinação de gênero”. Alegando representar pais e estudantes que visam coibir juridicamente qualquer discussão sobre diversidade e suas relações com as construções sociais nas salas de aulas brasileiras, busca fortalecer uma visão biologizante e conservadora dos indivíduos e das famílias e imprime um tom policalesco sobre a condição de trabalho de professor (a) (MORENO, TENENTE & FAJARDO, 2016).

Agora, no primeiro de janeiro de 2019, as minorias LGBTQI+ foram retiradas das políticas e diretrizes dos Direitos Humanos do país por meio da Medida Provisória no. 870/2019, assinada pelo então presidente eleito Jair Bolsonaro. A MP define as mudanças ministeriais, em que incorre na existência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a cargo da pastora Damares Alves, já envolvida em diversas polêmicas<sup>4</sup>.

Tal ministério ficou definido nos artigos 43 e 44. O 43 explicita a área de competência ministerial e o 44 expõe a sua estrutura básica, como podemos ver:

- I - políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, incluídos:
  - a) direitos da mulher;
  - b) direitos da família;
  - c) direitos da criança e do adolescente;
  - d) direitos da juventude;
  - e) direitos do idoso;
  - f) direitos da pessoa com deficiência;
  - g) direitos da população negra;
  - h) direitos das minorias étnicas e sociais; e
  - i) direitos do índio, inclusive no acompanhamento das ações de saúde desenvolvidas em prol das comunidades indígenas, sem prejuízo das competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- II - articulação de iniciativas e apoio a projetos destinados à proteção e à promoção dos direitos humanos, com respeito aos fundamentos constitucionais do Estado de Direito;
- III - exercício da função de ouvidoria nacional em assuntos relativos aos direitos humanos;
- IV - políticas de promoção do reconhecimento e da valorização da dignidade da pessoa humana em sua integralidade; e
- V - combate a todas as formas de violência, preconceito, discriminação e intolerância.

---

<sup>4</sup> A pastora realizou afirmações polêmicas que foram bastante criticadas. A primeira ao afirmar que teria visto Jesus subindo num pé de goiaba em sua infância, quando lhe pedia para não subir pois ele cairia. Posteriormente, afirmou que “menino veste azul e menina veste rosa”, comemorando em seguida. Posteriormente disse que se tratava de uma metáfora. Várias foram as postagens nas redes sociais com essas cores. Retomei a lembrança de minha dissertação de mestrado, nomeada Meu/minha filho (a), o Danoninho de morango e o quarto azul/rosa, que representava uma crítica e expressão das normas de gênero que buscam materializar o sistema sexo-gênero para as crianças desde que elas passam a existir. Ouso aqui abrir mão de referenciar esses fatos pois que se trataram de experiências para além de qualquer fonte de informação, extrapolando para as relações, redes sociais, reflexões e mobilizações internas. Além disso, atingiu toda a sociedade brasileira, independente de posição política, em que se tornaram fatos difundidos.

Art. 44. Integram a estrutura básica do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:

- I - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres;
- II - Secretaria Nacional da Família;
- III - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - Secretaria Nacional da Juventude;
- V - Secretaria Nacional de Proteção Global;
- VI - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- VII - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- VIII - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
- IX - o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- X - o Conselho Nacional dos Direitos Humanos;
- XI - o Conselho Nacional de Combate à Discriminação;
- XII - o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- XIII - o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- XIV - o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa;
- XV - o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;
- XVI - o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;
- XVII - o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- XVIII - o Conselho Nacional de Política Indigenista;
- XIX - o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
- XX - o Conselho Nacional da Juventude.

Percebemos que, de fato, a promoção dos Direitos Humanos às pessoas LGBTQI+, que antes eram citadas nas estruturas da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, foi excluída a partir desta MP. É possível, sobretudo pelas críticas sociais realizadas, que pastas específicas ainda venham a incluir esta população na execução de ações governamentais, porém já não se faz mais presente como áreas de atuação ou diretriz básica dos DH's. Aqui me percebo neste trabalho e no fazer mais uma vez como lugar de resistência, em busca de justiça social para as minorias, na necessidade de afirmar a gravidade desta medida e das possibilidades de seus desdobramentos, de forma bastante preocupante.

Em suma, por me ver neste trabalho e eterno devir da compreensão de gênero, que também me reconstrói incessantemente, afirmo estar “Ensaio de Gênero”. Por entendê-lo como ensaio da vida, daquilo que tomo hoje por gênero na construção atual e que se abre para outras. Ensaio porque cada vez que se ensaia algo, apropria-se dele. A partir da experiência de ensaiar tomo este trabalho por um ensaio do momento do doutorado e neste momento histórico que vivemos, que me reconstrói mais uma vez enquanto mulher, numa posição feminista<sup>5</sup>, certa de

---

<sup>5</sup> Foi ainda junto à disciplina Teorias feministas e de gênero, no terceiro semestre de curso do doutorado na UFPE que, com outras mulheres, construímos o movimento A universidade é pública, meu corpo não (com a #auniversidadeepublicameucorponao), no final de abril de 2016, para pensar sobre a segurança das mulheres na universidade, onde vem ocorrendo vários assédios. Este movimento pautou junto à reitoria, coletivos e mulheres, as necessidades das mulheres, com suas especificidades, buscando garantir uma política de segurança das mulheres cis – aquelas que não vivem diferenças entre o sexo biológico que nasceram e seu gênero - e trans – aquelas que vivem tais diferenças - da universidade. E foi assim que passei a nomear o que já reconhecia e se fortaleceu, afirmando-me enquanto feminista, também como um ensaio, diante do ensaio de gênero.

continuar sempre ensaiando o gênero. Com tudo isso, ainda mudo a forma de escrita, mais localizada e enquanto experiência, num processo que passa pelo corpo, compreensões, gênero, escrita e ensaio de mim.

Demarcamos um olhar para uma Psicologia que se constitui historicamente, numa visão de sujeito cultural e de relação, incluindo a própria pesquisadora que esteve o tempo todo imersa nesta vertente para se aproximar do objeto, fazendo parte dele. Desta forma, o que foi estudado está carregado de pessoalidade, da qual faz parte a demarcação de que óculos utilizamos como critério de objetividade, como considera Haraway (1995/1988).

Ressaltamos assim que o conceito de gênero foi escolhido como objeto de estudo da Psicologia diante de suas preocupações e visibilidade atual, como uma temática que necessita de muitas discussões e compreensões nas relações e expressões humanas.

No entanto, embora esteja bastante elucidada a expressividade do conceito na contemporaneidade, remete-nos a tempos mais remotos e a outro saber que influenciou a Psicologia. Trata-se de como a psiquiatria lidou e demarcou o gênero a partir do sexo.

O século XVIII foi uma época de disputa entre estados emergentes, organização das cidades, expansão colonial e industrialização. Neste cenário, o sexo e sexualidade foram importantes dispositivos criados para justificar a divisão das pessoas em homens e mulheres, com papéis correspondentes, de forma a garantir uma população qualificada ao desenvolvimento destes processos ocorrentes, vista como mão de obra e, conseqüentemente, índice de riqueza (FOUCAULT, 1994/1976).

É nesta definição de papéis que, segundo o autor, a mulher terá seu corpo histericizado, com a finalidade de preservação da vida e estará no centro das discussões médico-filosóficas. Corpo impregnado de sexualidade frágil e patológica que o torna objeto da psiquiatria. Com base em Foucault (1994/1976), Rabello e Vieira (2014) afirmam que “é aí que a mulher ganha posição de destaque social, como figura ímpar de inserção das ordens/normas médicas no lar, que se higieniza e se disciplinariza” (p. 43).

Laqueur (2001) demonstra que o mundo viveu o modelo do sexo único, em que não havia uma distinção demarcada do corpo da mulher. Ela era vista como um homem imperfeito com o corpo correspondente a ele, mas por uma falta de calor vital seus órgãos não conseguiram ser projetados para fora. Este modelo por sua vez já reservava um lugar de menor valor às mulheres.

Com a Revolução Francesa, no século XVIII, e seus ideais – liberdade, igualdade e fraternidade –, há uma problematização acerca deste corpo que não possui um lugar de

igualdade, uma vez que é tomado por menor, imperfeito. Neste período então, passa-se a ter a mulher num lugar de destaque com a proposta de discutir o seu lugar de rebaixamento.

Desta forma, foi necessário instituir o modelo dos dois sexos para justificar a inferioridade da mulher. Tal legitimação de sexo imperfeito foi cunhada com bases na biologia, justificando com fortes argumentos fisiológicos a condição de fragilidade feminina, que se dirigiu e colou a papéis sociais, que mais tarde iriam delinear o que viria a se conceber como o conceito de gênero, alinhado ao sexo (LAQUEUR, 2001).

Assim, temos então o fundamento epistemológico para o pensamento binário que constitui o conceito de gênero com definições de essências masculinas: ser ativo, provedor, da cultura e do espaço público, masculino (forte, viril e dominador) e femininas: ser passivo, do espaço privado, feminino (frágil e dependente), responsável pelo lar e pela família. Desta forma, estariam ainda definidas as relações entre os gêneros (e sexos) em busca da completude para lidar com o espaço público e privado e com a demanda de cuidados e sustento das famílias, o que irá caracterizar as relações normais como heterossexuais, normativamente.

No século seguinte, o meio científico, de forma interessada e controladora, com base numa moral normalizada e normatizada pela medicina, produz intensamente a Ciência Sexual como saber dominante, como verdade, conduzindo uma higienização social. As formas de existir que diferissem dos papéis pré-estabelecidos para homens e mulheres estavam travestidas de perigos até a morte; o que é oposição subverte e ameaça a norma. Neste sentido, é o discurso que vai costurando a teia em que os indivíduos deverão estar presos na sociedade, bem como os silêncios possuem função polivalente e tática, cheios de elementos e estratégias, produzindo legitimidade e naturalidade. Os efeitos de dominação desta produção, embora globais, não são estáveis e se caracterizam por relações de força, numa ordem política de poder ocidental (FOUCAULT, 1994/1976).

A Psicologia, com excelência em questionar e ouvir o outro e suas condições, a partir das técnicas de entrevista e escuta clínica, fez parte das Ciências Sexuais, exercendo controle e formatações coercitivas a serviço dos racismos dos Estados. Novamente percebemos aqui a dimensão política interessada como base dos fazeres, tantas vezes ignoradas. Esta concepção retoma a crítica de Azeredo quanto à necessidade da discussão política no campo psi.

Com o cenário atual que estamos vivendo no país, com ameaças direcionadas à ciência da Psicologia, corroboramos que não há Psicologia que não seja social uma vez que é nos contextos que se constituem as subjetividades. É por consequência e excelência então que esta ciência e profissão carrega a dimensão do político em sua teia de construção, o que difere bastante de qualquer condição de fazeres interessados de formas particulares; a dimensão

política ética consiste justamente em direcionar-se para as coletividades, considerando suas especificidades de cuidado e atenção.

No Brasil, sobretudo na década de 70 em que surgiram muitos movimentos sociais, distanciadas deles as práticas psicológicas e psicanalíticas assumiram um lugar de destaque. As práticas psis fortaleceram modelos hegemônicos de intimismo, psicologismo e familiarismo como padrões universais. Pautaram o estabelecimento das categorias de drogado e subversivo utilizadas pela ditadura militar. Este último nos interessa aqui na compreensão de que foi tratado por antissocial, contra a família, a religião, a moral e a civilização. Foram traçados pelos profissionais psis perfis psicológicos, concluindo que os jovens subversivos tinham problemas originados da separação de pais e desajustes. Esses jovens militantes assim foram taxados como “doentes mentais, desadaptados, carentes e desestruturados, aliando à dor de suas mortes e desaparecimentos [...] a desqualificação dos projetos, sonhos e utopias que acalentavam” (COIMBRA, 2007, p. 41).

É preciso considerar que o termo gênero foi introduzido nos Estados Unidos pela Psicologia e Sexologia, na década de 1950. Tal situação se deu quando a medicina rejeitou as operações de mudança de sexo e passaram a existir as primeiras clínicas de gênero, bem como gradualmente foi se mudando ainda a posição sobre a transexualidade e intersexualidade por alguns psicanalistas e sexólogos, que passaram a adotar o termo para fazer distinção entre o sexo social e o sexo anatômico. Desta forma, buscava-se solucionar as dificuldades de correspondência entre a biologia de nascimento e a identidade sexual ou sua orientação, entre intersexos, transexuais e homossexuais (STOLCKE, 2004).

A autora afirma que há uma oscilação entre os debates de gênero, que vão do essencialismo às ideias de plasticidade infinita da espécie humana, comparando às dicotomias objetividade/relativismo, cultura/natureza, criatividade humana/leis universais da natureza. Pondera que os posicionamentos assumidos são sempre políticos, pois o que se está em questão é o poder. Desta forma, podemos entender que gênero é um campo em disputa, que se dirige a interesses.

Compreendemos assim que o conceito ainda é bastante utilizado a serviço do Estado e dos interesses políticos. Portanto, demarcamos um olhar ao termo que adota uma outra vertente da Psicologia, como um objeto desta ciência, uma forma de compreender o humano, como certa medida de personalidade, no direcionamento para uma visão mais ampla, mais profunda e ao mesmo tempo menos fixa e concreta diante da multiplicidade humana. Utilizamos gênero assim como categoria de análise, numa vertente política de compreensão e construção de conhecimento.

Estamos aqui nos baseando numa postura feminista que reconhece que “o pessoal é político”. Partimos da ideia de “conhecimento situado”, em que o fazer científico parte de um lugar, de uma visão de mundo e do objeto de estudo, como afirma Haraway (1988/1995). Stolcke (2004) aborda a importância das lutas das mulheres e o papel das feministas da segunda onda do feminismo (iniciando nos anos 1960) neste sentido:

La lucha política organizada contra la discriminación de las mujeres en el mercado de trabajo, su opresión sexual, planteó desafíos teóricos. Mientras que las feministas proclamábamos y practicábamos “lo personal es político”, las académicas del movimiento desafiaron el “poder androcéntrico del saber” desmitificando lo que Foucault llamaría el “biopoder”, es decir, la carga ideológica de todas aquellas doctrinas que atribuían la subordinación de las mujeres a su naturaleza bio-sexual, y las graves deficiencias epistemológicas y teóricas de la ciencia tradicional por haber hecho caso omiso del papel y de las actividades de las mujeres en la historia y en la sociedad (p. 81).

Nesta direção, reconhecemos o papel de tantas feministas na compreensão do conceito gênero e retomamos a performatividade adotada por Butler (2003/2010) como fundamental na desestabilização desta noção. É preciso reconhecer as regulações de uma normatividade heterossexual na constituição de gênero. A questão então não se dirige a uma relação entre sexo, gênero e sexualidade, mas a problematizar as circunstâncias históricas e as desigualdades delas provenientes, com base no engendramento do sexo. Novamente podemos remeter a uma questão de poder e como ele pulula nas tais circunstâncias. Há um nexos fundamental no sexo, como realidade material bastante simbolizada nas experiências humanas e suas emoções. No entanto, sua função não se limita a engendrar; é também constituinte das relações sociais. O ponto de partida analítico se dirige ao jogo (e não ao concreto do sexo) de classificações e distinções simbólicas de gênero (STOLCKE, 2004).

Pensar gênero, numa concepção atual na Psicologia, nos remete a pensar no que se faz condição de humanidade, nas expressões variadas dos sujeitos, inclusive ao longo da vida destes. E como se trata ainda de conceito complexo, bastante intenso em suas manifestações sociais atuais, ainda sedento de mais e maiores discussões, mesmo que já tão presentes na área. Poderíamos arriscar afirmar que, assim como o sexo e a sexualidade no século XIX com as ciências sexuais, é na atualidade, de forma mais específica, que esse tema ganha destaque e visibilidade nas ciências humanas.

Este interesse pelo assunto também nos aponta que as compreensões estão se construindo e vários são os conceitos de gênero. Alguns destes ainda são bastante ligados ao alinhamento com o sexo, o desejo e as práticas sexuais; outros se dirigem mais a formas de existir e se expressar no mundo. Adotaremos uma concepção de gênero baseada em sua fluidez

e performatividade, desestabilizando noções estáveis e fixas que pautam a sociedade na lógica binária. (BUTLER, 2010/2003).

Haraway (1985/2009) também realiza uma quebra, com o conceito de ciborgue, entre o natural e artificial, na intercessão máquina-animal/natureza, individualidade/subjetividade e mundo. Contribui desta forma com os estudos feministas e de gênero, relacionando um discurso crítico sobre poderes hegemônicos, concretizando novos significados para a natureza, corpo humano e as relações de diferença. Segundo a autora, a remodelação dos nossos corpos passa pelas importantes ferramentas de tecnologias da comunicação e biotecnologias e podem, junto aos discursos científicos, ser compreendidas como formalizações das interações sociais que as constituem funcionando ainda como instrumentos que servem para posicionar significados.

Neste sentido, pensar em gênero, considerando sua dimensão de construção sócio-histórica, nos remete ainda a refletir suas inter-relações levando em conta que na Psicologia atual se faz obrigação ética profissional o não julgamento do outro e o respeito a suas formas de ser e crer, prevista pelo seu código de ética (2005) ao afirmar que o/a psicólogo/psicóloga “contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (p. 7). Em seu Art. 2º afirma ainda que “ao Psicólogo é vedado: (...) b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (p. 9).

Desta maneira, Cecília Coimbra (2007) nos aponta a importância das micropolíticas na prática cotidiana, como um caminho ante os impasses que ainda vivemos na Psicologia. Ela sugere o caminho da reinvenção que possibilite contra-atacar as políticas neoliberais, afirmando os direitos humanos para todas/todos. Entendendo a disciplina a partir das produções históricas que se atravessam, como práticas não neutras. Não se trata de especialismo, mas aliar a Psicologia aos Direitos Humanos firmando uma prática psi imbricada na vida, numa dimensão histórico-política.

Neste ínterim, apontamos à necessidade de problematizar o discurso hegemônico a dimensão político-econômica e o que é normatizado frente a estas temáticas. É fundamental tornar visíveis as inter-relações entre gênero, sexualidade, família e religião na Psicologia, de maneira a pensar o singular e as diversidades.

## **2.2 A Sexualidade e seus enlaces**

Propomo-nos a pensar o recorte da sexualidade e seus enlaces, numa história não cronológica, mas datada e genealógica, a partir, sobretudo, das contribuições foucaultianas, que

se dirigem não ao sujeito, uma vez que ele não possui uma natureza, e sim a discursos que produzem e são produzidos por ele. Em outras palavras, pensamos os imbricados processuais existentes na produção do humano e do não-humano, em diversas dimensões. Resumidamente as pesquisas de inspiração genealógica buscam compreender que forças e valores estão presentes e orientam os modos de subjetivação, produzindo efeitos nos fenômenos históricos da humanidade ou parte dela.

É nesta lógica que Foucault vai discorrer sua genealogia e seus estudos nos ajudando a compreender as identidades e suas relações. Estas relações serão pensadas a partir das artimanhas construídas que produziram, por repressão, fixação e positivação, através do biopoder – poder<sup>6</sup> exercido sobre a sociedade que se pauta no estatuto de verdade e dominação das ciências biológicas, no discurso médico-científico - tanto as identidades consideradas normais, como também as anormais. Ainda pretendemos aqui fazer uma reflexão destes efeitos na Psicologia, também correspondentes ao biopoder, correlacionando com a vontade de saber sobre o sexo (FOUCAULT, 1976). Para tanto, inicialmente será discutido o exame psiquiátrico na construção das anormalidades, dando sequência às relações entre as anomalias e a sexualidade. Serão pensadas as especificidades da sexualidade da criança, a família e o processo de normalização. Refletindo ainda as formas de controle e, por fim, analisaremos as vertentes da repressão e incitamento do sexo através das ciências sexuais e do biopoder.

### 2.2.1 O exame psiquiátrico

“Os anormais” inicia descrevendo como a prática do exame psiquiátrico no sistema jurídico se utilizou de características psicológicas, relacionadas com a ideia de moralidade e ligadas à sexualidade. As características nele descrita, como num exemplo que nos ofereceu, referem-se a uma intelectualidade não brilhante, moralmente homossexual, aspecto afeminado, ganancioso, imoral, cínico, falastrão, etc.

Foucault nos explicita que este tipo de discurso presente em nossas instituições judiciárias são discursos de verdade que podem matar e fazem rir de tão grotescos. Demonstra ainda o percurso pelos quais as penas advindas deste sistema passam. No direito clássico se trata da aritmética da demonstração, onde as penas serão proporcionais às provas, em que

---

<sup>6</sup> “Por poder parece-me que se deve compreender, em primeiro lugar, a multiplicidade das relações de força imanentes ao domínio em que se exercem e constitutivas da sua organização; o mecanismo que, por via de lutas e de confrontos incessantes, as transforma, as reforça, as inverte; os apoios que essas relações de força encontram umas nas outras, de maneira a formarem cadeia ou sistema, ou, pelo contrário, os desfasamentos, as contradições que as isolam umas das outras; por fim, as estratégias em que se efetuam e cujo desenho geral ou cristalização institucional tomam corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (FOUCAULT, 1994, p. 96).

ninguém deixará de ser punido se houver qualquer grau de suspeição. A partir do século XVIII será trabalhado nos moldes da convicção íntima e com a certeza para a condenação, mas não se trata de legalidade e, sim, de demonstração; joga-se com a atenuação da pena, na incerteza.

É assim que algumas provas adquirem mais valor e efeitos de poder, de acordo com o estatuto de verdade de quem a produz. No caso dos peritos, o estatuto é da cientificidade, que adquire privilégio enquanto verdade no sistema jurídico, que o autor denomina de “uma espécie de supralegalidade” (p.11).

O exame se forja como produção discursiva, como verdade por peças de relatório; estudos minimalistas de explicação que, analisando o ato, apontam a conduta ao longo da vida, julgando e produzindo provas acerca da moral. É desqualificado e se utiliza do grotesco para afirmar a sua inegabilidade, ou seja, o poder é exercido até seu extremo e violência racional, sem que possa ser questionado, pela localização do absurdo, extrapola os limites de atuação científica. Isso porque a convicção é íntima, inconteste e universal; a prova é inflada, hipertrofiada e seu valor depende de quem a produz, o policial, o juiz. Atua-se onde não se tem qualificação a partir do dobramento, um duplo de atuação na mesma cena, com uma costura muito sutil e praticamente imperceptível; o que se percebe é o grotesco, mas não as artimanhas que o costuram, na impossibilidade de violá-lo.

No primeiro momento o delito é dobrado no comportamento da pessoa e não é analisado por ele mesmo, onde as características psicológicas são repetidas construindo o próprio indivíduo delituoso; o delito se torna um traço. Depois, trata-se de dobrar as características do sujeito em condições morais traduzidas nas regras éticas. Em segundo lugar, dobra-se o autor do delito em delinquente. Em terceiro, o médico é que se desdobra em médico-juiz, afirmando os traços de criminalidade na história do sujeito, desde a infância, até ganhar o estatuto de condenado. “Em suma, o exame psiquiátrico permite constituir um duplo psicológico-ético do delito” (p. 15). Também o juiz sai do ofício de punir para o de curar, nas medidas corretivas, seja de reinserção ou readaptação. “Foi essa substituição do indivíduo juridicamente responsável pelo elemento correlativo de uma técnica de normalização, foi essa transformação que o exame psiquiátrico, entre vários outros procedimentos, conseguiu constituir” (p. 23).

Ao desvelar sobre o exame, Foucault encerra afirmando que o processo de normalização se apoiou na instituição médica e judiciária, mas ocorreu num jogo entre a sociedade como um todo que se debruçará utilizando-se de conceitos da Psicologia para gerar o anormal.

### 2.2.2 A anomalia e a sexualidade

Foi num processo de ingerência, segundo Foucault, que o domínio da psiquiatria, enquanto controle, análise e intervenção, se deu sobre a figura do anormal, um monstro cheio

de instintos. A anomalia foi codificada e policiada, intensamente imbricada com a sexualidade, a partir das concepções da herança e degeneração – destruição incessante e biológica da raça que se torna ameaçada. Portanto, na reprodução serão identificados distúrbios sexuais, seja como anomalia ou base das suas demais formas. Vários estudos relativos à sexualidade falam de anormalidades no século XIX (FOUCAULT, 2011).

Em História da sexualidade I: a vontade de saber (1994), Foucault nos aponta que este discurso médico-científico, no século XIX, entende que os prazeres sem frutos são perversões que deveriam ser reprováveis já que a sexualidade normal se restringe à união dos genitais e à reprodução das espécies. As pessoas passam a ser definidas pelas ciências sexuais por suas práticas sexuais. A perversão é tida como um desvio sexual, onde o objeto de desejo não é genital ou não é do sexo oposto. Esta ideia estará ligada a um sentido moral, como aquela (e) que desvia, ou seja, corrompe, desmoraliza, deprava, altera a lógica vigente numa atitude reprovável e doentia perante o mundo e a sociedade. Assim, a masturbação e o sexo anal estarão no centro da vigilância e controle da sexualidade.

Não é difícil entender a relação traçada na obra entre este projeto e sua correspondência ao capitalismo, que busca controlar os corpos enquanto força de trabalho, selecionando os fortes e almejando expurgar os considerados fracos, os degenerados que ameaçam a espécie, os anormais. Temos assim um entendimento da importância, para esta condição, da heteronormatividade, onde o homem pode garantir sua linhagem e herança de seu nome e bens. A heterossexualidade e o casamento monogâmico se entrelaçam sob a égide da reprodução como um fim universal da humanidade dita normal; aquela que no final das contas vai gerar a força de trabalho, produtiva, capaz de engrenar o lucro. As outras formas de viver o sexo e a sexualidade tornam-se alvo de confissão do *contranatura*, além da condenação que também já eram passíveis. As ciências são assim o meio de saber para controlar e expurgar o pecado.

Enquanto releio essa escrita, rememoro o que recentemente ocorreu, novamente ligado ao período político que vimos vivenciando no Brasil. No dia 6 de novembro de 2018, uma lista com nomes diretos e indiretos ameaçava professoras (es) e estudantes no Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH, espaço em que me vinculo desde a graduação e presentemente no doutorado. Por ela conter justamente o título de degenerada, senti-me diretamente atravessada, acusada de escória, em nome do apelido de mito atribuído ao então presidenciável Jair Bolsonaro. Tendo sido também divulgada em jornais locais, como o JC Online (07 nov. 2018), a lista intitulada por “Doutrinadores e alunos que serão banidos do CFCH-UFPE em 2019”, dentre outras pessoas afirmava que “outra doutrinadora perigosa é Luciana Vieira (...) Seus orientandos são todos degenerados”. Todas e todos envolvidas, junto a outras pessoas que se

sensibilizaram, ficamos extremamente emocionadas (os) com esse ocorrido, com o desejo de nosso extermínio e realizamos um ato no CFCH, que representava que não nos calariam. Ou seja, a ideia da degeneração, criando outra espécie não humana que pode ser banida continua bastante presente em nossa sociedade. Ela é enredada pelo ridículo incontestemente aliado a explicações em nome da família e da religião.

Na relação com a religião, o autor nos demonstra o ritual da penitência como fio condutor que vai trabalhar a revelação da sexualidade, que sofreu mudanças em sua formatação a partir do século XVII, não mais apenas ligada ao expurgo do pecado através de uma grande penitência uma vez na vida (que podia durar pelo resto dela), mas com um sentido de revelação de cada um dos pecados. Por volta do século IX já se começa a ter uma lógica de que é a própria revelação, que confere um sentimento de vergonha a quem revela, que faz merecer o perdão divino. A confissão vai tomando importante corpo social, que cada vez mais vai deixando de ter uma relação apenas com o pecado, mas com o dever de confessar-se, firma-se enquanto teologia sacramental da penitência desde o século XII, em que a questão não é mais enrubescer. Revelar ao padre se desdobra em aspecto jurídico (representante divino) para absolver dos pecados mais e menos graves e em médico na possibilidade de apontar a cura (FOUCAULT, 2011).

Temos assim nova forma de exame numa anatomia da volúpia, onde o padre deve intervir menos no sacramento e mais no próprio exame, análise, correção, e orientação do penitente, a partir de um acolhimento na boa vontade em ouvir que vai garantir o consolo de quem confessa e, conseqüentemente, a boa confissão ante o confessor.

A questão se estabelece, na segunda metade do século XVI, pelo desejo e prazer na relação consigo e a sensualidade, materializadas no corpo, que será foco do exame de consciência quanto à luxúria. Concretizam-se como problema a masturbação, o olhar pecador, a língua com discurso desonesto e palavras sujas, e o ouvido que se lhes presta. A masturbação será a primeira forma de revelação da sexualidade, do corpo, carne solitária e desejante.

Também em “A história da sexualidade I: a vontade de saber” (1994), Foucault nos traz elementos que explicitam que até o fim do século XVIII o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil regiam as práticas sexuais e as relações matrimoniais, dando lugar de pecados graves ao estupro, adultério, rapto, incesto e sodomia (coito anal). Ainda eram pecaminosas as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, o casamento sem consentimentos paternos, a bestialidade (animalidade/imoralidade) e a pessoa hermafrodita – hoje chamada intersexo – era criminosa por confundir a lei dos dois sexos.

Diante de tantas práticas sexuais consideradas pecaminosas, a masturbação inaugura a revelação do corpo e da sexualidade. Portanto, Foucault afirma que se torna um problema médico-pedagógico e a sexualidade é instaurada no campo da anomalia, na qual houve um disciplinamento dos corpos para torná-los úteis (na lógica do capital) e dóceis, na lógica das técnicas de poder investidas na sexualidade, que também se relacionam com o capitalismo, na relação com o poder.

### 2.2.3 A sexualidade da criança, a família e o processo de normalização

Uma análise da construção histórica faz perceber que a monogamia e a heterossexualidade compulsória foram instauradas como estratégias para dar conta do capitalismo e da manutenção da relação de poder entre homens e mulheres (MÉNDEZ, 2008). É assim que até os dias atuais ainda nos deparamos com a família nuclear tradicional de pai, mãe e filhos, idealizada como a família normal, em que as outras configurações seriam consideradas desestruturadas.

Foucault (1994/1976) aborda que no século XVIII todas as questões humanas estavam interligadas ao sexo, culminando no Século XIX com as ciências sexuais que procuravam definir as pessoas a partir de suas práticas sexuais. Desta maneira, foi preciso investir a família também como lugar de controle destas práticas, a partir do modelo tradicional que investia o projeto capitalista onde os homens eram os provedores e detentores dos bens e as mulheres as cuidadoras da casa e da família, que precisavam prestar contas de seu sexo e sexualidade numa vivência monogâmica que garante aos homens sua linhagem herdeira fundamentada no casamento e fidelidade da mulher.

No século XVIII e XIX, a partir das anomalias e almejando uma higienização da espécie, alguns parâmetros são traçados nas sociedades ocidentais: a monogamia heterossexual que corresponde à lógica capitalista da reprodução e da transmissão do nome e dos bens; o questionamento das sexualidades das crianças, loucos e criminosos, prazer homossexual, devaneios, obsessões, pequenas manias e grandes raivas, numa perspectiva de investimento de controle para garantia do que se considerou como normalidade a partir da sexualidade genital e reprodutiva (FOUCAULT, 1994).

Segundo Ariès (1984), é a partir do século XV que a família é modificada e dotada de um sentimentalismo com a extensão da educação, e no século XVII esta intensificação faz parecer que a família (pelo menos nos moldes idealizados atuais) tenha nascido com o processo de escolarização e investimento das crianças.

Em “Os anormais” vemos que se estabelece a pedagogização dos corpos das crianças, afirmando ser o desejo da masturbação algo do externo, advindo dos adultos. Insta-se ainda

uma visão negativa da família extensa e de uma nova divisão da casa, onde as crianças deveriam estar em seus quartos para ficar distantes das práticas sexuais que deveriam ser entre seus pais, em seus próprios quartos. Configura-se a família como célula e o modelo nuclear tradicional como o ideal, como o normal.

Nas instituições, como os seminários, colégios, escolas, tudo se disporá de forma a fazer calar o que é da ordem do sexo, mas termina por expor sua preocupação; tudo fala do sexo, a disposição materializada dos lugares e coisas, da casa, carteiras escolares, espaços dos seminários. Aparece vasta literatura no século XVIII até o fim do século XIX para dar conta deste calar-falar do sexo, que continua a existir atualmente.

É neste sentido que nos preocupa a conjuntura contemporânea em que se nega a diversidade, em que temos agora um ministério que relaciona mulher, família e direitos humanos, ainda liderado por uma pastora com expressa não laicidade. Em nome da religião mantém-se papéis fixos estabelecidos socialmente com base na lógica capitalista, em que as expressões deixam de ser livres e a existência torna-se ainda mais controlada. A família não é vista neste ínterim como um espaço de educação para a liberdade, cidadania e ética, mas para a reprodução de espaços naturalizados de homens e mulheres que devem perpetuar a lógica capitalista de produção e reprodução de mão de obra. Todas as outras formas são patologizadas.

Esta literatura de que Foucault (2011) aborda neste texto dá destaque à masturbação, descrevendo desde manuais para pais ensinando como fazer com que seus filhos não se masturbem, a descrições das psicopatologias geradas pela masturbação. Neste sentido, a ordem do dia aqui não se volta para a sexualidade geral, mas para a especificidade da masturbação, sobretudo das crianças e adolescentes em termos do risco da doença na vida adulta; “não se trata tanto de uma moralização, mas antes de uma somatização, de uma patologização” (p. 206).

Seria a masturbação relacionada a todas as ordens de doenças e desequilíbrios dos sujeitos, atravessando suas histórias. Ou seja, é o doente o responsável por sua doença, por ter se tocado na infância, com consequências em qualquer época e por toda a vida que levam ao risco da morte. No entanto, embora a criança seja responsável pelos efeitos da masturbação por toda a vida, não é a culpada, pois o ato em si trata-se de acidentes externos do acaso, mas geralmente advindos do exemplo e sedução externa dos adultos e do entorno das crianças. Elas precisariam ser vigiadas pelos adultos, desde o berço, garantindo uma espécie de saúde sem perda de energia e direcionamento da vida, que por sua vez é pré-definida em funções masculinas e femininas e ainda heterossexuais, monogâmicas e reprodutivas.

Toda essa definição da masturbação num sentido da psicopatologia e a literatura que descreve os detalhes, bem como os cuidados que se deve ter, se dirige a uma vigilância dos pais,

praticamente num corpo a corpo com as crianças e jovens, em que se vai constituir o referido novo modelo de família. A família extensa passa a ser condenada já que o exemplo de outros adultos não seria benéfico no risco da sedução às crianças, sendo então considerada saudável a família composta por pai, mãe e filhos (as), a família aristocrática burguesa a que a campanha de vigilância se volta, a família célula ao invés da anterior relacional, num espaço físico, afetivo, corporal e sexual próprio. Foi o corpo sexualizado da criança que deu lugar a essa nova configuração familiar moderna.

Esses pais e mães que cobrem os corpos dos filhos precisam diagnosticar, ser terapeutas e agentes da saúde das crianças e adolescentes. Para tal, precisam estar abertos às intervenções/controle médico-higiênicas, recorrendo ao saber científico do médico. Toda uma tecnologia de poder e saber é investida nessas famílias células, que se torna além de substancial, afetiva e sexual, medicalizada. Neste jogo, os pais e mães devem reconhecer sua limitação ante a doença, que deve por sua vez ser confessada somente ao médico pelo próprio sujeito doente. Nesta lógica, a prática médica é herdeira da confissão religiosa. A intensidade e a materialidade da sexualidade são vividas na família e nas relações de vigilância, mas o discurso sobre ela só pode ser elaborado fora, na relação com o médico.

Várias práticas médicas foram investidas nos corpos das crianças, de amarrar mãos e órgãos genitais, até fazer uso de substâncias medicamentosas ou que provocavam lesões, de forma a impedir a masturbação. Vemos nascer uma medicina sexual perpétua.

Em suma, a instância da família medicalizada funciona como princípio de normalização. É essa família, à qual foi dado todo poder imediato e sem intermediário sobre o corpo da criança, mas que é controlada de fora pelo saber e pela técnica médicos, que faz surgir, que vai poder fazer surgir agora, a partir das primeiras décadas do século XIX, o normal e o anormal na ordem sexual. A família é que vai ser o princípio de determinação, de discriminação da sexualidade, e também o princípio de correção do anormal (FOUCAULT, 2011, p. 221).

Em paralelo a esta educação natural por parte dos pais, sem intermediários, encontramos ainda, na obra citada, que essa educação seja com vigilância para que as crianças possam ser úteis ao Estado e que assim também sejam confiadas a ele em nível de instrução e formação técnica, ensino que será controlado pelo próprio Estado. Essa formação foi oferecida, às classes abastadas, como forma de normalização dos filhos; é o corpo da aptidão das crianças que os pais e mães deverão entregar ao Estado. Os pais e mães caíram nas armadilhas do Estado, acreditando possuir os corpos de suas crianças e jovens, mas na verdade preparando-os para o Estado. Neste mesmo arcabouço os saberes envolvidos, além da psiquiatria e da prática médica geral, também reclamam esses corpos, como a Psicanálise, a Psicopatologia e a Psicologia. Os

médicos assim vão investir a sexualidade no século XIX, dominando as anomalias, definindo normalidades.

Retomando o conceito de duplo/doubler, pensamos os saberes médicos e os saberes psis de uma maneira geral, neste contexto, como um duplo também daquele que julga ou que tudo sabe, constituindo-se enquanto dueto que não se percebe por se dar na mesma cena, sem necessitar de interrupção, numa costura invisível.

#### 2.2.4 A repressão e incitamento do sexo – Scientia Sexualis e o Biopoder

Vamos retomar aqui o cenário do século XIX, a partir de “História da sexualidade I: a vontade de saber”, para compreender melhor como se deu o biopoder e a relação com a scientia sexualis (ciências sexuais) nesta época. No aparato da sexualidade em vigor, a igreja reduzia a recusa aos métodos contraceptivos e a medicina assume a gestão, inventando patologias sexuais (as chamadas perturbações do instinto).

Com as tecnologias de controle, havia quatro operações de proibições relativas à sexualidade: 1- a sexualidade infantil pautada num regime médico-sexual, 2- fixação de espécies sexuais, a partir das práticas reveladas do sexo, 3- medicalização e fiscalização do prazer, 4- saturação sexual nos espaços privilegiados da família, instituições escolares e psiquiátricas, que vigiam, controlam, produzem e fixam a variedade sexual. Perversões são especificidades sexuais, numa economia de jogo dos poderes e prazeres.

É nesta lógica que as ciências sexuais aparecem como discurso de esquiva, submisso aos imperativos morais que atribuem males às oscilações sexuais, até o perigo da morte: dos indivíduos, gerações e da espécie. Elas operam numa higienização geral, justificando os racismos do Estado. A fisiologia da reprodução e a medicina da sexualidade então se caracterizam por uma vontade de saber x vontade de não saber. A produção da verdade do sexo tem por objetivo final mascará-la.

Neste contexto, ganham força no Ocidente as ciências sexuais como um poder-saber, em que a confissão e a revelação estabelecem uma relação de poder que é focado em quem escuta, julgando, punindo e ainda impondo a produção da verdade do sexo. Há para Foucault uma hipótese repressiva nas técnicas de controle do poder-saber, a partir da censura e interdição do sexo. No entanto, ele aponta que esta hipótese, se tomada unicamente, carrega uma ideia de universalidade a-histórica e a-política. Se por um lado as práticas eram voltadas ao controle e à repressão num sentido de negatividade, por outro também foram dotadas de um sentido produtivo de incitamento ao sexo. As ciências sexuais possuem uma dimensão bastante positiva e produtiva, uma vez que cria dispositivos sexuais que, ao mesmo tempo que interditam,

estimulam, e dizem quem somos, produzindo identidades sexuais através dessa vontade de saber.

As confissões científicas aparecerão, segundo o autor, de cinco maneiras: 1- fazer-falar por uma codificação clínica, 2- atribuição de causalidade do sexo às doenças e degenerescências, enquanto perigo, 3- latência intrínseca, com poder causal clandestino, 4- interpretação da revelação confessada, produzindo a verdade e regulando-a num discurso científico, 5- medicalização dos efeitos da confissão, produzindo nosografias próprias, o normal e o patológico. É preciso analisar o dispositivo da sexualidade como poder.

Pensando o poder também como resistência, faz-se mister compreender que mesmo com todas as técnicas de controle, as sexualidades sempre foram vivenciadas em sua dimensão de diversidade e produtividade que o próprio biopoder gera. Entendendo biopoder como técnicas investidas no controle dos corpos, para torná-los úteis e dóceis, com todo o aparato das ciências sexuais e do Estado. No entanto, é ainda neste mesmo seio que os deslocamentos também se produzem. O biopoder se dá no corpo individual do sujeito, e também no coletivo, na lógica da população como força de trabalho.

Desta forma, a morte deslocar-se-á em defesa do soberano na pessoa do rei, quando dos regimes monárquicos generalizados, para o direito do corpo social em ter sua vida garantida. As guerras agora passam a ser pela existência biológica da população. Muda-se do deixar viver e fazer morrer para fazer viver ou desqualificar para a morte. A ênfase se dá na vida, onde o poder político a gere, a partir de disciplinas do corpo e regulações da população. Temos uma passagem da simbólica do sangue para uma analítica da sexualidade por meio das normas.

O biopoder é a base do capitalismo, gerando segregação e hierarquização social, a partir de leis que regulam a vida de formas diferentes, numa sociedade normatizadora, normalizadora, medicalizante e judicial. Dá-se um controle da vida pelo sexo, pela sexualização das crianças como ameaça à vida adulta e à espécie, pela histerização da mulher, enquanto responsável pelos filhos (as), família e sua representação social. O sexo toma lugar de inteligibilidade, pela qual se entende a própria identidade, tudo o que se é e ainda tudo o que se pode ser e o que não se pode ser.

Neste cenário, a Psicanálise é o saber que quebra com a degenerescência, em que a sexualidade é tomada como lei da aliança, consanguinidade, capaz do interdito; o pai é o soberano, e o desejo é que ascende ao lugar de poder. O desejo ganha destaque por ser constituinte do sujeito, sendo da normalidade, mesmo quando parece esdrúxulo. É neste contexto que a Psicologia vai passar a trabalhar com as ideias de identidades, na vertente da degenerescência e na vertente de sua quebra com grande influência da Psicanálise. A ideia de

identidades torna-se libertadora para as existências múltiplas e diversas, pois quebra com a lógica dos papéis fixos e com o sistema sexo-gênero, descolando esses marcadores. Eles deixam de ser necessariamente correspondentes.

Foucault nos faz perceber que a grande ironia do dispositivo da sexualidade é a de nos fazer crer se tratar da própria libertação. No entanto, a resistência, o contraponto a esse dispositivo são os corpos e os prazeres, sempre presentes na história da humanidade. Trata-se de vivências muitas possíveis e não de rótulos destinados de formas únicas.

### **2.3 A Família Contemporânea**

Como núcleo da sociedade, a família é influenciada pelas transformações sociais, contribuindo também com sua construção e, ao mesmo tempo, se reconfigurando. Advinda da relação de controle, num modelo capitalista que ditou papéis para homens provedores/chefes e mulheres cuidadoras/submissas, de maneira a sustentar a lógica produtiva, se mantém como cenário principal dos acontecimentos e das relações. Desta maneira, pensar famílias na contemporaneidade é também levar em conta as inúmeras e intensas transformações no acontecer de nosso tempo (RABELLO & VIEIRA, 2014).

Se por um lado vivemos incessantemente a lógica binária que busca engendrar as possibilidades para os sexos (BUTLER, 2010/2003), estamos também num período de incansáveis discussões e movimentos sociais que problematizam essa mesma lógica. Vivemos no Brasil a Primavera Feminista, que por sua vez desloca o poder do homem e desestabiliza as estruturas rígidas do machismo.

É no sentido de que as vivências são múltiplas e fluidas que Amazonas e Braga (2006) consideram que desde sempre, e cada vez mais, existiram famílias, em diversas configurações, e suas transformações se misturam com a história da humanidade. Nas relações mais contemporâneas, é preciso considerar fatores fundamentais, como: entrada e intensificação da mulher no mercado de trabalho, aumento da longevidade e outras mudanças demográficas como acesso a informações e cuidados de saúde, divórcio, recasamentos, controle da reprodução por meio de contraceptivos e meios naturais possibilitados por conhecimento e informação, reprodução assistida, exames de DNA, outras configurações familiares e a diversidade das conjugalidades e das parentalidades. Outro fator que merece destaque são as transformações nas vivências do gênero, com alterações nos papéis desempenhados.

Remontando a história, a origem do nome família revela inicialmente não uma relação sentimentalista propriamente, mas uma execução de poder. A família romana, juntamente com o poder de império, passa a ser o ideal social, garantindo ao homem o chamado pátrio poder e o direito de vida e morte sobre

os que fazem parte de sua família, inclusive os escravos, os quais originam o termo, advindo de *Famulus*: escravo doméstico, e família o seu conjunto (RABELLO & VIEIRA, 2014, p. 24).

Vale salientar que em tempos mais remotos não tínhamos a noção de infância. Até o século XII este período não existia como construção e categoria social. Era um curto tempo de fragilidade física, onde o ser pequeno era uma diversão como um animal doméstico e, caso viesse a falecer, rapidamente era substituído. A mortalidade infantil era muito alta e, portanto, considerada natural nas sociedades, bem como a substituição das crianças era comum, já que também era alto o número de nascimentos (CORDEIRO & COELHO, 2007).

O autor afirma que a partir do século XVI descobertas científicas prolongaram a vida nas classes dominantes e houve uma valorização da vida desde seu início. No século XVII temos uma nova ordem social e um processo de moralização religiosa, com grande investimento na infância. Instaure-se o conceito de infância, relacionado a um sentimentalismo familiar, associado com a criação das escolas.

A partir do século XVII o clima de sentimentalismo na família fica mais próximo do que vivemos hoje. Isso ocorre porque antes as crianças eram vistas como adultos em miniatura, sem cuidados especiais, que se modificam neste período pelo entendimento de serem seres em desenvolvimento e com o início de sua entrada para a escola. Há agora uma forte relação da educação com a escola e uma preocupação de pais e mães em vigiar suas filhas e seus filhos. Apesar disso, o processo de escolarização ocorreu gradativamente, incluindo primeiro os meninos e a classe média, depois sendo difundido paulatinamente para outras classes e para as meninas (ARIÈS, 1984).

O autor nos aponta que este fenômeno trouxe a centralidade da criança e do casal para a família, com uma forte expressão sentimental. Sendo assim, com os núcleos familiares fazendo cada vez mais sentido, no século XVIII a família passou a se voltar para a vida particular - que se distanciava da sociedade. Ocorre então alterações nos espaços físicos das casas, que se pautam por quartos do casal separados das crianças, reservado ao sexo agora mais intimista. A família vai ficando mais reduzida, entre casal e filhas/filhos. Temos então a idealização da família tradicional nuclear como a família normal e modelo.

Neste cenário, a família monogâmica também é forjada como modelo, em que apenas aos homens são permitidas relações extraconjugais, desde que não ultrapassem os limites da casa. Assim, garante-se a transmissão da propriedade privada e da herança à sua linhagem. É assim que o casamento ganha tamanha importância e é naturalizado, ainda numa lógica heterossexual compulsória.

A família foi e é atravessada pelas normas de gênero que rotulam formas de existir para homens e mulheres e suas relações (BUTLER, 2010/2003). Assim, a própria família também possui modelos ideais que são construídos política e historicamente, nas execuções de poder e suas resistências (RABELLO & VIEIRA, 2014, p. 21).

Cordeiro refere que com os adventos da globalização e do neoliberalismo, a criança se torna sujeito receptor e consumidor em potencial, frente à mídia por exemplo. Se a família e a escola foram por muito tempo os principais espaços de socialização, a mídia assume hoje também um dos principais lugares de divulgação e acesso às informações e ao mundo, pautada pelos valores e normas deste mundo, engendrado em normatizações e padrões. O discurso midiático busca homogeneizar comportamentos e atitudes infantis, como se todas as crianças fossem felizes e vivessem em condições de vida favoráveis ao seu crescimento. O sujeito, neste caso criança, seguindo esta linha de raciocínio, é reduzido ao corpo e torna-se consumidor, num ideal de liberdade e felicidade. Essa compreensão altera a noção de infância construída até então.

Historicamente a família sempre está se reconfigurando, seja em sua composição, seja em seu funcionamento. Porém, é interessante perceber que as imposições de padrões estão sempre presentes. Dentre elas, fortemente permanecem os estabelecimentos de normas do que é ser homem e mulher, iniciando desde as crianças nas relações entre meninos e meninas. No caminho percorrido no mestrado, entre 2011 e 2013, a pesquisa realizada explicitamente demonstrou as diferenças estabelecidas para as crianças, pautadas no sexo biológico, naturalizando o que seria a educação de meninas e a educação de meninos (RABELLO & VIEIRA, 2014).

Neste sentido, a análise histórica - não cronológica, mas de inspiração genealógica - nos faz perceber as imbricações políticas e econômicas a que as famílias foram e são submetidas. Desta forma, adotamos a concepção de família como um espaço relacional, pautado por vínculos consanguíneos ou não, mas sobretudo afetivos, como base de nossa sociedade e das expressões humanas (ÁRAN, 2011; MELLO, 2005). As ciências humanas, dentre elas a Psicologia, consideram a expressão do afeto como a base relacional mais importante entre seus membros. Para o campo do Direito, temos atualmente as concepções de família natural, formada por vínculo biológico, e família substituta, formada por vinculação adotiva. A consideração fundamental da sócio-afetividade no entendimento do Direito revela uma enorme conquista para garantias às relações legítimas existentes nas vivências humanas (MENDES, 2012).

Em meio a tantos desdobramentos históricos e políticos, com incessantes transformações sociais, a família é espaço primordial das relações e da sociedade. Portanto,

torna-se tema extremamente caro para pensarmos o sujeito, suas relações e expressões, na dimensão singular e coletiva. É por isso que incorpora tema fundamental para os entendimentos teóricos e o fazer da Psicologia.

#### **2.4 A Psicologia na academia e no tempo**

Para pensar a academia em nossa área, sentimos necessidade de percorrer a Psicologia com um olhar crítico que leve em conta seus contextos e práticas discursivas. A que interesses esta ciência serviu? Quais os seus propósitos e como eles foram sendo elaborados e constituíram incessantemente os saberes psis?

Segundo Dimenstein (2000), há uma hegemonia neste campo que define a subjetividade a partir do sujeito psicológico, numa lógica individualista, como efeito desta lógica. Este indivíduo aparece em meio à classe média da sociedade moderna, permeado por valor jurídico e moral. Deve ser sujeito autônomo, independente, onde são desconsideradas vinculações e produzidos universais pela cultura ocidental moderna.

A partir da década de 60, segundo a autora, recebemos uma enorme influência da psicanálise, que afirma o lugar do inconsciente, transformando esse sujeito racional em desejante e construindo na própria Psicologia uma cultura de pensamento.

A ênfase na privatização e nuclearização da família, na responsabilidade individual de cada um dos seus membros, a ênfase nos projetos de ascensão social, na descoberta de si mesmo, na busca da essência e na libertação das repressões, foram algumas destas estratégias que culminaram na promoção de uma psicologização do cotidiano e da vida social e num esvaziamento político. Assim, a difusão destes ideais analíticos terminou por oferecer referenciais estéticos, modelos identificatórios, ou seja, produziu uma representação ideal de sujeito - o sujeito psicológico - e de práticas baseadas neste modo particular de subjetividade, que no caso dos psicólogos, tornaram-se hegemônicas e definidoras de sua identidade e cultura profissionais (DIMENSTEIN, 2000, p. 99).

Ela afirma ainda que é nesta mesma época que temas como família e vida sexual são investidos de politização. Esta ideia é corroborada pelas de Foucault (1994/1976) que refere que desde o século XVIII temos o advento das *Scientia Sexualis* – ou ciências sexuais – e do dispositivo da sexualidade. Forjado nos discursos sociais, o dispositivo de sexualidade expressa uma vontade de saber sobre os sujeitos, a partir de seus sexos, de maneira a garantir um ideal de (re) produção de mão de obra fortalecida diante dos padrões criados de normalidade que estão atrelados ao biológico e à heterossexualidade.

Se se trata de uma contextualização da ciência, fica fácil perceber que a Psicologia não fugiu a esta norma em seu fazer científico e profissional, também se posicionando frente aos interesses de uma sociedade capitalista, que tanto necessita de controle e produção de uma

população que a ela corresponda, como nos mostra Foucault. Assim, os saberes psi não estão, e talvez nunca estiveram até então, a serviço dos indivíduos, mas apenas os utilizaram numa lógica discursiva que culminou mais tarde na valorização da população. Se o rei tinha o poder de espada, e fazia morrer e deixava viver, o Estado moderno faz viver (os corpos produtivos e valorizados socialmente) e deixa morrer (os dados por desprezíveis). É esta funcionalidade que justifica os racismos do Estado (FOUCAULT, 2010/1999) e a história da Psicologia não foi dissociada de tal contexto sociopolítico.

É neste sentido que Dimenstein (Op. Cit.) refere que a Psicologia esteve comprometida com o capital e o consumo, reiterando e oferecendo bases a legitimações dominantes com status de cientificidade, direcionando-se muito mais às reproduções de poder e das estruturas sociais que com um lugar de questionamento que deveria ocupar. Esta condição, que participa do controle social, se inicia no processo de formação tendencioso a concepções únicas e fechadas, que distanciam a/o profissional (ou futura/futuro) de um posicionamento de responsabilidade pessoal e social.

Foi assim que, desde seu surgimento no início do século XX no Brasil, a Psicologia foi convocada a ditar padrões de bom comportamento e produzir testes que definem e categorizam os sujeitos. Imbricada com o propósito de garantia de bem-estar comum e individual, baseados nas normas impostas pela sociedade, patologizou o comportamento dado por anormal; controlou, e ainda tentou prevenir a loucura, e realizou ajustes dos sujeitos (DIMENSTEIN, 2000).

Na primeira metade do século XX psicólogas/os foram vistas/os como testólogas/os, com o intenso uso dos testes, em que os psicodiagnósticos serviam às lógicas de tratamento e de exclusão da época. No campo da Psicologia Jurídica especificamente serviam aos operadores do Direito, que tinham a possibilidade de definir destinos aos sujeitos por meio dessas bases (LAGO et. al., 2009).

Dimenstein nos relembra que na lei 4.119/1962, que regulamentou a profissão de psicólogo (a) e os cursos de formação em Psicologia, fica muito explícita sua proposta disciplinar no texto em que afirma que “constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: (...) d) solução de problemas de ajustamento” (BRASIL, 1962, p. 2), onde a Psicologia é oficializada numa lógica disciplinar.

Para Weber (1985), o parecer 403/62 do Conselho Federal de Educação privilegiou o lugar de profissional liberal da/do psicóloga/psicólogo, remetendo a um saber e prática clínica, que é pautado pelo então currículo mínimo de sua formação. Podemos ainda, corroborando com

Dimenstein (2000), compreender tal condição numa funcionalidade individualizante, com o olhar para o sujeito psicológico, afirmando que “o modelo hegemônico de subjetividade no campo psi é o do sujeito psicológico, desenvolvido a partir do ideário individualista e engendrado pelos próprios saberes psi, podendo ser pensado como um dos efeitos da sua difusão” (p. 97). A autora aponta que a problemática em torno deste conceito é que esta forma de apreendê-lo remete a valor moral e jurídico, compreendendo-o como autônomo e individual, o que impede a observação crítica dos universais que a ele são atribuídos nos padrões construídos socialmente.

É importante contextualizar que este modelo de Psicologia esteve pautado numa construção mais ampla da educação que se estabelecia a partir da lógica de especialização, que corresponde às demandas capitalistas de produção a partir das pessoas e não para as pessoas (MÉSZÁROS, 2008), sendo também a formatação que a Psicologia assumiu.

Glaudston Lima (2007) aponta que no campo da diversidade sexual -problematizando se o termo possibilita um projeto político para a fluidez -, o grande desafio é o embate com os discursos hipócritas e moralistas de direita, para então reconhecer a sexualidade como múltipla e para além da possibilidade única da heterossexualidade. É preciso deslegitimar as práticas conservadoras de controle político-moral do campo psi.

Convém compreendermos o currículo da Psicologia como um campo de disputa, assim como também ocorre nas outras ciências, o que significa dizer que elas não estão fora das dinâmicas de relações de poder. Esta concepção apareceu nos anos 70, internacionalmente falando, e nos anos 80 no Brasil. Ou seja, não se trata apenas de disputas teóricas; os sujeitos envolvidos - docentes e discentes - são ativos na exigência de serem reconhecidos como sujeitos de saberes e experiências sociais que implicam por sua vez nos currículos (FAVACHO, 2012).

Luís Cláudio Figueiredo (1993) nos alerta que vivemos na Psicologia “Sob o Signo da Multiplicidade” frente à identidade profissional e posições ante as polêmicas sociais e de entendimento do fenômeno psíquico. Aponta ainda que se trata de um fazer, que a aplicação da teoria envolve a dimensão das experiências pessoais de cada profissional, não havendo assim fazeres únicos. Ele considera que, para pensarmos identidade, precisaríamos de limites definidos e de permanência ao longo do tempo, e como não temos, necessitamos lidar com esta problemática. E neste contexto, “as estratégias de autolegitimação baseadas em processos de exclusão geram alianças totalmente espúrias e insustentáveis” (FIGUEIREDO, 1993, p.92).

O autor conclui que é, então, a postura de assumir a multiplicidade também em nós e no outro que possibilitará uma abertura para o encontro essencial no fazer da Psicologia. Este contato com a multiplicidade é gerador dos fenômenos múltiplos tanto oficiais como oficiosos.

Ora, num momento político em que a diversidade está sendo atacada, as políticas públicas estão declaradamente ocorrendo em nome de dogmas religiosos estigmatizantes a partir de uma extrema direita que assumiu o poder; não apenas no Brasil um desafio se põe a uma Psicologia que se proponha aberta para o coletivo e para as diferenças, de maneira a possibilitar os encontros. Não podemos nos desconectar nesta reflexão de que lugar falamos, de maneira contextualizada.

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo (GALEANO, 2018/2010, p.18).

Levantemos assim algumas questões: 1- estamos na região das veias abertas; 2- vivemos tempos de auge político e dominação da direita conservadora no Brasil e em outros países estratégicos das relações internacionais, como Estados Unidos, na América do Norte e Itália, na Europa; 3- A Psicologia brasileira que vem se posicionando politicamente, reconhecendo que a subjetivação, a existência e o sofrimento psíquico são entremeados pelo sociopolítico que a torna alvo de ataque do atual governo; 4- a sexualidade e seus enlaces, incluindo as relações de gênero e família, estão no palco do cenário político atual, que busca normatizar massivamente o que vinha sendo mais fluido há poucos anos.

Vivemos sob a égide de uma positividade declarada da governabilidade das vidas, já que o representante político máximo é um símbolo da e para a nação que legitima e é legitimado entre as relações macro e micropolíticas. Neste sentido, o campo científico da Psicologia, diretamente ameaçado, torna-se um espaço de resistência, mas também de disputa de perspectivas.

É válido fazermos uma reflexão “dos porquês” da perseguição ao campo. Ora, para se manter as veias abertas numa relação capitalista selvagem, é preciso também se fazer a manutenção das destinadas estruturas sociais que lhes dão base. Primeiro é preciso barrar a reflexão sobre a dominação e relações de poder. Segundo, é preciso se consolidar e não ameaçar as diferenças de classes dominantes que investem seus bens no exterior e as dominadas que as

servem, desembocando no enriquecimento cada vez maior do externo e empobrecimento contínuo do interno. E terceiro, ainda se faz necessário o engendramento das configurações familiares tradicionais, que correspondem aos valores de hierarquia/desigualdade machistas do capitalismo. Contexto em que a mulher cuida e se submete, enquanto o homem provê e manda. Ambos reproduzem para a continuidade da força de trabalho, repetindo também a educação heteronormativa que retroalimenta este sistema. É aí que a Psicologia entra como resistência por condição básica de sua "natureza" política.

Ora sabemos que a natureza psíquica é multideterminada e não cristalizada. Neste sentido, o crescimento da Psicologia se deu na direção de refletir os marcadores sociais que nos constituem sempre em singularidades. Assim, foi no campo da ciência que este saber tornou-se capaz de demonstrar que as existências não precisam ser patologizadas, uma vez que a multiplicidade é o que define a humanidade. Então, se é pelo caminho da ciência, por estudos sérios e respeitáveis, incluindo sobretudo, atualmente, os estudos de sexualidade, gênero, família, da diversidade de uma maneira geral, a Psicologia tornou-se uma força de resistência aos aparatos políticos de dominação. E para não perder este poder, já que não há argumentos suficientes pelo campo científico em contrário, estabeleceu-se neste movimento de retorno do poder à direita conservadora atual certa perseguição à ciência e profissão da Psicologia.

Para tanto, apenas uma forma de argumentação se faz capaz em termos de poder de desconstruir o campo científico: a religiosa, pois em nome de Deus não é preciso provar nem aprofundar discussões, mas apenas crer e reproduzir. E, portanto, surge o fortalecimento dentro do próprio campo psi de grupos já existentes, agora amparados pelo cenário político, de grupos políticos disfarçados de fiéis, em que algumas/alguns seguidoras/seguidores até se percebem desta forma e são cooptados muitas vezes pelo discurso, que busca destruir as conquistas já realizadas em prol da liberdade de expressão, de afeto, de práticas, de humanidade, enfim. Neste discurso, a liberdade é revestida de imoralidade; e o moralismo, de devoção, sem a possibilidade de as pessoas conceberem um Deus ou um ateísmo libertador, ante o respeito às diferenças que nos constituem.

Analisando a obra “Currículo, território em disputa?”, Arroyo (2013) aponta que os coletivos populares estão cada vez mais pressionando acerca do currículo oficial. Ao mesmo tempo não se detém à escolarização, uma vez que buscam a afirmação de sujeitos de direitos, que perpassa as instituições de ensino. Contudo, a luta deve articular a escolarização com conquista e ocupação de espaços sociais, em que o currículo deve incorporar as lutas e seus

resultados. Se o currículo oficial mantém seu poder de controle, outras linguagens também passam a ser possíveis a contar as histórias dos sujeitos.

Assim, não se trata de uma vitória final dos coletivos populares sobre o Estado, mas de uma nova estratégia de luta que tem alterado o lugar da escolarização na visão desses coletivos, e também na visão da academia, que vendia a ideia de que a escolarização retiraria os brasileiros da subcidadania. Também não se trata de uma prática completamente difundida e consolidada entre os professores, mas apenas de um desenho alternativo de currículo onde os saberes da docência tenham vez. Obviamente, a escola continua importante para esses sujeitos, mas os saberes, as conquistas, as experiências e tudo mais que as novas lutas são capazes de produzir podem, estrategicamente, se converter em prática curricular, em conteúdo político, em ato a ser valorizado dentro da escola. Tal situação tem ameaçado fortemente o currículo oficial, uma vez que se vê brotar no seu interior algo maior que ele mesmo: a inesperada ação dos movimentos sociais que adentra os processos de escolarização por outra via: a do acesso pelo direito. Isso justifica a forte reação estatal (FAVACHO, 2012, p. 1).

Arroyo e Favacho indicavam tal contexto com relação às escolas, mas entendemos aqui que essa transposição, com base no ensino escolar, alcança o ensino superior, com tudo o que envolve a academia em suas relações sociais.

Paulo Freire (1987/1970) já afirmava que a educação sofria da doença da narração que era perpassada pela ideia de transmissão de conhecimento de forma alienada à realidade dos sujeitos aprendentes. Denominava educação bancária esta relação de poder entre docentes e discentes, que desconsiderava a realidade destas/destes últimas/últimos; deixando também de levar em conta o poder transformador da educação, focando numa noção superficial de aquisição de conhecimento.

Desta maneira, criticava os currículos assim construídos, uma vez que acreditava no ato pedagógico como dialógico em que as duas partes (docentes-discentes) deveriam participar da escolha dos conteúdos e construção do currículo. Em seu ideal de educação, aqui ampliado para todas as áreas, mas sendo nosso foco a Psicologia, ele aponta o saber, a construção do conhecimento, como condição para a emancipação dos grupos excluídos. Não é à toa que Freire tem sido um autor também perseguido atualmente no país, já que ele defende o pensamento para a libertação da opressão por meio da educação.

O autor considerava o processo de conscientização como o aprendizado de uma percepção social, política e econômica em suas contradições, que possibilita atuações ante os elementos opressores da realidade vivida na sociedade, introduzindo uma perspectiva de protagonismo e autonomia na educação. Ou seja, sua proposta é de uma educação libertadora que implique uma transformação social, a apropriação de uma identidade cultural, desprovida

dos estereótipos de dominação. Compreendemos que estas ações se dirigem às próprias opressões, bem como dos grupos excluídos a quem o olhar torna-se possível diante do processo de conscientização.

A pedagogia feminista, por seu turno, se preocupa com as desigualdades entre homens e mulheres, partindo da noção de gênero. Nossa organização social subordina e invisibiliza as mulheres em sua própria história, ante a dominação dos homens. No entanto, os movimentos feministas promovem transformações nestas relações, em busca do fortalecimento psíquico e social das mulheres em suas práticas e histórias (SANTOS & BONFIM, 2010).

Segundo Guacira Lopes Louro (2015), o movimento feminista no Brasil se incide com o período da ditadura militar, com possibilidade de afirmação nos anos 70 entre estudiosos e militantes; há uma mistura entre militância e vida acadêmica. Afirma que grupos de estudos de gênero e sexualidade algumas vezes sofreram resistências, outros tiveram dificuldades de disseminação. Na educação, os estudos de gênero foram se relacionando com a sexualidade e as teorias queer, apostando numa proposta desconstrutivista que questiona a ideia construtivista e normativa da educação. Na perspectiva pós-estruturalista há a possibilidade de um diálogo com as teorias queer, embora seja complexo do ponto de vista prático. A/o docente em sala de aula necessita de algumas certezas que divergem da perspectiva queer. Sendo assim, considera a importância das certezas provisórias e suas incertezas que proporcionem uma ampliação de pensamento e construção de conhecimento.

A/o docente possui um lugar fundamental na sociedade para as desconstruções dos estigmas e das verdades e universalidades absolutas, libertando consciências. É assim que outra categoria profissional que vem sendo perseguida, acusada de “doutrinar” alunas e alunos. Uso o termo inadequado porque de fato apenas compreendendo que crianças, jovens e adultos não sejam capazes de refletir aquilo que escutam; seriam doutrinados a pensar de maneira igual a suas/seus professoras/professores. Óbvio que é o/a docente que assume um papel importante e privilegiado no sentido de promover o incentivo à construção do conhecimento, mas não encontramos tábulas rasas sem vivências para criar suas maneiras de pensar e agir no mundo deliberadamente. Portanto, é até de forma infantil, utilizando-se do grotesco, que este argumento ganha corpo em nossa sociedade. A perspectiva de construção de um conhecimento conciso só se faz possível por meio de uma incitação crítica aos conteúdos, em que as/os estudantes sejam capazes de elaborar singularmente seus entendimentos, que produzem por sua

vez ainda suas existências em seus contextos diversos de vida, incluindo o espaço da educação formal.

Louro propõe pensar o queer como uma disposição política e existencial, apostando na diferença, como sendo possível o entrelugar, o movimento de trânsito da sexualidade e gênero, a não fixidez de território. Utilizar esta disposição para pensar a educação, questionar o inquestionável, de forma ampla. Provocar o estranhamento do conhecimento, pensar o currículo e o que dele faz e deveria fazer parte, problematizá-lo. Trata-se ainda de refletir os saberes subalternos e desqualificados.

É válido ressaltar que, como estamos aqui lidando com as desconexões que se entrelaçam, é no bojo de uma Psicologia excludente e capitalista que também encontramos outras formas de fazê-la, até como resistências, como acontece na América Latina com muitas expressões que se opõem aos modelos hegemônicos do norte do globo. Expressões que se ligam aos movimentos sociais e se pautam pelo compromisso com as questões sociais e com as realidades de seus contextos. E, assim, temos realizado em pequenos grupos na Psicologia formas de sustentarmos um fazer ético e comprometido socialmente, com base científico-metodológica séria, neste momento.

2018 foi o “Ano da Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia”. Neste ano foram realizados Encontros Regionais e um Encontro Nacional no campo da Psicologia para a discussão de alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. A última DCN data de 2004, com uma alteração em 2011 que efetivamente prevê a entrada de uma formatação dentro dos cursos para formação de professoras e professores de Psicologia. No entanto, percebendo que vivemos um período de intensas transformações sociais e que em 2011 não houve uma alteração mais estrutural do documento como um todo, a mais atual discussão se propôs à adequação da formatação dos cursos de maneira a melhor assegurar o compromisso social da Psicologia. Este processo foi impulsionado pelo Conselho Nacional de Saúde, que orientou que fosse realizada uma revisão por todos os cursos de saúde (SOLIGO, 2017).

Tive a oportunidade de participar de um desses encontros regionais, ocorrido na Região Metropolitana do Recife. Nele discutimos, dentre outros aspectos da formação, os marcadores sociais que necessitam estar presentes no texto da DCN dos cursos de Psicologia, de forma que sejam assegurados efetivamente neles. No diálogo pensamos os marcadores, incluindo os

pautados por este trabalho, e suas inter-relações. Considero um grande avanço esse caminho, ainda sendo construído para uma nova DCN, de maneira a consolidar a teoria, desembocando na prática psi contextualizada e promotora de justiça social. É preciso trabalhar as realidades locais e direcionar este saber e prática para o fortalecimento dos sujeitos e sua libertação, como ponderava Freire (1987/1970) sobre a educação.

Compreendendo a academia, em seu viés formativo, como lugar primordial da construção de conhecimento, que se fazem em valores e princípios – adquiridos e legitimados socialmente -, com objeto de estudo a inter-relação entre gênero, sexualidade e religião, faz-se fundamental pensar as imbricações que estes marcadores vivenciam na constituição da Psicologia, em seu processo de formação. Pensamos acerca da formação, mediada por estes marcadores, em suas dimensões teórica, metodológica e ético-política. Assim, formulamos o questionamento: *Como o atravessamento das inter-relações entre os marcadores Gênero, Sexualidade, Família e Religião influenciam na formação discente e construção do conhecimento científico em Psicologia?*

## **2.5 A laicidade, a religião e a Psicologia**

Sabemos que após uma longa história de intrínseca relação entre Estado e Igreja, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, em seu art. 5º, inciso VI, dispõe que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. No seu art. 19, inciso I há vedação ao Poder Público em “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

A partir dos dispositivos constitucionais, o Brasil firma-se enquanto Estado laico, onde a liberdade religiosa é garantida por lei. Segundo Rachel (2012), “Estado laico é estado leigo, secular (por oposição a eclesiástico). É estado neutro” (p. 2). Desta forma, numa dimensão filosófica e metodológica, a laicidade deve ser compreendida como um modo de pensar uma razão crítica, que foi inaugurado na secularização, transição para a era moderna, por meio da possibilidade de discursos múltiplos. Este sentido dirige-se à livre consciência individual, podendo realizar adesão ou não a uma religião. A laicidade possibilita e garante formas de existir que promovem a tolerância, a liberdade de crença, opinião e pensamento.

Para Rachel (Op. Cit.), este modo de pensar traz desdobramentos para as concepções do Estado que se diferencia do Estado teocrático, onde os poderes religioso e político se

imbricavam, e do Estado confessional, onde o poder político se vincula, juridicamente, a uma religião oficial. Sendo assim, o Estado laico estabelece cisão entre Estado e Igreja, vedando qualquer aliança no que tange a relações de poder entre ambos.

O Brasil se tornou um Estado laico, ou seja, ocasião em que o país deixou de ter uma religião oficial, com o Decreto nº 119-A, de 07/01/1890, cuja autoria pertence a Ruy Barbosa. É válido salientar que a Constituição brasileira também protege o direito ao ateísmo, uma vez que a liberdade de crença e de consciência envolvem a escolha de uma religião, seita ou a possibilidade de mudar de religião, bem como, a descrença, a não adesão à religião, o ateísmo e agnosticismo (RACHEL, 2012).

Segundo Gómez (s/d) a realidade social se materializa no produto das crenças, elaboradas histórica e coletivamente entre os povos. A experiência do sagrado seria “uma espécie de coração social que permite o pulsar das coisas e sua dimensão mais profunda e comunitária. O sagrado se faz fortemente presente e atuante” (p. 5).

A superioridade do sagrado remete à força que possuem as concepções consolidadas a partir das religiões. A religião, religiosidade, crenças e descrenças, constituintes de homens e mulheres, possuem forte influência na vida das pessoas, nas suas formas de existir, de perceber o mundo e de se relacionar nos grupos sociais. Ou seja, a relação que estabelecemos com a experiência do sagrado, ou sua ausência, é uma linha que nos costura, que se imbrica em nossos modos de subjetivação. Desta maneira, podemos vislumbrar que essas questões são atravessadas intensamente por concepções de sexualidade e gênero, remetendo a papéis, expressões, práticas, vivências de uma maneira geral.

Neste contexto, torna-se fundamental pensarmos a tensão social existente entre os Direitos Humanos, enquanto ideal de respeito às formas de viver, e as comunidades morais que se fixam nos ideais religiosos de modelos baseados no pensamento binário. Tal pode ser exemplificado na ideia onde homem e mulher se complementam para constituir uma família, a partir de uma união heterossexual que possibilite a procriação e perpetuação da espécie, dos genes e dos sobrenomes.

Segundo Natividade e Oliveira (2013), vivemos um processo de transformação na população brasileira que envolve dois aspectos básicos. A via religiosa que se reaviva promovendo uma exacerbação do estranhamento da diversidade de configurações familiares, sustentado por uma moral sexual convencional que garantiria o afastamento “da instabilidade da vida comum, da vida precária, dos laços de insegurança” (p. 14). A outra via é a libertária que remete à vida privada, expressando também um desejo de mudança que remete à

intensificação “da autonomia individual, da preeminência do desejo pessoal sobre os acordos relacionais” que poderiam possibilitar o acesso aos bens sociais e culturais (p. 14).

Assim, a "guerra" entre essas visões se instaura, inclusive no campo científico, acionando os recursos midiáticos e as forças políticas, tal como as bancadas do Congresso Nacional que veiculam propostas baseadas em fundamentalismos que produzem violência e cristalizam as possibilidades de ser no mundo dos sujeitos. A macro e a micropolítica se realimentam em práticas, que podem ser libertadoras ou estigmatizantes e mortificantes.

Tatiana Lionço (2015) nos explicita que o que chamamos comumente de fundamentalismo religioso não corresponde conceitualmente a um signo eclesial, mas a um projeto político de extrema direita, disfarçado de autoridade religiosa. A finalidade real do projeto é a escusa ao compromisso com a democracia, ao diálogo entre diversas forças, opiniões e pactuações políticas. Desta maneira, entendemos que essas últimas são feitas em nome de interesses particulares e não coletivos, de pequenos grupos que estabelecem relações de poder e dominação entre si, num viés capitalista de dominação dos corpos, das forças de trabalho, dos lucros e das vidas.

A autora afirma ainda que há uma disputa sobre o conceito de laicidade, sem concordância coletiva, inclusive no Supremo Tribunal Federal (STF). Isto aponta para a necessidade de discussões sérias e de forma coletiva. Temos visto atualmente muitos discursos baseados no argumento da laicidade, utilizado de maneira conveniente como se defender visões religiosas nos espaços políticos fosse liberdade de crença e sua expressão. No entanto, é preciso problematizar quando falamos de políticas e serviços para o coletivo, uma vez que para pautar em nome do religioso, teria que se abarcar todas as formatações religiosas, inclusive o ateísmo e o agnosticismo, o que seria inviável. Portanto, é preciso ponderar que em determinados espaços o argumento religioso não faz parte da natureza de pensamento e ação. É o caso das políticas públicas e da ciência, embora o contrário se efetive em muitos caminhos de nossa sociedade pautados por ações das/dos congressistas em nome de Deus.

Esses discursos religiosos “não formam um sistema isolado e autônomo, mas se articulam a representações difusas na sociedade brasileira e correspondem, em última instância, a fios no interior de uma densa trama de relações de poder” (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2013, P. 81). Compreendendo a religião como a base de muitas das nossas crenças arraigadas, com destaque neste momento para esta reflexão de sua relação com a ciência, parece imprescindível refletir suas influências entre professoras/professores e estudantes dos cursos de Psicologia, uma vez que se trata de uma profissão que deveria possibilitar a ampliação das formas de existir no mundo. Além do mais, tais reflexões se tornam importantes porque se

espera da/do profissional da Psicologia uma conduta consonante com o Código de Ética (2005) que apregoa não caber nenhum tipo de juízo de valor acerca do outro. Desta maneira, a/o profissional deveria contribuir para a “eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (p. 7), ficando bastante expresso que o trabalho deve ocorrer de forma independente das crenças das pessoas. Vale salientar que o Art. 2º que assevera ser vedado à/ao psicóloga/psicólogo “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais”. (p. 9)

Em concordância com a Constituição Federal, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) assume um posicionamento frente à questão da religião e da espiritualidade, considerando que a laicidade é um princípio pétreo. Pois, ao mesmo tempo em que compreende que a religiosidade e a espiritualidade são parte importante da cultura brasileira, cuja expressão é assegurada constitucionalmente, também entende que as/os cidadãs/cidadãos têm “o direito de declararem-se não adeptos de qualquer religião” (2014, s/p.).

A laicidade é um princípio que possibilita diretamente a liberdade de consciência e crença, portanto sendo pauta dos direitos humanos que preconizam a dignidade das pessoas e de suas vidas. A secularização da sociedade promoveu esta nova lógica, em que o aparato da ciência ganhou corpo e a dominação religiosa perdeu espaço. Ainda assim, até hoje vimos movimentos fundamentalistas religiosos contrários à diversidade humana, e, conseqüentemente, também em oposição à democracia. Nessa perspectiva, almejam e perseguem a homogeneização e dominação estereotipada dos indivíduos, famílias, papéis sexuais e de gênero, baseados na lógica binária e heteronormativa, buscando o retorno à centralidade de Deus no campo político (LIONÇO, 2017). No entanto, a autora nos alerta que

o ponto cego da democracia laica é a possibilidade de proteção da existência de discursos avessos à própria laicidade e à ética democrática. No interior das democracias laicas também podem surgir expressões de crenças de que a lógica democrática e laica deve ser alterada, opondo-se à democracia e à laicidade. Este é o caso do fundamentalismo religioso (p. 4).

Só há como garantirmos a democracia pela possibilidade do discurso e do questionamento, salvaguardando a laicidade e sem fundamentalismo que impossibilite as interrogações nas lógicas pautadas para a sociedade. Ou seja, é preciso assegurar a separação do Estado laico, do viés político-religioso garantindo que tal viés seja problematizado e não possa servir de fundamento para a ciência e para as profissões num fazer ético. É por meio da oposição e dos questionamentos que se torna possível avaliar e propor ações políticas para as populações, incluindo sobretudo grupos mais vulneráveis e menos visíveis. Em suma, o CFP não deixa dúvida de que os dogmas religiosos não podem jamais servir de fundamentação para

teorias e práticas da Psicologia, uma vez que não correspondem aos critérios científicos necessários para refletir sobre a diversidade humana, como também, por desrespeitarem a laicidade constituinte de tal campo.

No entanto, vivemos uma guerra moral no país e, diante dela, é preciso que cada uma/um pese suas palavras, uma vez que a desumanização e satanização vêm sendo lançadas sobre pessoas como uma violação moral e dos direitos humanos. Relembrando a caça às bruxas, a autora afirma que hoje é o próprio satanás que vem sendo caçado, personificado em quem luta pela diversidade, já que o projeto político é de homogeneização das existências, tanto no que tange ao aspecto das diferenças quanto das consciências. São três vieses de fundamentalismo religioso que circundam a Psicologia: a Resolução CFP 001/1999 que estabelece as normas para atuação frente orientação sexual; a intitulação de grupos dentro do próprio campo de saber intitutados Psicólogas/Psicólogos Cristãs/Cristãos, definindo que suas atuações e argumentações fundamentalistas se baseiam em dogmas religiosos vestidos da Psicologia, de forma distorcida, e, por fim, a necessidade de marcos de referência norteadores para o exercício da ciência e profissão de forma laica (LIONÇO, 2012; 2017).

É por isso que o campo psi vem sendo incessantemente atacado enquanto ameaçador da lógica que objetiva retirada ou precarização de direitos de grupos minoritários, em detrimento da dominação dos hegemônicos. Desta maneira, a autora afirma ainda que quem defende os direitos humanos e uma democracia laica, é agredida/agredido de forma real e/ou simbólica. Essa violência acontece de diversas formas com os grupos, excluídos ou não, com base nas normas de gênero e no padrão pautado pelo homem branco. As ações vão de opressões estabelecidas ante as normas de sexo e gênero, genocídio étnico, à intolerância religiosa das expressões, cristãs ou não, que não seguem a hegemonia de um deus que corresponde ao projeto político segregador e excludente. Porém,

nós não seremos facilmente silenciadas/os, pois a cada recusa, a cada negação, a cada abolição simbólica, nós retornamos como chaga aberta. Estes traumas serão reeditados, ainda muitas vezes, até que o Brasil elabore sua história, até que o Brasil assumo como sua a Carta Magna que regada a sangue foi erguida neste país pela força da insistência na denúncia das violações e pelo sonho de uma nação livre e justa (LIONÇO, 2012, s/p.).

É diante destas variações de concepções políticas que se fundamentam os cursos de Psicologia do país. Entre as bases do CFP que propõem uma atuação libertadora, os fundamentalismos conservadores que promovem a manutenção do padrão e as resistências possíveis na interseção da academia e movimentos sociais: feministas, LGBTQI+, e de direitos humanos de uma maneira geral.

Diante deste cenário, destacamos a importância de pensarmos a laicidade dentro dos cursos de Psicologia, para além de uma questão jurídica, de maneira que estudantes e profissionais possam pautar ciência e profissão ética, em respeito à diversidade. Sabemos que a Psicologia nem sempre esteve a serviço das minorias, da liberdade e da justiça social e esta história precisa ser considerada e revista nas construções da contemporaneidade. Assim, propomo-nos a realizar um trabalho que se configure em seu aspecto teórico de pesquisa científica, que possa fundamentar estudos e discussões na área, bem como políticas públicas que possam vir a direcionar a educação formal de maneira laica. Afirmamos que é necessário discutirmos esta temática, enquanto marcador de subjetivação, no processo de formação de estudantes que buscam compreender sujeitos e suas relações; diante ainda de um curso que tem em sua natureza a compreensão da diversidade como humana, e a promoção de seu respeito como compromisso para a construção de uma sociedade mais justa e saudável mentalmente e nas relações.

### 3 METODOLOGIA

O caráter interventivo em pesquisa nos remete a uma forma de responsabilidade profissional que é oferecer à sociedade e à profissão o produto dos estudos realizados, trazendo uma concretização das compreensões que podem impulsionar as melhorias da profissão da Psicologia. Almejamos uma produção onde não falaremos por, mas com as/os participantes, em alguma medida, num modo não tradicional de fazer Psicologia (FINE, 2015).

Apontamos assim a importância do estudo da relação entre os marcadores escolhidos, uma vez que os compreendemos como estando nas bases da formação em Psicologia que refletirão em práticas e posturas profissionais. Almejamos uma investigação que possa compreender as singularidades e inter-relações entre eles. Entendemos que a religião é tomada aqui como o aspecto que tensiona a formação das demais concepções e por isso procuraremos observar, durante todo o processo, suas influências diante dos demais marcadores.

Iremos agora detalhar a natureza, participantes, instrumentos e o procedimento de coleta e análise dos conteúdos, de acordo com os objetivos propostos e suas teorias de base que nos trazem o recorte e direcionamento no fazer científico.

#### 3.1 Natureza da Pesquisa

A partir dos objetivos propostos nesta pesquisa, optamos por adotar a natureza qualitativa de metodologia, através da qual é possível ter um maior aprofundamento das questões sociais (MINAYO, 2010). Minayo afirma ainda que este aprofundamento está relacionado ao interesse da/do pesquisadora/pesquisador pelo conhecimento e suas condições sócio-históricas.

Sendo assim, adotamos a concepção de objetividade científica de Haraway (1995), que se dirige a uma definição explícita por parte da/do pesquisadora/pesquisador de que lugar inicia seus estudos, qual seu interesse no fazer científico e suas áreas de conhecimento e identificação, as quais deseja aprimorar. É, portanto, da área social, no que tange à diversidade humana, numa concepção pós-estruturalista, que partimos para melhores compreensões. É ainda pelo interesse em promover transformações sociais através do meio científico e na sociedade em geral, por consequência direta da relação entre ciência e sociedade, que nos dispusemos a este trabalho.

Desta forma, creditamos que esta maneira de fazer ciência é a mais adequada aos nossos objetivos e interesses, uma vez que levamos em conta e almejamos aprofundar as contextualizações histórico-sociais.

Adotamos a perspectiva advinda da noção de intervenção, que nos remete à ação, intercessão, como uma proposta trazida pela pesquisadora, adotada e reconstruída pelas pessoas participantes, e assim resignificada no seu acontecimento. Desta maneira, não há alguém que constrói e alguém que apenas participe, todas/todos são um elemento de um conjunto relacional de produção do conhecimento, embora possamos assumir lugares diferentes na proposta acordada.

Este tipo de pesquisa, advindo da metodologia da pesquisa-ação, propõe a construção de conhecimento científico por meio de atuação junto às/aos participantes, possibilitando transformações e movimento no processo de produção das ações/conhecimentos. Desta forma, é uma modalidade bastante propícia ao fazer científico que lida com aspectos da constituição humana e social, objetivando benefícios ante os aspectos estudados (GIL, 2010).

### **3.2 Participantes**

Trabalhamos com discentes do curso de Psicologia de uma instituição de ensino superior – IES, na Região Metropolitana do Recife. O perfil definido foi estar cursando a partir do quinto semestre do curso, uma vez que se espera que já tenham visto algumas questões básicas acerca do que se propõe a Psicologia e sua cientificidade, bem como, a partir deste momento, estudantes já devem ter realizado reflexões sobre nossos marcadores na academia.

Delimitamos a faixa etária entre estudantes de 20 a 29 anos (de forma a não enviesar a pesquisa por ciclos de vida diferentes, optando por uma população de jovens, maiores de idade, dentro de uma década, que representam a maioria das/dos estudantes). A quantidade de dez participantes se deu pela adesão e pelo próprio processo de análise que apontou ser suficiente para o entendimento buscado, uma vez que se trata de natureza qualitativa, que nos possibilita um entendimento de questões sociais, como afirma Minayo (2010).

Inicialmente tínhamos a proposta de trabalhar também com docentes, convidando a todas/todos e trabalhando com as/os que aderissem à participação na pesquisa, após sua explicação e seus cuidados éticos. No entanto, devido a questões internas vivenciadas no programa de pós-graduação e em torno de uma disciplina cursada à época, avaliamos ser prudente aguardar um pouco.

Ao avaliarmos que o terreno estava mais propício ao trabalho, identificamos que a conjuntura política instaurada era muito dificultosa aos encontros, bem como adveio o desejo de antecipar a conclusão deste trabalho antes que tal situação pudesse ser piorada, inclusive com perseguição às universidades mais efetiva e também às temáticas aqui estudadas. Embora a antecipação não tenha sido viável, mantivemos a ideia de não mais trabalhar com docentes,

sobretudo porque o material construído com discentes era bastante potente e consideramos importante realizar um maior debruçamento sobre ele.

Somou-se ainda a urgência em fechar as análises antes desta realização para aí sim dialogar já com alguns pensamentos construídos e elaborar com o corpo docente problematizações sobre necessidades que passaram a se fazer mais urgentes na revisão deste curso e seus pilares documentais e ideológico-éticos. Portanto, passamos a perceber que a relação desta pesquisa com o corpo docente se transforma na proposta de expor essa produção para lançar o desafio de transformação do curso. Este direcionamento se dá com a proposta de continuidade da promoção de uma Psicologia que participa da construção de justiça social, pela ciência e por seu fazer profissional.

Consideramos as diversas religiões das/dos discentes envolvidas/envolvidos, como questão fundamental de nossa pesquisa e alguns pontos foram discutidos por meio de suas experiências religiosas anteriores.

Traçamos então um perfil sóciodemográfico (Anexo B) para identificar sexo, gênero, orientação sexual, idade, cor/raça, religião, escolaridade, profissão/ocupação, território de nascimento, que nos delimitou uma caracterização do grupo. Segue o quadro da composição dos membros:

### Compilado dos questionários sóciodemográficos

Marcadores				
SEXO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	IDADE	COR/RAÇA
6 mulher 4 homem	9 Superior incompleto 1 Superior completo (outra graduação anterior)	/Ocupação 10 Estudante: Dentre as/os 10: 1 Fotógrafa 1 Instrutora de idiomas 1 Publicitário	24 a 29 anos	4 Branca/o 6 Negra/o
GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	RELIGIÃO	TERRITÓRIO DE NASCIMENTO	
10 Cisgênero	5 Heterossexual 1 Pansexual 2 Bissexual 2 Homossexual	8 Não possui 2 Agnóstica/o	1 Natal 8 Recife 1 Cabo de Santo Agostinho	

### 3.3 Instrumentos

O método utilizado foi plurimetodológico, incluindo ao seu término a devolução das interpretações aos sujeitos participantes, e a realização de intervenção, que compreendemos

ocorrer durante todo o processo. Propomos o uso respectivo de: 1- pesquisa documental, 2- oficinas temáticas, explicados a seguir.

Ao estudarmos a história da Psicologia, percebemos que no Brasil houve uma cristalização norteadora de seu percurso. Após a instituição do currículo mínimo em 1962 para a formação de psicóloga/psicólogo, referenciado pelo parecer de n. 403/62 do Conselho Federal de Educação (CFE), só houve alteração após quarenta e dois anos, com novas Diretrizes Curriculares, em voga até hoje nesta formação (LISBOA & BARBOSA, 2009).

Não há como negar a existência de avanços dentre as novas Diretrizes, que apresentam o/a profissional que se pretende formar, o que espera das instituições e as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas durante a formação em Psicologia. No entanto, segundo Dimenstein (2000), a busca por uma Psicologia neutra e apolítica culmina com uma ideologia dominante e conservadora que desconsidera as multiplicidades humanas com seu formato acrítico e individualista.

Neste sentido, apontamos como fundamental analisar os documentos que baseiam esta formação, a partir do projeto pedagógico e grade de componentes curriculares utilizados atualmente na graduação, almejando compreender como estão dispostas as temáticas gênero, sexualidade, família e religião.

Para tanto, buscamos o conhecimento destes documentos, analisando-os criticamente em relação à forma que se estabelece ou não a discussão acerca da temática proposta. A pesquisa documental aparece como uma compreensão concreta acerca do que se pauta enquanto paradigma dentro desta formação. Consideramos essencial realizar uma pesquisa documental na IES, no que tange ao curso de Psicologia, buscando analisar se é, como e em que momento – disciplinas e séries - abordado o conteúdo da laicidade e da religião na formação de psicóloga e suas inter-relações com gênero, sexualidade e família. Para tanto, algumas indagações iniciais estiveram na base desta etapa: Quando começou a ser utilizado o currículo atual? Qual a contextualização histórico/social/política que promoveu a utilização deste currículo?

Visando possibilitar o aprofundamento das diversidades qualitativas e encontrar os aspectos em comum entre as/os participantes da pesquisa, utilizamos oficinas temáticas, com cada marcador escolhido para esta pesquisa, assegurando ao final questionamentos previamente construídos, elaborados de forma dinâmica e com um rico material para analisar. Com consentimentos concedidos, as oficinas foram filmadas, salvaguardando os cuidados éticos tais como explicações pertinentes, sigilo de identidade e escolha dos questionamentos de forma respeitosa às maneiras de pensar.

Mantivemos um grupo de whatsapp para comunicação acerca dos encontros. Esse grupo depois permaneceu como espaço de trocas sobre os conteúdos, informações e para que pudéssemos manter também o contato para devolução após análise e convite a participar da defesa de tese, caso houvesse desejo e se sentissem à vontade. Foi combinado ainda que antes da defesa, apresentaríamos ao grupo para que pudessem opinar, com a possibilidade de realizarmos modificações, já que a construção se deu no coletivo.

Desta forma, estabelecemos temas específicos diante do trabalho proposto que foram trabalhados com o grupo discente do curso de graduação em Psicologia. Os grupos foram conduzidos pela própria pesquisadora, no intuito de aproximação com o fenômeno estudado e para uma maior compreensão.

No processo de devolução final nos propomos a realizar dois momentos: no primeiro uma discussão com base em teóricos que abordam a temática da religiosidade/laicidade, sexualidade, gênero e família, em concomitância com a nossa Constituição Federal, que prevê a laicidade, de forma a oferecer um referencial teórico que possibilite contribuir com a formação em Psicologia de maneira crítica. No segundo momento, a realização de novas oficinas para debater a temática e nossas compreensões, repensando coletivamente com estudantes acerca das conclusões, trazendo a possibilidade de uma reflexão crítica, histórica e politizada das temáticas estudadas.

Durante o período da pesquisa foram resguardadas as questões éticas, mantendo sigilosa a identidade das pessoas participantes e respeitando todas as formas de pensabilidades e concepções que apareceram no movimento da pesquisa.

É válido salientar ainda que não realizamos nenhum tipo de julgamento de valor diante das religiões dos sujeitos participantes, suas crenças ou ausência das mesmas. Nos grupos, tomamos ainda a preocupação de manter o respeito entre os membros a partir de uma condução que permeou a possibilidade de expressão de cada uma/um.

Percebemos como a pesquisa qualitativa, a partir de sujeitos porta-vozes, representativos diante do objeto de estudo e seus objetivos, numa perspectiva de triangulação, se faz um instrumento extremamente rico na construção do conhecimento. Triviños (2009) afirma que há nesta forma de pesquisa um caráter histórico, dialético, que se direciona a uma visão complexa e aprofundada dos fenômenos, vai além da compreensão dos significados de pressupostos, mas busca o entendimento das “causas de sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais” (p. 130).

Percebe-se então a necessidade do cuidado com o objeto de pesquisa, que se relaciona ao humano, e para tanto expressamos o cuidado com as informações de pesquisa que serão mantidas salvaguardadas de maneira sigilosa, onde apenas as pesquisadoras terão acesso e só serão utilizadas com fins de estudo neste e futuros trabalhos científicos.

Aos/às participantes buscamos elucidar ainda, por meio de explicação oral e respaldo documentado pelo TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (ANEXO A), que foi assinado para concordância com a participação na pesquisa, que poderiam se desvincular dela em qualquer momento, caso assim desejassem. No entanto, tal desejo não ocorreu.

### **3.4 Procedimento de produção**

Após contato e anuência do departamento de Psicologia da universidade, analisamos os documentos do curso (currículo atual e o plano pedagógico vigente) que possibilitou uma análise trans-histórica do curso, refletindo o que foi modificado de acordo com os processos experimentados na ciência e profissão da Psicologia.

Posteriormente, realizamos oficinas com discentes em grupo, a partir de atividades propostas que possibilitaram a estimulação para os ricos debates construídos. Tal procedimento iniciou com a devida explicação da pesquisa e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, realizando-as após consentimento e assinaturas dos termos, em local silencioso e sem interferência de outras pessoas, em sala previamente reservada e com agendamentos combinados com o grupo. Estas foram filmadas e analisadas, e salvaguardadas no LabEshu – Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana, com o qual possuímos vínculo.

Utilizamos ainda o termo oficina por uma escolha teórico-metodológica, considerando seu significado. De origem latina, o termo existe em português desde o século XIV. Inicialmente tido por espaço físico de conserto de materiais, tomou acepção de fábrica, loja, estúdio e laboratório. Passou a ser utilizada ainda no sentido pedagógico, revelando intenção de desenvolvimento de aptidões e habilidades por meio de atividades (REZENDE, 2019). Assumimos aqui o sentido de laboratório de ideias, produção de conhecimento e sentidos que dão continuidade nas vivências singulares e coletivas de cada membro participante da mesma.

Optamos ainda pela oficina por tratar-se de prática discursiva vivenciada no grupo, com viés político, uma vez que o coletivo está imerso em discursos institucionalizados e produções histórico-culturais. Trata-se de uma estratégia metodológica, originada numa leitura construcionista, em que a pesquisa é acontecimento, construção social. Assim, a oficina possibilita a discussão do foco de conhecimento proposto a ser produzido, envolve o funcionamento dinamizado pelo próprio grupo enquanto processo, e ainda o caráter

transformador e de ordem política nos coletivos. Entende os grupos como “espaços privilegiados para estudar as relações de poder que controlam, selecionam e organizam enunciados, bem como produzem regimes de verdade e formas de resistência” (SPINK, MENEGON e MEDRADO, 2014).

Nas etapas finais dos debates de cada oficina, foram realizadas algumas perguntas, quando elas não haviam sido ainda tratadas e ainda com o propósito de sintetizar as ideias (ANEXO C).

Realizamos contato e procedimento de pesquisa com as/os participantes em três meses, em três oficinas com duração de 3 horas cada, em acordo com o grupo, que considerou viável e interessou-se pelas discussões. O grupo foi composto por 10 estudantes voluntárias/voluntários, de maneira que houve espaço de fala para todas as pessoas dinamicamente, em diálogo conjunto.

Como pesquisadora, conduzi e filmei os grupos, uma vez que utilizei um tablet e por seu tamanho foi possível manter a atenção a toda discussão. Tal situação enriqueceu o trabalho, uma vez que a condução se deu estando envolvida com o material que ali estava sendo produzido, ainda garantindo a proximidade com esses conteúdos para posterior análise dos registros realizados.

É válido salientar que em todo o processo foram respeitadas as condições éticas e a/o participante poderia se retirar da pesquisa caso se sentisse desconfortável. No entanto, houve unanimidade no grupo em entender que aquele trabalho se tratava de uma construção coletiva de conhecimento, que foi por ele compreendida como atividade universitária de abertura ao diálogo e à produção protagonista de conteúdos e embasamentos. As etapas foram entrecruzadas na análise que será descrita a seguir.

### **3.5 Procedimento de análise**

Utilizamos uma Analítica Descritiva das Práticas Discursivas e Não-discursivas, baseada nas contribuições foucaultianas que consideram as construções discursivas envolvidas em condições históricas que a fazem aparecer. Ou seja, utilizamos a análise arque-genealógica, uma vez que trabalha com toda a construção discursiva, na formação dos objetos e da própria sociedade e seu contexto histórico que faz aparecer os acontecimentos (FOUCAULT, 2008/1969).

Na arqueologia Foucault, busca-se entender modos de subjetivação do sujeito, numa relação temporal e de denominação-dominação acerca das identidades, a partir dos discursos circulantes. Na genealogia, o autor se debruça sobre o poder eminente nos regimes de verdade.

Escolhemos uma análise que privilegia a relação entre esses dois modos de pensar foucaultianos, uma vez que almejamos compreender os discursos de um saber num tempo e contexto sócio-históricos, bem como, nos direcionamos a analisar inevitavelmente relações de poder entre as/os participantes envolvidas/os (FOUCAULT, 2006 a/1957; 2006 b/1965; 2008/1969; 2010/1999).

Assim, a análise se deu em torno dos discursos falados e filmados, mas também dos contextos e das relações refletidas, uma vez que os discursos que pululam na sociedade e em suas estratificações nas relações se fazem de maneira tática e estratégica, ou seja, discurso na perspectiva que adotamos está nas bases das construções humanas de uma maneira geral e nos subjetivam, ou seja, produzem formas de existir (FOUCAULT, 1996/1970). Acreditamos desta forma dar conta de analisar a relação do curso com os conteúdos aqui definidos, imbricada com discentes que, inevitavelmente, apareceram no processo, uma vez que as duas partes estão imbricadas no acontecer da inter-relação entre os marcadores estudados.

Neste interim, inicialmente realizamos a análise documental e posteriormente as oficinas com discentes. Na primeira etapa, analisamos o projeto pedagógico do curso, buscando compreender sua estrutura e conteúdos. Observamos o uso da língua, os eixos trabalhados e as aproximações com nossas temáticas e suas transversalidades, com o intuito de refletir sobre os referidos aspectos. Sobretudo na última etapa algumas frestas foram percebidas e que foram confirmadas com o grupo discente trabalhado. Além disso, trouxeram detalhamentos desses processos em prática e problematizações em suas compreensões.

Como é da natureza qualitativa e especificamente desta pesquisa que se propõe interventiva desde seu início, o momento histórico esteve intimamente atravessado nas compreensões, leituras e escrita. Deu-se esse olhar para o processo histórico com o compromisso ético da Psicologia com a sociedade, que necessita para tal analisar criticamente os contextos locais, globais e sociais.

#### 3.5.1 Análise do Projeto Pedagógico do Curso

O projeto foi analisado em duas vertentes: forma e conteúdo. Pudemos pensar a primeira (forma) por meio do uso da língua, sobretudo quanto ao gênero, como também, pelo uso dos termos e seus desdobramentos buscando problematizar os acontecimentos e os contextos de suas produções. A estruturação possibilitou uma compreensão geral do curso e como está disposto ao longo dos anos da formação. A forma textual se relaciona ainda com os entendimentos dos conteúdos, que puderam ser observados por seus desdobramentos e localizações durante o curso.

A formatação do curso está disponível no projeto, o que nos permitiu um olhar ampliado sobre a graduação em Psicologia que contempla as ênfases escolhidas para o curso, os componentes oferecidos e suas localizações em núcleos e eixos.

Essa análise se desdobra nos conteúdos em si, iniciando pelo objetivo descrito e suas relações ao longo do documento. A forma como se descreve o texto também gera reflexões sobre os conteúdos trabalhados durante o curso.

Buscamos ainda compreendermos, por meio das ementas, como os seus conteúdos deveriam ou poderiam ser trabalhados refletindo sobre suas localizações nos eixos e sobre o que denominamos de estatuto, ou seja, se estão enquanto componentes obrigatórios ou complementares.

### 3.5.2 Análise dos Componentes Curriculares

O currículo é formado pelos componentes que são divididos por núcleos e eixos. Os componentes curriculares são compostos por ementa, objetivos, conteúdos, referências básicas e complementares, informações identificatórias do departamento, carga horária e o nome do componente.

Almejamos tecer reflexões sobre as suas estruturas, estabelecendo comparações entre eles, interrogando suas formas de distribuição e localização no curso a partir de uma analítica foucaultiana que interroga a produção discursiva e seus contextos.

Nessa perspectiva, interrogamos os desafios que a programação de cada componente se defronta para sua efetivação, considerando as diversas dimensões do cotidiano de uma universidade que impactam nas programações pré-estabelecidas.

### 3.5.3 Análise das oficinas

Foram realizadas três oficinas que foram distribuídas a partir das temáticas investigadas. Inicialmente havia a possibilidade de serem quatro oficinas, uma para cada tema, entretanto, na primeira, relativa à gênero, a temática sexualidade foi tão permeada que foi necessário um novo delineamento para analisar as diferenças e semelhanças de compreensões entre os dois conceitos. Assim, a primeira oficina foi sobre gênero e sexualidade, a segunda sobre família e a terceira sobre religião/laicidade.

É crucial salientar que essa divisão foi "meramente" didática, buscando enfatizar cada marcador, de forma que fosse garantida a discussão a seu respeito, no entanto, elas não deixaram de se entrelaçar nos debates realizados. Estes enlaces inclusive aconteceram de forma espontânea nas colocações e entendimentos das/dos próprias/próprios discentes.

As oficinas foram filmadas, resguardando todas as questões éticas e posteriormente analisadas pelos discursos e relações produzidos. Esta análise foi pensada, não com base em

discursos reveladores de uma verdade, mas compreensões que se fizeram possíveis no acontecer do grupo que se propôs a reflexões críticas, problematizando os imbricados do processo de formação em Psicologia e seus propósitos.

Tratou-se de uma análise com base em Foucault, buscando articular os discursos e relações como produções de conhecimento, com os documentos previamente observados. Desta forma, foi um substancial material, uma vez que permeou os desdobramentos processuais do curso na visão do grupo discente em paralelo à nossa análise.

### **3.6 Aproximação com o campo**

De forma a realizar uma aproximação com o grupo de estudantes que poderia vir a colaborar com esta pesquisa, articulamos uma participação na disciplina "Psicologia, Gênero e Sexualidade", na qual apresentamos a nossa pesquisa e realizamos o convite para as pessoas que faziam parte do perfil. Como momento inicial de reflexão foi realizada uma dinâmica denominada "atividade dos privilégios" em que eram solicitados passos para trás todas as vezes que, a partir de uma frase, as/os estudantes reconhecessem já terem vivenciado uma situação de violência/violação de seus direitos. Tais frases foram criadas a partir de marcadores que importavam à disciplina e nossa própria pesquisa: Gênero, Sexualidade, Família, Religião, Raça/Cor. As frases utilizadas tinham o comando inicial "dê um passo para trás se....":

- 1- Você já se sentiu ameaçado ou ameaçada pelo tipo de roupa que usa.
- 2- Você já se sentiu constrangida ou constrangido dentro do transporte público.
- 3- Você, para ocupar ou andar no espaço público, olha para todos os lados.
- 4- Pela sua condição você já teve um salário menor do que as outras pessoas.
- 5- Você já foi vítima de assédio no curso de psicologia.
- 6- Você se sente tolhida ou tolhido de expressar afeto pelo seu parceiro ou pela sua parceira em público.
- 7- Você já precisou esconder os seus desejos.
- 8- Você já sofreu violência com sua orientação sexual.
- 9- Você já foi vítima de preconceito ou discriminação por sua orientação sexual no curso de psicologia.
- 10- Você já sofreu preconceito pela configuração da sua família.
- 11- Você já sofreu preconceito de sua família pela sua orientação sexual.
- 12- Você já foi impedido ou impedida de sair de casa pelo seu gênero.
- 13- Você já sofreu privações pela composição da sua família.

- 14- Você já sofreu preconceito ou discriminação no curso de Psicologia relacionado a sua família.
- 15- Você já sofreu preconceito na sua congregação religiosa pela sua orientação sexual.
- 16- Você já foi privada ou privado de relacionamentos por sua prática religiosa.
- 17- Você já foi ofendida ou ofendido pelas suas crenças,
- 18- Você já foi vítima de preconceito dentro deste curso de Psicologia pela sua religião.
- 19- Já cruzaram a calçada pela sua cor ou raça.
- 20- Você já teve dificuldade de relacionamentos afetivos pela sua cor ou raça.
- 21- Você já perdeu algum tipo de estágio ou trabalho pela sua cor ou raça.
- 22- Você já sentiu preconceito ou discriminação pela sua cor ou raça neste curso de Psicologia.

De todos os comandos, os que não tiveram passos foram os números 10 e 14, referentes à família, e o número 17, que diz respeito às crenças, mas é contradito no número 18, já que uma pessoa dá um passo atrás considerando que já foi vítima de preconceito, no curso de Psicologia investigado, devido a sua religião. É provável que a pessoa tenha considerado a diferença entre preconceito e ofensa, já que conceitualmente o primeiro se dirige a atitudes negativas – num sentido mais amplo - e o segundo corresponde a expressões verbalizadas – sentido restrito. Os demais itens correspondem à cor/raça, que não fazem parte de nosso escopo, neste momento.

É válido salientar que, ao abordar Gênero, alguns comandos tinham grande expressão das mulheres, bem como nos relativos à sexualidade eram mais seguidos de passos dos estudantes homens que por sua vez carregavam em suas aparências o estereótipo da homossexualidade, ou seja, não se expressavam numa rigidez compatível com o esperado normativamente para os homens. Neste sentido, fica exposto nesta atividade que os marcadores aqui estudados representam alvos de violência cotidiana para pessoas LGBTQI+, bem como para as mulheres cisgênero.

A partir de então, solicitamos que as/os estudantes se mantivessem em seus lugares, mas olhassem para trás e percebessem o cenário montado. Houve um momento de tensão e silêncio, que foi quebrado por minha pergunta se haviam percebido algo. Daí iniciou-se uma explosão de ideias entre as pessoas participantes. LGBTQI+ e negros/negras (as próprias pessoas assim se afirmaram ao se expressarem) deram mais passos. A maioria da turma sofreu algum tipo de violência com relação aos marcadores utilizados na atividade: gênero, sexualidade, família,

religião, raça. As mulheres que não se enquadraram no grupo LGBTQI+, ainda assim deram vários passos na condição de mulher.

Após este panorama geral, puderam iniciar falas mais específicas sobre si e sobre os outros. O único jovem que não deu nenhum passo se reconheceu em lugar de privilégio enquanto homem, hétero, cis, classe média. Chamou atenção que depois de maior parte dos comandos ele virou-se e ficou observando as demais pessoas, como quem prevê que não dará passos e fica como espectador das/dos colegas como se ocorresse uma descoberta, que em sua fala revelou como o reconhecimento de seu privilégio.

Duas jovens brancas, cis, que deram alguns passos, ficando do meio para frente afirmaram não dimensionarem o sofrimento de pessoas com quem convivem diariamente, observando que colegas ficaram “lá no final”. O rapaz branco que deu poucos passos, ficando na frente da maioria, aponta que a pessoa dali que lhe é mais próxima na vida é na dinâmica a mais distante, “a pessoa que tem mais interseccionalidades: LGBT, negra, de classe não privilegiada”, ao que revela sua tristeza. É interessante perceber que, ao se tratar de condições semelhantes quanto à branquitude e cisgeneridade, a diferença de gênero entre as mulheres e o homem se expressaram em mais passos para elas.

A estudante negra cis afirma sua surpresa em ter ido parar tão atrás, por não se dar conta de tantas violências internalizadas no cotidiano. O rapaz que ficou mais atrás lembra que não há como medir o sofrimento e que todos os passos expressam suas próprias singularidades, porém ainda assim diz também estar chocado com o lugar que ficou. Entre um homem e uma mulher negra, somam-se a ele, como apontou seu amigo, os recortes de orientação sexual e classe, em que ele terminou por ficar mais atrás. É válido salientar ainda seu cabelo black power e sua vestimenta à vontade, que para nós aponta duas questões importantes: seu autoreconhecimento enquanto negro, encarnando-se em sua negritude, e sua atitude de autolegitimação juvenil em ocupar o espaço da Universidade pública, sem necessitar de artefatos externos. Questões essas que a sociedade não suporta, violentando-o como fora da norma.

Uma moça abordou o sentimento de dúvida acerca das violências, explicando que deu passos para trás que não tinha consciência que alguns acontecimentos seriam violência. Outro abordou sobre estar mais atrás como a ausência de privilégios, mas ainda existirem pessoas que estariam mais atrás se ali estivessem. Sendo assim, ele teria ainda alguns privilégios, os quais devem ser fortalecimento para se questionar onde há as violências. Essa conexão entre essas duas falas nos faz refletir que ocorreu uma conexão, entre vivências, sentimentos, mas sobretudo reflexões entre as/os estudantes, explicitamente presente na atenção respeitosa e

acolhedora que realizaram entre si. Antes mesmo de iniciarmos as propostas dos grupos para a pesquisa, a atividade de aproximação com o campo, emergindo natural e intensamente se mostrou já de maneira interventiva sempre que facultamos entre nós a fala, o olhar e o acolhimento ante as demandas humanas.

Um colega aponta seu mal-estar em, estando mais à frente da maioria, não conseguir imaginar “como é passar por tudo isso”. Outro estudante reflete sua tristeza em ver colegas mais atrás, estando ele pelo meio, mas afirma que privilégio mesmo seria não dar passo algum. Diz ser mais fácil dar passos que falar sobre isso, tendo que assumir as violências vividas, exemplificando suas relações na escola.

Uma jovem aponta uma reflexão – que já revela novamente a pesquisa interventiva -: “mais a partir do que vocês foram falando é que eu fiquei pensando... As coisas são assim, mas elas não têm que ser assim. E como a gente muda isso? Pra mim é uma reflexão que é muito estrutural. É algo que tá naturalizado, enraizado, mas que a gente não pode desistir sabe, porque pode ser diferente. Eu acho que é a isso que a gente tem que se apegar e estamos aqui pra isso, pra tomar consciência e mudar.” Ao abordar desta maneira ela se implica e considera ainda que mesmo aqueles que estão interessados, como no caso da disciplina, em refletir sobre esses marcadores sociais, fazem parte em alguma medida das violências referidas.

Um participante aponta o quanto o impactou perceber que as violências atingem diretamente as mulheres no direito básico de ir e vir e questiona “que mundo é esse”.

Uma jovem referiu não ter dado passos atrás com relação a violências vividas na família frente à orientação sexual, por não ter vivido diretamente já que nunca revelou em seu seio familiar, mas que sente os comentários discriminatórios nos almoços de domingos. Outra comenta sobre isso que sente necessidade de fazer reflexões com a família, mesmo que não seja falando diretamente de suas práticas sexuais.

Um estudante finaliza com a percepção positiva nas discussões atuais sobre essas temáticas.

A partir desse processo de aproximação foi possível estabelecer entre as/os discentes, aqueles/as que participariam das oficinas já estabelecendo as datas para sua execução. O perfil demandado seria já ter cursado em torno de metade do curso ou mais – a partir do 5º. período em diante -, bem como, o desejo de participação. Pois, esperávamos que discentes nestes níveis já pudessem ter construído no decorrer da graduação entendimentos acerca das temáticas trabalhadas.

Explicamos a pesquisa, seus objetivos e importância, deixamos livre a adesão e oferecemos o TCLE. Todas as pessoas que estavam no tempo de curso requerido em nosso

perfil aderiram na contribuição com o trabalho, considerando-se também interessadas (10 jovens, sendo 6 mulheres e 4 homens, cisgêneras/cisgêneros, de orientações sexuais diversas).

Partimos assim para as oficinas propriamente.

## 4 ANÁLISES REALIZADAS

### 4.1 Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Psicologia da IES (2013) afirma partir de uma concepção de formação e do campo profissional, bem como da relação docente-discente que envolve três aspectos: aquisição de conhecimentos, competências técnicas e valores éticos necessários à profissão; devendo ser problematizados com a realidade social, “compondo-a em harmonia ou contínuas tensões, promovendo, portanto, estabilidades e transformações, num jogo contínuo e dinâmico de possibilidades e embates” (p.7).

Desta forma, o objetivo geral apresentado no projeto é

assegurar uma formação básica e consistente aos estudantes de Psicologia no que se refere ao conhecimento de processos psicológicos fundamentais de métodos e técnicas envolvidas na investigação e na prática profissional do psicólogo; e de diferentes abordagens teórico-metodológicas coexistentes no atual momento de construção do conhecimento psicológico (p.7).

Propõe ainda um comprometimento com a crítica e a reflexão ante o saber científico, a transformação social e os aspectos éticos. Para tal, almejando alcançar ainda o objetivo geral, prevê ações. Dentre elas, destacamos aqui nesta pesquisa recortes das que se referem aos nossos interesses: a V ação traz em seu texto “a defesa de pontos de vista a partir de balizamentos teórico-empíricos, condizentes com uma atitude reflexiva diante de achados investigativos ou de resultados interventivos” e a VI aborda sobre o favorecimento da formação voltada à prática em equipes em que se articule o conhecimento da Psicologia, junto a outras/os profissionais, aos problemas sócio-econômico-culturais e políticos do país. As ações foram escolhidas por se referirem à prática, à multiprofissionalidade e às questões sócio-econômico-culturais e políticas, uma vez que concebemos as temáticas trabalhadas em suas dimensões plurais, que apenas numa noção multicausal e interdisciplinar podem ser refletidas, como afirma Azeredo (2010) especificamente com relação ao gênero. Aqui ampliamos para sua relação com as demais, já que todos esses conteúdos são constituintes das subjetividades como destaca Butler (2010), sendo tão caros à Psicologia.

Em síntese, o Curso de graduação em Psicologia tem como objetivo desenvolver uma formação profissional comprometida com a formação acadêmica, a produção de conhecimento e a transformação social, proporcionando uma reflexão crítica sobre as práticas profissionais e o saber científico em Psicologia e considerando sua multiplicidade de objetos e de abordagens teóricas e metodológicas. (...) Pretende-se também que ele [o egresso] seja capaz de desenvolver a sua prática profissional em consonância com as questões emergentes no âmbito regional, nacional e internacional buscando uma integração dos diversos fenômenos psicológicos (p. 7-8).

Desta forma, percebemos uma implicação do projeto pedagógico do curso com as questões sociais, direcionando o processo de formação a uma proposta crítica. Compreendemos então que sua efetivação necessita considerar em suas bases os marcadores sociais enquanto constituintes das nossas relações, da sociedade e de nós mesmas/os em seus processos cotidianos e nas relações docentes-discentes. Assim, esperávamos encontrar e analisar essas questões ao longo de seu texto.

Dando continuidade ao documento, ao abordar as competências, atitudes e habilidades que devem ser desenvolvidas durante o curso, alguns pontos chamam atenção, apontando ao compromisso com o social. Por um lado, levanta-se a análise do campo e seus desafios atuais ante as atuações profissionais (item 6), a articulação com fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos (item 15), e por outro a identificação e análise das necessidades que se referem às questões psicológicas (item 7). Mais uma vez aqui encontramos a implicação com a realidade social e a relação entre teoria e prática. O item 17 se baseia nos marcos legais e aponta a capacidade de intervir em níveis variados de ação em prol do bem-estar psíquico de indivíduos e grupos. O 18 se fundamenta nas bases éticas de atuação na profissão, bem como na produção e difusão do conhecimento.

Neste ponto, é válido ressaltar que o documento, ao contrário do que se poderia supor dado o caminho da Psicologia nem sempre ter considerado intensamente estes aspectos, se refere aos processos sociais e ao comprometimento com a realidade social. No contexto da Psicologia enquanto ciência e profissão, respaldada por seu conselho, vimos um percurso de fortalecimento das questões sociais, deste compromisso e dos Direitos Humanos.

A Psicologia como ciência é reconhecida em sua diversidade epistemológica, cabendo considerações críticas sobre o processo histórico de revisão de pressupostos éticos e epistemológicos das teorias psicológicas para o cumprimento do compromisso social da Psicologia com a ética democrática e a defesa e proteção dos direitos humanos e sociais (LIONÇO, 2017, p. 210).

A autora nos recorda que esta lógica da Psicologia não ocorreu em períodos de autoritarismo, como na ditadura militar brasileira. Bem sabemos também que em épocas anteriores, na história desta ciência, já se serviu a interesses de exclusão como nos contextos escolares no campo da avaliação e testes psicológicos, dentre outros. Portanto, o momento em que este projeto é (re)escrito é de implicação com a sociedade e cuidado com as pessoas que a compõem. Isso nos leva a refletir que tal projeto realmente teria que carregar o objetivo maior de compromisso social, assim como é nosso próprio Código de Ética Profissional, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que logo no início evidencia a importância de vidas serem dignas.

Desta maneira, fica explícita a necessidade de considerarmos os aspectos sociais para a dignidade das vidas humanas como preocupação basilar na ciência da Psicologia. O que este documento não define são os marcadores que leva em conta em tais processos. Essas noções carecem de definições de quais são elas. Revela assim o risco de generalização do olhar social, não os definindo mais detalhadamente.

Percebemos logo no início, ao afirmar que parte da concepção da formação é dirigida no masculino – “processo de formação profissional do psicólogo” -; e este gênero da língua se estende por todo o documento. Esta formatação nos faz pensar se o gênero, enquanto constituinte da identidade, é uma noção fundamental para o curso. Ainda é fundamental considerar que, embora cada vez mais homens se interessem pela área, ainda é composta majoritariamente por mulheres.

Existe a possibilidade de que tais noções/marcadores sociais considerados fundantes das questões humanas, sejam entendidos de maneira diferente por cada docente e em suas relações com as/os discentes, uma vez que estariam baseadas em experiências particularizadas? Para Scott (2005), é fundamental a implicação com o conhecimento trabalhado, uma vez que estamos imbricadas/imbricados de forma relacional discursiva com o objeto e os contextos que com ele se inter-relacionam. Dizendo de outra forma, a experiência afeta, constituindo o sujeito e o próprio objeto, uma vez que o primeiro se debruça sobre o segundo e assim também o constrói à medida em que se constitui incessantemente.

Ao abordar as ênfases do curso, novamente encontramos uma definição bastante genérica, que não nos deixa explícitas as preocupações de fato de cada uma. É importante explicar que o curso de Psicologia realiza uma formação generalista, ou seja, ao concluir a formação a/o profissional está habilitada/habilitado para atuar em quaisquer das áreas da profissão. No entanto, como são muitos os campos da Psicologia, os cursos devem trabalhar com ênfases pré-definidas, que convergirão para um aprofundamento maior em determinadas especificidades, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia (a vigente data de 2004, reformulada em 2011), concretizadas em seus componentes curriculares. As ênfases escolhidas pela IES são: 1- Processos clínicos e atenção à saúde, 2- Processos educacionais e 3- Processos psicossociais; definidas de acordo com suas áreas e todas pensadas com relação aos contextos. Ainda assim, embora afirmando esta preocupação em cada uma delas, não há uma definição do olhar para tais contextos.

Afunilando, encontramos uma estruturação do curso em seis eixos, com a proposta de assegurar a construção da relação entre habilidades, competências e atitudes, junto às ênfases curriculares, necessária à atuação profissional. Destacamos o Eixo 5, que corrobora com a

repetida importância do contexto no curso, se dirigindo às interfaces com campos afins, numa demarcação da Psicologia, com olhar e compreensão integral contextualizada acerca dos fenômenos e processos psicológicos. O destaque se dá porque, ao abordar contextos e outros campos, esperamos que as relações com base nos marcadores sociais possam ser encontradas, especificamente os que buscamos.

O conjunto dos Eixos Estruturantes se reúne em três núcleos, sendo o comum das disciplinas obrigatórias, o complementar dos componentes optativos e o eletivo composto por componentes e atividades acadêmicas. O núcleo comum (componentes e estágios obrigatórios) corresponde a 2280h, ou seja, aproximadamente 56% do curso, devendo ser cursado por todas/todos as/os estudantes. O complementar possui 900h, 22% do curso, e vai sendo construído de acordo com o perfil discente de formação, em que os componentes se tornam compulsórios de acordo com cada perfil. No núcleo complementar não há uma definição dos componentes por período, devendo ser ofertados num mínimo de cinco a cada semestre, de forma que cada estudante tenha duas oportunidades de aderir a cada um na integralização dos dez semestres. Esta formatação busca garantir uma articulação entre a academia e a atuação prática profissional. E o núcleo eletivo engloba os outros 22% do curso, com mais 900h, abrangendo componentes eletivos e atividades acadêmicas, que são escolhidos de acordo com o interesse pessoal-profissional discente.

No núcleo comum encontramos disciplinas que podem dar margem às discussões e produções de conhecimento ante as temáticas gênero, sexualidade, família e religião, constituindo concepções a partir de análises críticas e reflexivas, como é a proposta do curso. Percebemos isso nas definições das ementas das seguintes disciplinas: Controvérsias na Psicologia e Ética e Direitos Humanos, do Eixo 1 (Fundamentos epistemológicos e históricos). No entanto, nenhuma das duas carrega na ementa a previsão objetiva dos temas acima.

No núcleo comum do Eixo 6 (Práticas profissionais), encontramos: Psicologia e Saúde Mental, Psicologia e Políticas Públicas, Psicologia e Trabalho, Processos Psicossociais e Psicologia e Educação, como espaços em que poderiam ser abordadas as inter-relações que aqui nos propomos. Psicologia e saúde mental aborda concepções de normal e patológico, no entanto, não é possível assegurar que essa noção irá trazer à tona as construções acerca das pessoas e suas diversidades relacionadas ao gênero, sexualidade, família e religião. Psicologia e Trabalho carrega em sua ementa o gênero, mas não expressa em que relações esta noção deverá ser abordada, apenas afirmando “trabalho e suas relações com o poder, a saúde e o gênero” (p. 36). Processos Psicossociais traz em seu bojo as dimensões sociais, estereótipo e preconceito, entretanto, nos deixa novamente sem saber se gênero, sexualidade, família e

religião serão contemplados. As demais aparecem de maneira mais superficial, sem expressar concretamente que conteúdos farão parte, com definições genéricas na ementa:

Psicologia e políticas públicas

Ementa: Sistema de regulação social em uma sociedade de direitos. Dispositivos de regulação social. A psicologia e a construção de marcos legais. A atuação do psicólogo frente aos marcos legais e as políticas públicas (p. 36).

Psicologia e educação

Ementa: Psicologia e concepções sobre a educação. Educação, sociedade e cultura. Políticas públicas e educação. Processos educacionais em diferentes contextos institucionais. Compromisso ético e social do psicólogo com a educação (p. 37).

No núcleo complementar, do mesmo eixo, encontramos Psicologia Jurídica, abordando “questões centrais no debate atual” (p. 38). Entendemos que mais uma vez esta centralidade vai depender do olhar de cada docente para as questões atuais, para o que se considera constituinte e para o que politicamente se escolhe e o que não se escolhe problematizar e elaborar uma criticidade a respeito. Por outro lado, há possibilidades aumentadas de aprofundar os marcadores sociais, sobretudo considerando sua grande visibilidade atualmente. Neste sentido, ainda reconhecemos uma potência na disciplina Psicologia Escolar e Educacional, que aponta para o desenvolvimento e subjetividade, não definindo os marcadores que baseiam esta relação. O mesmo ocorre em Psicologia Comunitária.

É apenas nas disciplinas eletivas que vamos encontrar nossas temáticas nas ementas. Psicologia e família deverá trabalhar, em 60 horas,

as concepções e configurações familiares ao longo da história. Família, diversidade de contextos sociais e desenvolvimento humano. Reprodução, sexualidade e parentesco. Relações de gênero, família e sociedade. Parentalidade e conjugalidade. Família e situações de vulnerabilidade (p. 42).

Psicologia, gênero e sexualidade tem por conteúdos, em 60 horas, as

teorias feministas e os estudos de gênero. Perspectivas teóricas no campo da sexualidade. Os sistemas normativos de sexo, gênero, sexualidade e desejo, e suas imbricações na produção das subjetividades. Vulnerabilidade em decorrência da interface de gênero e outros marcadores sociais (p. 43).

Esta disciplina, bastante específica de nossos conteúdos, levanta-nos o questionamento inicial ainda de que poderia ser dividida em duas, entre Gênero e Sexualidade, uma vez que se relacionam, mas não são conteúdos colados. Assim, parece que foi uma saída do curso ou de quem a pensou para que ambos os conteúdos pudessem ser abarcados, embora ainda não garantindo maiores aprofundamentos que se fossem separadas em dois componentes.

Em Trabalho, sociedade e relações interpessoais ainda aparece a palavra Família, mas não conseguimos ser assertivas no entendimento de que relações de família se fala. A ementa

desta disciplina por ser bem vasta, com carga horária de 60h, nos faz pensar na reincidência de que o foco ficará a critério de quem ministrar as aulas.

Neste ínterim, o projeto pedagógico do curso de graduação em Psicologia<sup>7</sup> não delinea as temáticas Gênero, Sexualidade, Família e Religião, enquanto assuntos caros à área, a serem estudados durante o período de formação profissional. Apontamos ainda que Religião sequer aparece em alguma ementa, em nenhum dos núcleos. Tal diagnóstico nos preocupa por se tratar de questões constituintes das pessoas e suas inter-relações. Chama-nos atenção sobretudo o momento em que vivemos, de inseguranças políticas, de bancadas fundamentalistas no congresso nacional que intentam em seus projetos e discursos contra preceitos que estavam aparentemente garantidos pela ética da Psicologia, como a laicidade e os Direitos Humanos.

Estamos falando de uma época em que temos um projeto de lei n. 6583/2013, de Anderson Ferreira – deputado federal à época da proposição do projeto -, para a aprovação do denominado Estatuto da Família. Este estabelece modelos universais de família, com base numa perspectiva tradicional que define a família “normal” em contraponto ao que não é considerado normal, ou seja, reforça o estereótipo das famílias anormais, desestruturadas desajustadas, que por esse status justificam ações e intervenções do estado de modo a produzir uma higienização moral. Esta ideia carrega ainda uma série de consequências, que vão do preconceito, discriminação, violência, às negações de direitos que já eram garantidos, como casamento e adoção homossexual, por exemplo, ao afirmar no seu artigo segundo que “define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (p. 1).

No ano de 2017 tivemos mais uma vez um ataque à Resolução 001/99 do CFP, ação que se fortalece neste momento de tantos retrocessos sócio-políticos. Desta vez, psicólogas e psicólogos de formação solicitaram a derrubada da resolução que afirma que nenhum profissional da Psicologia pode realizar reorientação sexual, uma vez que não patologiza as sexualidades. A liminar proferida pelo juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho no dia 15 de setembro de 2017, sem cunho científico, embora mantendo o texto da resolução, oferece brecha para as chamadas terapias de reversão sexual, pois determina que o CFP não proíba o

---

<sup>7</sup> O projeto tem sua construção baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia, que foram instituídas em 2004 e reformuladas em 2011. Realizando a leitura das diretrizes, também encontramos os mesmos preceitos, com atenção às questões sociais de maneira mais ampla, sem definição dos marcadores e sem abordar as temáticas aqui destacadas. Ainda vamos encontrar a mesma linguagem masculina, diante de uma área composta majoritariamente por mulheres.

atendimento almejando a reorientação sexual. Estas se traduzem numa violação dos direitos humanos, uma vez que estigmatizam e violentam existências humanas.

Segundo o CFP (2017),

o que está em jogo é o enfraquecimento da Resolução 01/99 pela disputa de sua interpretação, já que até agora outras tentativas de sustar a norma, inclusive por meio de lei federal, não obtiveram sucesso. O Judiciário se equivocou, neste caso, ao desconsiderar a diretriz ética que embasa a resolução, que é reconhecer como legítimas as orientações sexuais não heteronormativas, sem as criminalizar ou patologizar. A decisão do juiz, valendo-se dos manuais psiquiátricos, reintroduz a perspectiva patologizante, ferindo o cerne da Resolução 01/99 (p. 1).

Queremos chamar a atenção e problematizar a importância dos documentos escritos do curso como recursos que baseiam o que fundamenta o processo de formação profissional. É por isso que questionamos se há uma lacuna no projeto analisado, acerca das temáticas propostas. Se num determinado momento estas questões possam ser consideradas e trabalhadas de acordo com os preceitos éticos da profissão pelo corpo docente, em outro elas poderão não ser trabalhadas, ou, o que é pior, ser abordadas de maneira desconexa com as diversidades que nos constituem e as vivências das pessoas, ante a flexibilidade das ementas e da construção do projeto do curso frente às mesmas. Ainda uma outra questão: com base neste projeto, docentes, discentes e sociedade ainda podem utilizar recursos jurídicos para a não abordagem destes conteúdos, que são fundamentais na Psicologia. Isto ainda oferece brecha para a retaliação, inclusive jurídica, de docentes que insistam nas temáticas.

O desdobramento do Projeto Pedagógico, numa concepção plural e implicada nos é prometida desde o início. No entanto, ficamos com algumas inquietações: como criar condições para que essa concepção plural e implicada se efetive? De que maneira o corpo docente e discente podem ser afetados e convidados a revisitar o projeto tornando-o vivo, dinâmico e aberto aos desafios cotidianos?

#### **4.2 Componentes Curriculares**

O outro documento que baseia a construção do curso de Psicologia estudado são os Componentes Curriculares, que carrega novamente a definição dos eixos, núcleos e componentes e ainda reforça a definição da estrutura curricular dos componentes obrigatórios por período. Além disso, estrutura ainda os programas de todos os componentes curriculares, separados por eixos e ainda os componentes eletivos do perfil e as atividades complementares. Nele podemos encontrar o que é previsto para cada componente do curso, de maneira mais detalhada, nos espaços de ementa, objetivo, metodologia, avaliação, conteúdo programático e bibliografias.

Analisando cada componente, encontramos algumas novas considerações e outras que se repetem. Novamente vamos lidar com as ementas, com as quais nos questionamos, mais uma vez, acerca de suas formulações. Para além delas, encontramos na estrutura do componente algumas partes que nos chamam mais atenção: 1- objetivos, 2- conteúdo programático, 3- bibliografia, subdividida em básica, que é aquela que esperamos que seja garantidamente trabalhada, e complementar, que serve de apoio, mas é possível que não seja utilizada de forma direta.

É fundamental salientar que na construção deste documento mais detalhado, encontramos algumas falhas estruturais e falta de padrão, que podem nos indicar um pouco sobre seu processo de construção. Um primeiro ponto que nos chama atenção é que alguns componentes possuem objetivos e muitos outros não. Ficam as indagações: foram esquecidos ou não eram importantes? Ou ainda, não existem? Outro ponto é que, em alguns, o conteúdo é escrito de maneira bastante genérica e superficial, noutros é mais detalhado, ainda em alguns é colocado como unidades, com o detalhamento das mesmas. Essas maneiras diferentes reveladas na formalidade de cada componente parecem revelar uma maneira também diferente de conceber o processo de formação, de uma desagregação na construção desse processo e seu cotidiano. Ou seria uma revelação de que tais documentos são formalidades obrigatórias que se desconectam das práticas diárias? Sendo assim, poderia se tratar de uma flexibilidade de atuação? Há limite entre flexibilidade e conexão entre os fazeres? Vamos então analisar cada componente.

#### 4.2.1 Eixo 1: Fundamentos epistemológicos e históricos

Na disciplina "Controvérsias na Psicologia", novamente, na ementa nos perguntamos sobre quais controvérsias são abordadas. Em relação ao conteúdo encontramos "4- Normal e patológico. Controvérsias no campo da psicopatologia e formas de intervenção (ex.: formação de identidade de gênero, loucura e responsabilidade, modelos de intervenção asilar e/ou temas similares)". No entanto, interrogamo-nos se "exemplo" significa que se lidará com a temática. Ao analisar a bibliografia, percebemos que na básica, das 12 existentes, quatro referem gênero em seu título, o que nos leva a considerar que há um debruçamento sobre a temática gênero. Uma das obras aborda identidade de gênero, outra é sobre papéis sexuais, a terceira aborda diferenças intelectuais entre homens e mulheres e uma é acerca da relação entre gênero e orientação sexual. Considerando que a disciplina possui 60h, cinco itens no conteúdo e formação de identidade de gênero aparece como exemplo de um dos itens, junto com mais dois outros exemplos, e ainda levando em conta que a bibliografia que lhe atravessa aborda

diferentes pormenores; problematizamos de que forma é abordada e qual espaço lhe é reservado.

A disciplina “Ética e Direitos Humanos” aponta de maneira genérica, mas não define os marcos legais a serem abordados e quais os debates éticos na sociedade contemporânea em sua ementa. Por sua vez, encontramos uma referência básica<sup>8</sup> acerca da biopolítica. Fomos ao texto e percebemos que é possível problematizar as relações entre as nossas temáticas com os direitos humanos, mas também é possível fazer um recorte mais profundo com o poder e elas surgirem ou não como exemplos, abordando os DH’s de maneira ampla. Ainda é possível um aprofundamento dos marcadores sociais em geral a partir do Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) presente na bibliografia básica, uma vez que o mesmo se norteia pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, definindo como valor profissional a dignidade humana e a não opressão, violência ou negligência de quaisquer ordens, bem como a promoção de qualidade de vida, sem nenhum tipo de orientação política, religiosa, filosófica, sexual aos sujeitos. O que guiará seu desenvolvimento desta forma será o ethos dos seus conteúdos. Contudo, sob que olhar esse ethos se constrói? Ethos da concepção do curso na implicação social? Ethos docente?

“Bases Filosóficas da Psicologia”<sup>9</sup> aborda em seu objetivo (primeiro componente em que aparece este item) um estímulo à “reflexão a respeito dos pressupostos subjacentes à construção teórica e ao exercício prático desse saber”. Para uma análise crítica destes pressupostos, seria preciso entender a epistemologia ou uma construção histórica dos paradigmas que constroem a Psicologia. Ao observar o conteúdo – dividido em unidades e temas dentro delas, o que o torna mais explícito -, bem como a bibliografia, aqui utilizada como única, percebemos que se delineia uma estruturação que busca um olhar para uma história cronológica, com sucessão de acontecimentos, porém na bibliografia existe uma referência que afirma um estudo crítico da Psicologia em seu título. Realizando uma leitura da mesma, percebemos que há uma busca de compreensões mais aprofundadas e menos cronológicas da história da Psicologia; porém, ainda assim, permanece nos fundamentos clássicos, não se lançando sobre os marcadores sociais e suas relações com o delineamento da sociedade e modos de subjetivação.

---

<sup>8</sup> A referência citada é: GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Sobre direitos humanos na era da bio-política. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 49, n. 118, Dec. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-512X2008000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2008000200002)> Acessamos em 20 Nov. 2017.

<sup>9</sup> De forma a não poluir o texto, a partir daqui procuraremos fazer referências ao tipo de componente quando for diferente de disciplina, uma vez que este formato é a maior parte dos componentes e ficará subentendido, evitando sua repetição.

Em “Epistemologia e História da Psicanálise” vamos encontrar referências que nos fazem refletir a possível existência da temática sexualidade. Numa aborda-se o estudo das perversões, que necessariamente vai trabalhar a temática, num sentido psicanalítico. Se a Psicanálise baseia-se na sexualidade, as perversões são um excelente caminho para problematizar as diversas formas de vivê-la, o que elas representam, e as noções que carregam de normal e patológico. No entanto, a ementa não enfatiza este caminho, tampouco o conteúdo. Outra referência que queremos destacar é a obra História da Sexualidade I, de Michel Foucault (1977), bastante cara a nossos estudos. No entanto, o conteúdo apenas aborda “a leitura de Michel Foucault acerca da psicanálise” (s/p.), o que se torna mesmo incoerente, pois não é nesta obra que o autor se dedica tanto a referir seu olhar a este saber. O conteúdo ainda nos indica tratar de sexualidade com relação à histeria, na trama do recalque. Neste sentido, pode se abordar criticamente acerca dos contextos em que nos constituímos a partir das relações sociais ante a sexualidade, bem como há também a via de apenas fazer as referências históricas do trabalho com as históricas à época de Freud. Na bibliografia complementar uma obra se refere à biopolítica, que nos faz pensar novamente a possibilidade de trabalhar todas as temáticas.

“Epistemologia e história das teorias psicossociais” aborda diferentes concepções de sujeito, bem como suas relações com a sociedade e coletividade, em sua ementa. As referências utilizadas indicam um trabalho acerca de questões sociais, embora não uma dedicação específica às nossas temáticas.

O último componente de Epistemologia e história, desta vez da gênese das funções psicológicas, também não se propõe ao olhar detalhado para as questões que aqui buscamos. Embora carregue em seu bojo a leitura sobre o patológico e a concepção de sujeito e cientificidade, por outros vieses.

Concluimos o primeiro eixo com a consideração de que se fazem importantes as constatações como um apontamento sobre o delineamento do curso ante as temáticas Gênero, Sexualidade, Família e Religião.

#### 4.2.2 Eixo 2: Fundamentos teórico-metodológicos

Chegamos ao Eixo 2 já com algumas inquietações diante de nosso olhar. Para trabalhar a relação teoria e metodologia, que compreendemos inseparáveis, é preciso partir do objeto, que nos norteia quais óculos usar. Retomamos aqui a metáfora dos óculos de Donna Haraway (1995/1988) para afirmar nosso posicionamento ante uma ciência que é sempre interessada. Afirmamos nossa concepção de que fazer ciência é fazer política e esta última é o que nos move singularmente falando e enquanto pesquisadora. Para tanto, é preciso termos metodologias adequadas para os objetos da Psicologia. É como se o objeto e a teoria fossem tão imbricados

com nossos óculos que a metodologia saltasse numa rede que se tece entre estes elementos e não conseguimos afirmar, além de didaticamente, onde se inicia e termina um e outro.

A primeira disciplina, “Introdução à pesquisa”, como já diz o próprio nome, inicia as noções de pesquisa, seus tipos e formatos. Proporciona um olhar diverso para ciências naturais e sociais. Ainda não é o foco a abordagem acerca dos objetos específicos, mas as noções gerais de pesquisa.

Em “Perspectiva e organização na pesquisa em Psicologia”, novamente encontramos referências que abordam a pesquisa social, entretanto apenas na bibliografia complementar. Este componente tem a proposta de lidar com as escolhas metodológicas, mas parece compartimentar a pesquisa em suas etapas. Refere escolhas de procedimentos, coleta, descrição, dados, resultados, qualitativo, quantitativo, triangulação. No conteúdo programático promete lançar mão das “relações entre epistemologia, pergunta de pesquisa, método e técnicas de pesquisa”, no entanto, pelo programa como um todo e por não apontar o objeto, entendemos que este se preocupa com a pesquisa como estrutura, de forma distanciada dos óculos, como se pensássemos numa montagem de peças que se complementam por suas partes.

"Teorias para intervenção grupal" não aborda as relações sociais a partir dos marcadores, mas enfoca de fato o funcionamento dos grupos enquanto estrutura e fenômeno social. Ainda assim, dá margem para a/o docente considerar os marcadores em suas aulas, a depender de seu julgamento sobre a importância dos mesmos e suas concepções a respeito deles.

Algo semelhante ocorrerá em “Técnicas de análise qualitativa de dados”, em que o aspecto qualitativo envolve tacitamente as questões sociais (MINAYO, 2010), mas não está assim definido o trabalho pelo programa da disciplina. É uma potência que a disciplina carrega.

"Estatística aplicada à Psicologia" é um dos componentes mais intrigantes e instigantes de reflexão, uma vez que se trata geralmente de um calo na concepção lógica das/dos estudantes de Psicologia, como se fosse algo muito distante da área. Isso ocorre sobretudo porque na prática, tantas vezes os conteúdos são assim delineados, como se fosse um repasse de obrigação. Em minha experiência de graduação em Psicologia, questioneei o professor de estatística à época, que ainda era bastante jovem e acreditei que poderia compreender e nos beneficiarmos de minha pergunta. Indaguei algo sobre por que não aprendíamos com exemplos dos objetos da Psicologia, ao invés de exemplos de carros e vinhos – que eram para ele os exemplos clássicos. Todavia, para minha triste surpresa, ele me respondeu que havia sido solicitado como estatístico e não como psicólogo para ministrar as aulas.

Para mim foi tamanho o estranhamento ao perceber que ele sequer seria capaz de compreender minha pergunta e por isso usava do lugar de poder para me calar, uma vez que de

fato não havia mais o que dizer e apenas lamentei a ele a dificuldade de entendimento do que eu tratava. O seu discurso quase grotesco, como afirma Foucault (2010/2001) a respeito dos exames psiquiátricos, se reproduziu sob a égide do poder docente, desqualificando o meu de forma a blindar qualquer possibilidade de resistência e relação de horizontalidade e participação num simples questionamento e sugestão coerente com o curso. Tratava-se ainda de uma impossibilidade de responder aquilo que não se sentia apto para pôr em prática, nem em abertura para construirmos um fazer interativo de aprendizagem. A negação da possibilidade de questionamento ultrapassa todos os limites da ciência, num extremo racional violento, num tom de convicção universal, sendo por isso o grotesco que afirma o autor.

Desta maneira, fico perplexa na reflexão de se as aulas de estatística são de fato praxe ou se teríamos que ser nós psicólogas e psicólogos a ministrá-las nos cursos de Psicologia. Por que não estudamos as estatísticas de violência contra a mulher ou pessoas LGBTQI+, negras, etc.? Por que não pautamos as estatísticas das realidades das pessoas e da sociedade? Ou será que, após alguns anos, hoje existem propostas diferentes? Então, que relações existem entre a forma que tive aulas de estatística (na época eram duas disciplinas) e o programa da disciplina escrito pela comissão do corpo docente que o estrutura, junto com o projeto pedagógico? E que possíveis mudanças ocorreram? São reflexões que se estendem para diversos componentes.

"Práticas de intervenção em grupos" possui nas referências, sobretudo na bibliografia básica, textos que abordam o social. Destacamos um em especial que engloba grupos e poder, considerando os marcadores e, buscando a obra<sup>10</sup>, encontramos uma abordagem específica sobre o grupo familiar. A obra citada é um livro e pode ser recortado de formas diversas por diferentes docentes. Desta forma, novamente é uma possibilidade, mais concreta talvez.

"Análise experimental do comportamento" adota um paradigma experimentalista, compreendendo o comportamento humano a partir da ideia de condicionamento, concebendo o próprio social como fenômeno comportamental, distanciando das análises dos marcadores sociais. Trata-se de um paradigma, de óculos utilizados pelas teorias e formatação do programa da disciplina.

As disciplinas que fecham o eixo ("Projeto de pesquisa" e "Prática de pesquisa"), não definem temas, pois dependerão das escolhas entre estudantes e docentes. Dão margem a todo tipo de óculos e temas, tornando-se amplas como a própria Psicologia. Sendo as mesmas mais fluidas, com a oportunidade de aprofundar naquilo com que se implica, neste formato.

---

<sup>10</sup> MARTIN-BARÓ, I. Sistema, grupo y poder. Psicología social desde Centroamérica II. San Salvador: UCA Ed., 1989.

Este eixo demonstra que há possibilidades mais diversas para elencar nossas temáticas. É válido elucidar que vivemos um momento histórico onde elas estão sendo intensamente atacadas e estão distorcendo nossos trabalhos na área.

É preciso aqui lembrarmos do que vem sendo disseminado como “ideologia de gênero”, como se estivéssemos doutrinando as pessoas e, mais especificamente, como se abordar gênero nas escolas fosse moldar as crianças a serem gays, lésbicas, trans ou não binárias. Como Foucault (2010/2001) nos explica, revela-se aí novamente um discurso tão grotesco que se torna imponderável rebatê-lo a partir da lógica, já que é construído fora da lógica, mas como uma dimensão transcendente, moral e divina. Lionço (2015) nos alerta bem que estamos lidando com um projeto político disfarçado de religioso e é o conteúdo aparentemente sublime que nos ataca e aprisiona as pessoas, que o apoiam. Assim, a discussão de gênero vem sendo sumariamente atacada, distorcida como ideologia, cujo projeto ideológico é fazer as escolas voltarem a ter a função para a qual foram criadas (pedagogização dos corpos) e os corpos/força de trabalho e famílias mantidas tradicionalmente. É a manutenção do capitalismo, a manutenção entre dominadores/servidos e dominados/servidores.

É neste sentido que retomamos a ideia de Coimbra (2007) de que precisamos investir em micropolítica nas práticas cotidianas ante tais impasses da Psicologia. Ela afirma que precisamos contra-atacar por meio dos direitos humanos difundidos para todas/os. Ou seja, é firmar a Psicologia no lugar do cuidado, como prática não neutra, na teia da vida, numa dimensão político-histórica-social.

#### 4.2.3 Eixo 3 – Procedimentos para investigação científica e a prática profissional

O terceiro eixo trará em seu bojo os “Procedimentos para a investigação e prática profissional”. Esperamos que possamos perceber a relação entre teorias científicas e práticas da Psicologia.

Os três primeiros componentes abordam a estruturação da avaliação psicológica, em seus aspectos históricos, teóricos e práticos. São divididos em uma disciplina mais geral: "Avaliação Psicológica", e duas mais específicas, subdivididas pelas caracterizações dos instrumentos de avaliação em psicométricos ou objetivos e projetivos, nomeadas como: "Técnicas psicométricas de avaliação psicológica" e "Técnicas projetivas de avaliação psicológica". Embora elas carreguem o aspecto da personalidade e singularidade dos sujeitos nos processos avaliativos, os marcadores não aparecem de forma expressa. É uma estruturação que se repete ao longo do documento, condizente com o que já havíamos observado no projeto pedagógico que aponta, mas não define como se dá o seu caráter de criticidade.

Na sequência encontramos duas disciplinas de estágios: "Estágio de observação" e "Estágio de planejamento de intervenção". Ambas são mais fluidas, com a possibilidade de lidar com situações diferentes, as quais delimitarão suas conduções. A primeira se propõe ao ensino-aprendizagem, com vivência da observação, trabalhando desde a preparação da observação, o que e como observar, à discussão e conclusão dos achados. Suas referências revelam um caminho metodológico estruturante, bem como aparecem três textos (dois na bibliografia básica e um na complementar) sobre fenômenos com crianças. A segunda também possui uma estruturação sequencial didática no conteúdo programático, possuindo nas referências um olhar mais voltado expressamente para uma dimensão psicossocial. Tal dimensão é referida por termos como grupos, comunidades, ciência política, ética, afetividade, identidade, poder; não pontuando Gênero, Sexualidade, Família e Religião, embora possam fazer parte no seu decorrer.

Em "Construção de instrumentos de avaliação psicológica" encontramos nas referências básicas duas resoluções do CFP. A resolução 002/2003<sup>11</sup> refere-se ao uso, elaboração e comercialização dos testes psicológicos, e a 007/2003 define conceitual e estruturalmente os documentos da Psicologia – discernindo os decorrentes e não decorrentes de avaliação. É fundamental observar que no ano de 2018 foi publicada nova resolução da área da avaliação psicológica que estabelece as diretrizes para realização deste procedimento, regulamenta o Sistema de avaliação de testes – SATEPSI, bem como ainda revoga algumas resoluções e notas anteriores, dentre elas a resolução 002/2003 (presente no componente ora trabalhado), bem como a 006/2004 e 005/2012 que alteravam a anteriormente citada. Desta forma, nenhuma dessas deve mais estar presente, ou apenas para fins de comparação, devendo-se garantir a então válida, 009/2018. Queremos ressaltar ainda sua importância, de forma bastante atualizada, com escrita em ambos os gêneros da língua e considerando as multiplicidades humanas para se realizar processos de avaliação. Neste sentido, ela afirma no tópico de justiça e proteção dos direitos humanos, no artigo 31º, que é vedado, dentre as relações com os testes psicológicos, “b) induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, raciais, de orientação sexual e identidade de gênero” (p. 14). E ainda refere:

a psicóloga e o psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, atuarão considerando os processos de desenvolvimento humano, configurações familiares, conjugalidade, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, identidade étnico-racial, características das pessoas com deficiência, classe social, e intimidade como construções sociais, históricas e culturais (p. 15).

---

<sup>11</sup> É importante salientar que esta resolução já foi alterada por duas outras – 006/2004 e 005/2012 -, ambas posteriores à confecção do documento em análise, porém, não aparecem na bibliografia desta disciplina.

Apontamos aqui que existem outras resoluções e artigos do Código de Ética profissional, bem como notas técnicas que seriam importantes para pensarmos as construções dos instrumentos, já que a ementa possui “os princípios éticos e legais na construção dos instrumentos”. Dentre outras, destacamos a resolução CFP 001/1999, que estabelece normas para atuação frente à orientação sexual, e a Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans, afirmando no item 7 que

no processo de avaliação psicológica, aspectos não correlatos à vivência trans e/ou ao processo transexualizador, como traumas, transtornos alimentares, dismórficos corporais e quaisquer características de desordens psíquicas precisam ser devidamente consideradas com a finalidade de promoção da saúde do sujeito (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p. 3).

Mais recentemente, o CFP estruturou as normas de atuação com transexuais e travestis, através da resolução 001/2018. A respeito desta sugerimos inclusão, uma vez que os documentos do curso datam de ano anterior, não podendo ter-lhe lançado mão para sua confecção. Nela, especificamente em seu artigo 4º., encontramos a norma que “as psicólogas e os psicólogos, em sua prática profissional, não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações em relação às pessoas transexuais e travestis” (p. 2). O Código de Ética por sua vez é um instrumento que deve ser retomado sempre para a construção dos valores profissionais e aqui seria importante para assegurar as questões éticas da profissão na atuação prática que se seguirá para as/os estudantes.

Sobretudo neste momento em que vivemos as guerras sexuais pela vestimenta religiosa, é fundamental o destrinchamento da nota técnica de Posicionamento do sistema conselhos de Psicologia para a questão da Psicologia, Religião e Espiritualidade (2013). Este documento retoma a laicidade do Estado e liberdade religiosa, contidas no artigo 5º. da CF/88, lembrando-nos sua importância para práticas de cuidado éticas e em respeito às pessoas, suas crenças e modos de vida.

A laicidade implica na liberdade de consciência e crença como um direito assegurado pelo Estado. O documento afirma que no Brasil há uma diversidade de religiões/religiosidades, “dadas as suas raízes indígenas, europeias e africanas, a cujas determinações culturais e religiosas se associaram outras, advindas do continente asiático” (Item IV, p.1); além da possibilidade de não se tornar adepta/o a nenhuma crença ou movimento religioso.

A nota ainda considera

a importância da religião, da religiosidade e da espiritualidade na constituição de subjetividades, particularmente num país com as especificidades do Brasil. Neste sentido compreendemos que tanto a religião quanto a psicologia transitam num campo comum, qual seja, o da produção de subjetividades, entendendo ser fundamental o

estabelecimento de um diálogo entre esses conhecimentos. Este fator requer da Psicologia toda cautela para que seus conhecimentos, fundamentados na laicidade da ciência, não se confundam com os conhecimentos dogmáticos da religião. Reconhecemos, também, que toda religião tem uma dimensão psicológica e que, apesar da Psicologia poder ter uma dimensão espiritual, ela não tem uma dimensão religiosa, o que nos remete à necessidade de aprofundarmos o debate da interface da Psicologia com a espiritualidade e os saberes tradicionais e populares, além de buscarmos compreender como a religião se utiliza da psicologia (Item XI, p.2).

Neste sentido, aponta ser fundamental o cuidado com as teorias e práticas da Psicologia, para que não sejam tomadas pelos domínios religiosos, quaisquer que sejam eles. Em épocas de fundamentalismo religioso em que vivemos, torna-se essencial a abordagem desta nota que finaliza afirmando a posição contrária da Psicologia à submissão a dogmas religiosos ou quaisquer tipos de conhecimento que busque naturalizar as violências sociais, como a desigualdade, pobreza e aviltamento dos direitos humanos. Sendo para tal uma luta de classe a manutenção e crescimento do processo democrático, sem o qual não compreendemos a possibilidade de subjetivações saudáveis.

Ao analisarmos o componente "Intervenções psicossociais", percebemos uma dedicação a questões sociais e implicação profissional na atuação. Encontramos uma de nossas temáticas, a sexualidade, no conteúdo programático e na bibliografia básica, a ser abordada em estudos de casos. Ainda assim, é um dos assuntos, dentre muitos outros, dificultando para a possibilidade de um trabalho mais detalhado. No entanto, é importante que haja uma preocupação com a sexualidade nas intervenções psicossociais, já que é uma das dimensões que nos constitui singular e coletivamente.

"Psicologia e gestão de pessoas" finaliza este eixo, sublinhando em seu conteúdo a subjetividade, bem como na bibliografia básica<sup>12</sup>. Localizamos nesta obra três capítulos que abordam prazer, emoção, gênero e relações familiares. Por outro lado, consideramos um conteúdo extenso a ser abordado em toda a disciplina e nos preocupamos de que forma eles serão trabalhados, com a probabilidade de abordagens mais superficiais. Ainda assim, pensamos numa condição introdutória que poderia vir a ser aperfeiçoada posteriormente, caso assim seja proposto.

Concluimos este eixo compreendendo que há momentos do curso em que existe a discussão e construção acerca das temáticas Sexualidade, Gênero e Família, o que nos parece fundamental. Por outro lado, apontamos a percepção da necessidade de estruturar melhor o documento ante esses conteúdos, de maneira concisa durante a formação. Ainda mais grave é a

---

<sup>12</sup> DAVEL, Eduardo e VERGARA, S. C. (Orgs.). *Gestão com pessoas e subjetividade*. São Paulo: Atlas, 2010.

situação acerca da religião/laicidade, uma vez que até aqui se mostra bastante escassa. Vejamos ainda os próximos três eixos.

#### 4.2.4 Eixo 4 – Fenômenos e processos psicológicos

Este eixo engloba os "Fenômenos e Processos Psicológicos", sendo bastante amplo, portanto, se faz necessário um olhar mais de perto para refletirmos sobre a disposição, ou não, dos conteúdos buscados.

Inicia com a disciplina "Psicologia do desenvolvimento", que possui o item objetivo, sendo um deles “reconhecer a diversidade cultural e a singularidade da ontogênese humana”. Inevitavelmente surge a pergunta acerca do como se poderá realizar tal asserção. No conteúdo programático existe um item denominado “universalidade versus diversidade” e outro “constituição humana e diversidade cultural” que correspondem ao objetivo. Novamente não fica explícito que aspectos da constituição humana e diversidade serão abordados. Vamos para as bibliografias e encontramos na básica duas referentes à diversidade cultural, outra especificamente sobre família (grupos familiares), mais uma abarcando vida reprodutiva em mulheres; na complementar encontramos mais uma vez família e mulheres.

A bibliografia aponta para um caminho que possa realizar as discussões sobre diversidade e singularidade. Todavia, problematizamos o aparecimento direto destes termos na ementa e conteúdo programático, por razões já expostas anteriormente, e ainda por definir melhor a disciplina para quem com ela se envolve ou envolverá, delimitando-a de maneira mais contundente. A existência da bibliografia sem garantias na ementa é suficiente para propor as preocupações e direcionamentos que se concretizarão a cada semestre em que a disciplina for ministrada?

"Processos de subjetivação" é uma disciplina que destrincha no conteúdo programático os processos de subjetivação e produção do sujeito relacionados à sexualidade, prazer, masculino, feminino. Também encontramos na bibliografia várias obras que correspondem a tais temáticas, e ainda uma sobre família. Torna-se fundamental destacarmos este componente como garantidor desta discussão, sendo importante que estivessem demarcados ainda na ementa. É imprescindível ainda apontarmos a não abordagem dos processos de subjetivação e produção de sujeitos frente à religião/religiosidade. Sobretudo na atualidade, em que vivemos tantas polêmicas e buscas por retiradas de direitos em nome da religião e de Deus, ou com fundamentação religiosa para justificá-las.

É mister pensarmos acerca dos processos que vem tramitando no país nesse sentido. O Projeto de Lei PL 5069/2013 – Câmara, propõe alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, alocando mulheres e profissionais de saúde em crimes contra a vida. As primeiras com

penas específicas para quem as induz – culminando numa culpabilização de profissionais. A Medida Provisória MPV 696/2015 – Senado retira o termo gênero das políticas públicas para as mulheres, instituindo para tal o Tratado de San José, que defende os direitos humanos genericamente. O Estatuto do Nascituro - PL 478/2007 – Câmara, novamente inviabiliza o aborto pela criminalização da mulher, mesmo em casos já previstos no Código Penal. No Estatuto da Família, PL 6583 – Câmara, não são reconhecidas famílias LGBTI+, de forma que são excluídas das políticas de Estado. Ainda nos parece mais grave a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 99/2001 – Câmara, que altera a nossa Constituição Federal de 1988 de forma que entidades religiosas possam propor ações de constitucionalidade ante o Supremo Tribunal Federal - STF. Esta última nos chama muito a atenção, uma vez que se trata de um poder imenso acessado por uma parcela pequena e representativa da opressão social exercida sobre outras pessoas em suas multiplicidades no existir.

Natividade e Oliveira (2015) relatam o uso do discurso religioso que faz produzir e reforçar, num ciclo ancorado pelo estigma, um sentimento de autoestranhamento sobre as identidades cunhadas em orientações sexuais não hétero. O desejo toma lugar de atenção junto à sexualidade. Desta forma, podemos perceber que este discurso termina por afirmar que a subjetivação é permeada por tal dimensão. Apesar disso, esse discurso grotesco, no olhar foucaultiano, prega uma cura com libertação das sexualidades dissidentes. É um discurso que afirma a constituição por vias da sexualidade, mas a aprisiona em estigmas que buscam impedir sua livre expressão. Trata-se de um dispositivo de manutenção da heteronormatividade e do projeto direitista de regulação dos corpos, como expressão de poder. É por isso que precisa estar disseminado nas esferas governamentais e das políticas públicas (LIONÇO, 2015). Percebemos bem agora as buscas de se impor à própria legislação.

Uma vez que essa mesma norma religiosa repudia a possibilidade de construções identitárias em torno da prática do pecado, esse processo de autoquestionamento pode desencadear conflitos interiores intensos e com efeito particularmente danosos para os sujeitos que não encontrem suporte em redes sociais para elaborá-los (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2015, p. 179).

"Psicologia e linguagem" aborda contextos e processos de subjetivação em sua ementa e bibliografias. Parece se delimitar em torno da linguagem enquanto processo cognitivo e na dimensão discursiva, não definindo uma relação específica com os marcadores sociais. Ora, é a dimensão discursiva que faz emergir o funcionamento social, as opressões, os esmagamentos de existências, construindo a história num viés arqueológico, que precisa ser analisado pelos valores disseminados em determinados momentos, ligados aos interesses sócio-políticos, como afirma Foucault (2008). Será esta lógica trabalhada neste componente? Ou seu foco se dará em

observar as análises apenas como técnicas, desconectadas de uma implicação – o que mais uma vez seria incoerente desde o projeto pedagógico do curso?

Em "Processos cognitivos" podemos ter uma compreensão semelhante, parecendo limitar-se aos processos propriamente, mas ainda aparecendo no conteúdo a cognição social e na bibliografia uma obra<sup>13</sup> acerca da construção do pensamento e linguagem. Seu autor é Vygotsky, o que nos faz refletir sobre a possibilidade de uma discussão sobre as relações sociais e nossos marcadores.

Por sua vez, "Processos socioafetivos" se propõe já na ementa a abordar relações, em nível de conflito. Já no conteúdo, encontramos, de forma mais específica, os itens motivação sexual e motivação religiosa. Queremos destacar que até aqui este foi o primeiro componente a ter o aspecto religioso em sua composição, e pensamos então ser fundamental o trabalho diante desta temática na disciplina. As referências básicas trazem os conteúdos de maneira mais geral, enquanto que na bibliografia complementar existe uma publicação dedicada ao estudo relacionado à religião.<sup>14</sup>

Não queremos afirmar em momento algum que determinado aspecto só pode e deve ser trabalhado em determinada disciplina ou componente. Apenas estamos apontando que, para as discussões que propomos, de forma crítica – como prevê o projeto pedagógico -, existem alguns caminhos que podem ser pensados. Desta forma, estamos refletindo uma dimensão política da existência ou não, e ainda como, dos aspectos de trabalho como bases fundamentais e constituintes da própria Psicologia, uma vez que também constituintes de nós, enquanto seres singulares, individuais, coletivos e atravessados pelo social e pelas relações em geral.

Em "Neuropsicologia" percebemos que, embora possua o conteúdo “bases neuronais do comportamento social”, volta o olhar definitivamente para as bases neuronais. Ou seja, é um viés biológico da Psicologia, com base nas neurociências, no recorte neurológico, para refletir os processos psicológicos e ações humanas.

"Psicologia da infância" aponta objetivamente em seu conteúdo um olhar para a questão da família. Ficamos a refletir a possibilidade ainda da inter-relação da disciplina com nossas outras temáticas, uma vez que a ementa revela um olhar para o social, bem como volta a aparecer a asserção “questões centrais no debate atual”. É bastante atual a polêmica acerca da sexualidade e gênero, sobretudo no que se refere às crianças e seus processos de constituição; no entanto, se o debate não estiver em visibilidade, ficará de fora?

---

<sup>13</sup> VYGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

<sup>14</sup> AMATUZZI, M. M. *Religião e sentido da vida: um estudo teórico*. Temas em psicologia da SBP, 1999. V. 7, p. 183-190.

É em "Psicologia da adolescência e da juventude" que observamos uma maior abrangência de nossas temáticas, na ementa: sexualidade, gênero e relações familiares; ainda apontadas nas referências, tanto básicas quanto complementares. Entendemos ainda que as mesmas serão trabalhadas em relação, de forma a pensar a constituição ante a adolescência e juventude. Apenas manteve-se em ausência nesta disciplina a religião/religiosidade.

É fato que mais uma vez percebemos na ementa uma dimensão geral, definida como “teorias e enfoques contemporâneos”, em que não se faz passível uma compreensão concreta acerca dos conteúdos a serem contemplados. Já no conteúdo programático a palavra-tema gênero é presente de maneira direta. Ainda há uma bibliografia que aborda família, sendo a mesma complementar.

Como essencial para a disciplina, “Aprendizagem e desenvolvimento cognitivo” revela em seu conteúdo olhar para fatores e contextos sociais da aprendizagem. Todavia, enquanto é possível concebermos variações de contextos, não conseguimos depreender quais fatores – visto que são possibilidades infinitesimais – serão apreciados.

“Processos sensório-perceptivos” é mais uma disciplina que possui um viés mais biológico, a partir do estudo mais estrutural destes processos em relação com o cérebro. Ainda assim, pensamos ser viável, de acordo com a/o docente que ministre as aulas, o tratamento da sensação e percepção se relacionando com os aspectos socioculturais e os processos de subjetivação, em que se interpelariam os marcadores sociais.

Finalizamos este eixo acreditando que o curso está permeado de nossas temáticas. Entretanto, ainda problematizamos uma melhor definição acerca das mesmas e de onde e como serão discorridas, uma vez que, embora presentes, aparecem de maneira ainda imponderável e fluida. Mais intensamente, assentamos o olhar para a religião/religiosidade, que apenas desponta de maneira efêmera.

#### 4.2.5 Eixo 5 – Interfaces com campos afins do conhecimento

O título do eixo 5 nos gera a ideia de que observaremos uma interdisciplinaridade. Sendo assim, seria possível encontrar nossas temáticas? Segundo Azeredo (2010) só é possível pensarmos gênero a partir da perspectiva da interdisciplinaridade, dada sua complexidade teórica e prática, que a Psicologia por si só não pode dar conta. Assim também entendemos a relação com os demais conceitos de forma complexa, necessitando irmos além da disciplina para abranger a cada um e a suas relações.

Iniciamos com a disciplina "Psicologia e cultura", que carrega no bojo de seus conteúdos a relação do sujeito e sua constituição com a cultura. Porém, não são definidos que aspectos serão levados em conta nesta relação. Passamos para a bibliografia para buscar melhor

percepção destes e constatamos uma publicação<sup>15</sup> que se refere à mulher como um dos aspectos do livro, com tema central as esferas de ação social no Brasil. O autor analisa como são construídas a personagem Dona Flor e outras mulheres de Jorge Amado, para conceber formas de relações sociais nos espaços de atuação.

Tal obra pode vir a promover interessantes debates acerca de nossas temáticas, ainda sendo relacionada com outras que abarcam subjetivação, desenvolvimento humano, psicologia social, etc., tanto como básicas como as complementares. Todavia, não podemos desconsiderar a inexistência das mesmas na ementa e nos conteúdos.

Em "Psicopatologia" nos chama atenção a obra "O normal e o patológico", de Canguilhem (1979)<sup>16</sup>, com uso clássico nos cursos de Psicologia, mas que pode ser abordada de formas diferentes. Pode ser trabalhada num viés mais biologizante, uma vez que o autor parte de noções da biologia, bem como pode ser compreendida pela constituição do sujeito integral, numa noção mais ampla. Desta última maneira seria possível refletirmos sobre os aspectos constituintes, bem como sobre as definições sociais do que vem a ser normal e patológico. Fato é mais uma vez a escolha docente para o formato e conteúdos do trabalho.

"Neurofisiologia" possui em seu conteúdo o elemento comportamento sexual e uma ementa e bibliografias com bases na Biologia. Neste ínterim, os aspectos sociais e das inter-relações com as demais temáticas que estamos enfocando não parecem fazer parte da previsão da disciplina.

"Neuroanatomia funcional" é mais um componente do tronco do viés da biologia. Desta maneira, não era mesmo esperado que nesta disciplina encontrássemos um foco em nossas temáticas, já que ela possui outra proposta e caminho.

Sendo assim, qual a perspectiva de interdisciplinaridade adotada? Seria apenas a existência de disciplinas de outros saberes sendo realizadas no curso de Psicologia? Seria necessário um diálogo maior entre teoria e prática? Essas inquietações nos apontam um entendimento de concepção que não dá conta de nossas temáticas, exigem uma interdisciplinaridade factível, que possa adotar uma visão da pluralidade que nos compõe, quebrando com dicotomias tão presentes na Psicologia. Não é a resolução das dicotomias enquanto posicionamento de um lado ou de outro que dá conta do que somos, mas as suas quebras e desfazimentos que consideram nossas diferenças constituintes, como aborda Azeredo (2010) ao falar de Gênero, e aqui ampliamos para as outras dimensões trabalhadas.

"Introdução à psiquiatria" presta-se na ementa ao

---

<sup>15</sup> DAMATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

<sup>16</sup> CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Ed. Forence Universitária. Rio de Janeiro, 1979.

estudo clínico e reconhecimento diagnóstico dos principais transtornos mentais e do comportamento segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial de Saúde (OMS). Desenvolvimento de conhecimentos clínicos psicopatológicos, psicológicos e assistenciais sobre transtornos mentais (s/p.).

Em primeiro lugar destacamos que há um foco no CID-10, sendo instrumento mais abrangente que o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM V que não aparece na ementa nem na bibliografia, adotado pela Organização Mundial de Saúde - OMS. Esta perspectiva soa interessante num ideal decolonialista, em que não privilegia um modelo nórdico como o DSM.

Propomos a Decolonialidade como positiva, uma vez que é o caminho que desconstrói a Colonialidade. Esta última significa que as pessoas colonizadas não possuem escolha, e quando são levadas para outras culturas, escravizadas, é para construir outra colônia. Ou seja, é colonizada, sem nem ser sujeito, sem escolha e posicionamento. Passa por um processo de diáspora e de colonização, dizimando culturas para construir outras, submissas aos colonizadores. É no contexto de diáspora que vão se construir as teorias decoloniais e pós-coloniais, como formas de resistência. A pós-colonialidade está demarcada por um momento pós-estrutural, conscientizando-se de invisibilizações anteriores, marcada por uma história e geografia de colonização reconfigurada em recolonização no cotidiano. Essa forma de construir as teorias, faz perceber e demarcar o lugar da teoria e de identidade e, assim, compreendemos o termo pós-colonial como identidade (COSTA, 2014).

No entanto, problematizamos o benefício das/dos estudantes do curso se tornarem capazes de realizar esta reflexão, conhecendo e criticando instrumentos consolidados que invisibilizam os mecanismos coloniais. Para tanto, seria importante que a ementa fosse investida desta problematização, acerca do DSM e também do CID. Em nosso recorte foi o DSM que realizou uma mudança de transtorno de identidade de gênero no DSM IV, para disforia no atual.

Em segundo lugar lembramos que o CID-10 é instrumento por excelência utilizado na medicina, caracterizando as doenças a partir de sinais e sintomas. Portanto, compreendemos como fundamental no curso de Psicologia a discussão acerca da interface entre diagnóstico e classificação. É preciso problematizar o que é mais importante para a Psicologia e para que serve o diagnóstico. Seria uma Psicologia normativa, patologizante, que enquadra e trabalha na perspectiva da cura? Concebemos uma Psicologia que compreende a diversidade humana e considera que, para além de um transtorno existe um sofrimento psíquico. Sendo assim, seria preciso nesta disciplina pensar os efeitos da classificação e diagnóstico para as pessoas.

O conteúdo define os transtornos que serão contemplados e não define diretamente os relacionados à Sexualidade e Gênero, embora possam aparecer no desdobramento de algumas classificações gerais. Por outro lado, as referências são pautadas no campo psiquiátrico, como obras clássicas, sustentadas por uma psiquiatria com viés biológico. Desta forma, não há um embasamento teórico de uma epistemologia com olhar social para as relações e constituições de sujeitos. Ainda podendo ser refletidas nas discussões do componente.

Em "Interfaces da antropologia" com a psicologia encontramos já na ementa a proposição acerca do Eu, experiência, processos de subjetivação. Acreditamos que esses elementos serão relacionados a alguns de nossos marcadores, pois aparece no conteúdo a dimensão do corpo, bem como as referências básicas e complementares também retomam corpo, gênero e feminismo. Porém, não são elucidados objetivamente na ementa nem nos conteúdos. Ainda encontramos uma referência básica acerca de rituais funerários, no entanto, são australianos, não refletindo a perspectiva brasileira de religião ou religiosidade.

"Fundamentos de sociologia" é a primeira disciplina que possui nossos quatro marcadores em seu conteúdo programático. Sexualidade e Gênero aparecem como um item, família separada em outro e religião em mais um.

Buscando as referências, encontramos nossas quatro temáticas, em relação ainda com outros marcadores, como classe e raça. Consideramos fundamental tal trabalho, que se trata de obras inteiras da Sociologia, carregando diversos aspectos e marcadores sociais em relação. Entretanto, acreditamos ser esse um caminho importante para trabalhar a inter-relação que aqui pautamos. Chama-nos atenção que apareça numa disciplina tomada de outro campo de conhecimento e não específica do domínio da Psicologia. É bem verdade que nosso recorte exige mesmo conhecimentos outros numa relação de interdisciplinaridade, ainda assim pautamos uma observação de que se trata não apenas de outro campo de saber, mas de outro departamento ao qual o componente pertence.

Mais uma vez refletimos acerca dos conhecimentos propostos dentro do próprio curso e departamento de Psicologia para o processo de formação profissional. Gênero, Sexualidade, Família e Religião, enquanto constituintes humanos, são temas caros à Psicologia. Ainda é fundamental lembrarmos que não se trata de componente obrigatório, e nem todas/os estudantes cursarão e terão acesso aos conteúdos.

"Genética humana" carrega na ementa "temas atuais de aplicação dos conhecimentos da genética de interesse para a psicologia", e ainda aborda comportamento humano dentre seus conteúdos. Ficamos na expectativa de que pudessem ser problematizadas as relações sociais

com as questões biológicas, mas ao buscarmos as referências percebemos que não há um enfoque nos assuntos que aqui nos direcionamos.

De forma semelhante ocorre em "Psicobiologia e psicofarmacologia", em que esperávamos que pudesse haver nos “aspectos biopsicossociais das alterações comportamentais” da ementa, e “aspectos biopsicossociais do abuso e da dependência” do conteúdo, uma relação com Família. Entendemos que as demais temáticas também seriam possíveis de serem trabalhadas nessa relação, no entanto, percebemos que Família seria mais óbvio e talvez viável diante de uma lógica do pensamento pela biologia, como base da disciplina. Entretanto, não encontramos expressa no programa. As referências utilizadas se dirigem para um conhecimento com enfoque apenas biológico.

Passamos à análise de "Abordagem psicossomática do comportamento humano", onde talvez pudéssemos encontrar então a relação esperada entre os aspectos biológicos e nossos marcadores. Na ementa já existe a relação entre corpo e psiquismo/mente, bem como comportamento humano. O conteúdo por sua vez aborda constituição de sujeito, dimensão social e interdisciplinaridade em saúde. Nas referências básicas existem obras que abordam o corpo e a Psicanálise, inevitavelmente tendo que passar por algo de sexualidade e talvez gênero e família – como tema fundamental para compreensão da constituição em psicanálise. Trata-se de mais uma disciplina em que vemos a possibilidade, mas ela não está descrita de forma direta, o que não garante a abordagem tão cara à Psicologia, sobretudo no momento atual.

Finalizamos o eixo 5 questionando a não objetividade prevista da interdisciplinaridade proposta com relação a conteúdos tão fundamentais à Psicologia. Seja no individual, coletivo, social, não há como pensar o sujeito sem considerar fatores que o constituem. Aqui recortamos para fins de pesquisa Gênero, Sexualidade, Família e Religião, dentre outros que também consideramos fundamentais, uma vez que esses não são tudo o que se é. Como afirma Butler (2010/2003), somos constituídas/constituídos de diversas dimensões.

#### 4.2.6 Eixo 6 – Práticas profissionais

Após concluir os eixos anteriores, que tinham a proposta de abranger o maior peso teórico do curso, em componentes obrigatórios, chegamos no eixo 6 das “Práticas profissionais”, que se baseia nas áreas da Psicologia e culmina com estágios, em que estudantes vão iniciar os processos de intervenções e atuações práticas. Esperamos então neste momento que haja uma preparação já bem consolidada pela parte teórica, que seja agora afinada e aperfeiçoada pelas áreas e estágios.

A primeira disciplina é "Psicologia e saúde" que traça um panorama geral da história das intervenções em saúde. Embora o conteúdo esteja dividido em 12 itens com referências

densas, acreditamos que no “1. Aspectos históricos e estruturação do campo da Psicologia da saúde” serão utilizadas as referências “O normal e o patológico”, de Canguilhem (2006) e “História da sexualidade”<sup>17</sup>, de Foucault (1988), como básicas. Aqui cabe a preocupação da não definição objetiva dos marcadores nos conteúdos, que pode gerar respaldo para acusações jurídicas diante da abordagem de Sexualidade – subentendida pela obra foucaultiana - e, possivelmente, Gênero, numa inter-relação. Em relação à família, embora seja estruturante nas políticas e intervenções em saúde, não vimos um direcionamento específico. Religião por sua vez não aparece em nenhuma condição e também não é pensada como base da saúde.

"Psicologia e saúde mental" propõe-se na ementa à leitura das concepções de normal e patológico e retoma a referência de Canguilhem. Mas é no item, existente na ementa, especificado no conteúdo como “questões contemporâneas sobre saúde mental e as redes de atendimento” que há um subitem denominado “saúde mental e questões de gênero”. Além disso, nas referências ainda são abordados conhecimentos de Psicanálise e Direitos Humanos, bem como obras de Foucault, caminhos para o trabalho acerca da sexualidade, e gênero, na perspectiva da diversidade e constituição. É válido salientar que embora Foucault não discuta diretamente, problematizações acerca da constituição de sujeito nas relações sociais e discursivas, nos faz refletir gênero. Uma obra que descuidadamente aparece na bibliografia básica e complementar: “O risco de cada um e outros ensaios de psicanálise e cultura” (COSTA, 2007)<sup>18</sup>.

Chegamos em "Psicologia e políticas públicas" e visualizamos uma ementa bastante propícia ao terreno que almejamos fecundar:

Sistema de regulação social, em uma sociedade de direitos. Dispositivos de regulação social. A psicologia e a construção de marcos legais. A atuação do psicólogo frente aos marcos legais e as políticas públicas.

Vamos ao conteúdo e localizamos diversidade sexual, cidadania LGBTTT, varas de família, DST/Aids, serviço de atenção à mulher sob violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes; além de direitos humanos, diversidades e dimensão subjetiva. As referências são abrangentes, tratando de políticas públicas e dimensões sociais. Uma bibliografia complementar se refere às Cartilhas do Crepop/CFP, mas não define quais. Seria de acordo com o andamento da disciplina? A critério docente? Uma decisão em conjunto com a turma? Ou ainda de acordo com o momento histórico da Psicologia? Poderia ser interessante uma nota para definir essa escolha e garantir a intenção do uso de tais cartilhas. Esta foi uma

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

<sup>18</sup> COSTA, J. F. *O risco de cada um e outros ensaios de psicanálise e cultura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

das disciplinas que mais apontou nossos conteúdos, exceto a religião, nosso item mais difícil de ser abordado.

"Psicologia e trabalho" apresenta na ementa "trabalho e suas relações com o poder, a saúde e o gênero". No conteúdo aparece como "o gênero nas relações de trabalho: diferenças e igualdades". A temática volta a aparecer na bibliografia básica e complementar. Ficamos satisfeitas com este encontro, apontando ainda a viabilidade de problematizar questões de sexualidade no mundo do trabalho, uma vez que é campo de muitas tensões ante as vivências sexuais não normativas.

"Processos psicossociais" volta-se para uma dimensão social da Psicologia e indica temas de constituição de sujeitos e contextos, relações com grupos e sociedade e construção de sentidos. Aqui há novamente terreno fértil e ficamos a pensar como é realizado o trabalho com identidade, preconceito e estereótipo. Seria interessante definir que parâmetros serão problematizados para a construção de tais compreensões, de modo a assegurar os pilares da disciplina? Essa ideia é reforçada quando percebemos que as bibliografias básica e complementar trazem obras muito amplas, em que se precisarão produzir recortes.

"Psicologia e educação" possui em seu conteúdo um subitem denominado "a escola como instituição: universalização e diferenças". Consideramos fundamental nele a problematização das questões atuais acerca das discussões de gênero nas escolas, a ideia de ideologia de gênero, Escola sem partido, as novas legislações e planos de educação já construídos e ainda em processo. As bibliografias básica e complementar abordam sobre processos de autonomia, implicações sociais, práticas e políticas públicas na educação, mas não apontam especificamente as questões de nossas temáticas.

É fundamental nesta disciplina pensar a escola como campo de disputa política e regulação social e dos corpos das crianças e adolescentes, sobretudo. Neste ínterim, Gênero, Sexualidade, Família e Religião, são os conteúdos mais atacados e distorcidos nas escolas. Os primeiros como de dominação e tabu familiar. A família por sua vez considerada normal quando composta por um casal heterossexual e filhas/os, modelo nuclear tradicional. E a religião que também vem sendo perseguida, na tentativa de ser abolida nos moldes das suas matrizes africanas e indígenas, impondo as doutrinas tradicionais na perspectiva do criacionismo, segundo a Revista Fórum (2016).

o governo interino e ilegítimo de Michel Temer, com Mendonça Filho (DEM) à frente do Ministério da Educação, não apenas quer asfixiar a educação pública cortando verbas (...) como investe contra a própria concepção de educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade para todos e todas (REVISTA FÓRUM, 2016, s/p.).

Tal postura política se dissemina a partir de movimentos como o 'Escola sem Partido', acolhidos pelo ilegítimo governo provisório, que vem trabalhando para destruir as conquistas dos últimos 15 anos, inscrito pelo preconceito, intolerância, desrespeito e falta de participação social.

Diante deste contexto sócio-político de ataque às diversidades, a delimitação deste conteúdo a ser trabalhado pode respaldar juridicamente o nosso trabalho e não o contrário. Um caminho de mais segurança para a execução do trabalho docente nas dimensões sociais; além disso, esta delimitação dirige-se às concepções a serem aprofundadas para o conhecimento necessário no curso em questão.

"Psicologia e psicanálise", como não poderia deixar de ser, aborda sexualidade e desejo, normal e patológico, constituição do sujeito e laços sociais em seu conteúdo. Pelas referências utilizadas percebemos que estes aspectos são relacionados num sentido psicanalítico tradicional, como as obras, sem base na diversidade. Desta maneira, aqui também ficará a critério docente problematizar outros marcadores sociais imbricados, bem como uma perspectiva contemporânea de tais conteúdos, como campo fértil para tal.

Seguem-se duas disciplinas de Estágio específico (I e II), em que estudantes podem ingressar na prática em áreas da Psicologia. As bibliografias, que são iguais para as duas disciplinas, se dirigem para pensar o estágio em si e para respaldar as áreas. Não há uma referência específica acerca dos marcadores sociais. Considerando, para a prática, pensar as constituições e atravessamentos humanos, individuais e coletivos, pelos marcadores que estamos trabalhando, num recorte de pesquisa, mas ainda outros possíveis, como raça/cor, etnia, classe, etc.

"Psicologia e educação inclusiva" enfoca de fato a questão da deficiência e o papel da psicóloga/o na inserção das pessoas com deficiências. No conteúdo programático afirma que um dos contextos em que esse papel será trabalhado é o da família. Embora não seja uma abordagem específica sobre família, sua constituição e configurações, mas como contexto, é fundamental essa consideração à Psicologia, uma vez que é o ambiente primordial em que cada sujeito precisa estar inserido e se constitui. As referências bibliográficas são abrangentes e uma, complementar, é específica acerca da relação entre pai, mãe e filha/filho deficiente.<sup>19</sup>

"Psicologia clínica de base fenomenológica existencial" é trabalhada na perspectiva das abordagens humanistas da Psicologia e seus temas comuns, compreendendo as ações e formas

---

<sup>19</sup> GÓES, F. A. B. Um encontro inesperado: os pais e seu filho com deficiência mental. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26 (3), 450-461, 2006.

de existir como fenômenos. Neste sentido, o conteúdo, bastante extenso, é voltado à prática clínica humanista, refletindo seus conceitos e técnicas. As bibliografias reforçam este entendimento. É válido salientar que na ementa há um tópico denominado “perspectivas da prática clínica no debate atual”. No debate atual da Psicologia não seria possível desviar de nossas temáticas, no entanto, elas não são asseguradas no conteúdo, tampouco nas obras. Por outro lado, ficamos a refletir se tais abordagens possuiriam um respaldo teórico para tal, já que nossos marcadores não estão em suas bases. Ou ainda, se seria o caso de um diálogo com outros saberes de maneira a acrescentar aos já estabelecidos na linha de pensamento da Psicologia humanista.

"Teoria e técnica da clínica psicanalítica", de forma semelhante, aborda a matriz técnica e os principais conceitos da prática clínica psicanalítica. Embora a sexualidade seja pedra angular deste conhecimento, esta disciplina se propõe à técnica em si. É válido lembrar que em outras disciplinas onde apareceu a Psicanálise, a questão da sexualidade esteve como tema central.

"Psicologia jurídica" é mais uma disciplina em que na ementa ocorrem assertivas genéricas: “considerações éticas” e “questões centrais no debate atual”. Encontramos mais especificado no conteúdo a relação da Psicologia jurídica com a família, homem e mulher, bem como nas referências básicas e complementares. Ou seja, existe o olhar para família – “separação, divórcio, regulamentação de visitas, guarda dos filhos e pensão alimentícia; paternidade e reconhecimento de paternidade; síndrome da alienação parental; a atuação do psicólogo nas varas de família” e questões de gênero são destrinchadas por noções em torno da violência, em “violência contra a mulher” e “crimes e penas alternativas” – ambos no item “A Psicologia Jurídica e as questões do homem, da mulher e do idoso”. Tais termos aparecem desta forma no conteúdo.

Sentimos falta ainda de algumas questões, como as LGBTQI+, na perspectiva dos direitos humanos, adoção e suas facetas na relação com família; feminicídio como debate atual fundamental; religião e laicidade como influenciadores nesses processos anteriormente citados; vivências trans no sistema prisional; dentre outros que são caros à Psicologia. É sabido que em apenas uma disciplina fica inviável dar conta de tantos conteúdos. Em que espaço durante o curso essas temáticas podem ser articuladas? Sinalizamos a reflexão acerca de esse espaço poder ser no início do eixo 1, em “Ética e direitos humanos”, ou se seria necessária outra disciplina para dar conta dessas discussões.

"Trabalho e saúde" se direciona a um olhar para a saúde em termos práticos de funcionamento do campo, indo da organização e gestão, saúde no trabalho, à promoção e

legislação. Neste sentido, compreendemos o recorte realizado diante de tantas questões a serem trabalhadas, com ênfase no funcionamento e políticas públicas.

"Teoria e técnica da terapia cognitivo-comportamental", como as outras disciplinas de abordagens teóricas da Psicologia, abarca os seus conceitos fundamentais e as técnicas. Não possui também, como as abordagens humanistas, uma fundamentação em nossos recortes de temas.

"Psicologia escolar e educacional" possui a subjetividade e desenvolvimento em sua ementa, o que nos faz pensar ser um espaço de ebulição dos marcadores sociais, uma vez que fazem parte da constituição e se trata de período crítico dela a idade escolar da infância e adolescência. Neste sentido, mais uma vez questionamos a importância de problematizarmos as questões de gênero, sexualidade, família e religião nesses espaços, uma vez que a escola é espaço de produção de concepções de gênero e sexualidade (LOURO, 2015). Sobretudo em momentos de retrocessos políticos e de legislação, em que se vem proibindo o diálogo com estudantes acerca destes conteúdos e amarrando docentes em sua atuação educacional. No conteúdo encontramos família na relação com a escola. Seria fundamental pensar essa relação no contexto atual e as possibilidades de fortalecê-la para que haja uma melhor compreensão e legitimação do papel educacional na constituição de sujeitos. As obras utilizadas são genéricas da área.

"Psicologia comunitária" engloba aspectos da comunidade, enquanto organização e seus processos. Traz a subjetividade e processos psicossociais em seu conteúdo, mas não define marcadores a serem observados. As referências também são amplas da área. Ficamos a refletir se os marcadores não são definidos porque são muitos e estarão presentes incessantemente ou se não serão enfocados, pensando a comunidade enquanto um sistema. Na bibliografia complementar ainda aparece uma obra que aborda a saúde da família.<sup>20</sup> Consideramos a importância de trabalhar os diversos marcadores, bem como os diversos contextos de comunidades.

"Psicologia hospitalar" possui na ementa "processos psicossociais do sujeito hospitalizado", mas no conteúdo, de nossos marcadores, aborda apenas a relação da família com o hospital, mas não suas especificidades. Não encontramos também uma obra que se direcione a tais peculiaridades nas referências.

Finalizamos o último dos eixos obrigatórios com ainda mais incertezas. Percebemos que nossos temas poderiam aparecer em diversos espaços ao longo deste e dos demais eixos, no

---

<sup>20</sup> VASCONCELOS, Eymard Mourão. *Educação popular e atenção à saúde da família*. São Paulo? Editora Hucitec, 1999.

entanto, também sabemos que não é possível que apareça em todos os espaços possíveis, uma vez que a Psicologia tem muitos conteúdos e nunca acabados. Desta forma, como se dá a formulação do currículo e seus conteúdos? O fato de poderem aparecer em muitos locais, faz com que seja sempre relegado a um próximo? Estando presente ainda em alguns momentos do curso, são trabalhados de forma suficientemente aprofundada ou termina sendo superficial? Seria necessária uma disciplina específica para esses temas e suas relações?

#### 4.2.7 Componentes eletivos do perfil

Entramos então nos componentes eletivos, não obrigatórios. Esses fazem parte do núcleo optativo, quando pertencem ao perfil que a/o estudante segue no processo de formação, ou eletivos quando ocupam complementação de carga horária do curso. Desta forma, é importante salientar que, embora sejam oferecidas diversas disciplinas, e por mais caras à Psicologia que sejam seus conteúdos, não serão cursadas por todas/os as/os estudantes.

Neste sentido, faremos uma análise diferente nesta parte, citando todas as disciplinas, mas explicitando sobre as que porventura abarquem ou poderiam abranger as temáticas de nosso interesse. Os componentes são: Análise institucional; Bases neurofisiológicas do comportamento; Introdução a libras; Lógica 1; Psicologia do esporte; Psicologia e família; Psicologia e inovação; Psicologia, gênero e sexualidade; Psicoterapia de base fenomenológica existencial; Psicoterapia de base psicanalítica; Tópicos em psicologia 1; Tópicos em psicologia 2; Trabalho, sociedade e relações interpessoais. Vamos então às especificidades.

“Bases neurofisiológicas do comportamento” possui um item no conteúdo – “a adolescência entre os gêneros” -, que infere gênero. Ao buscarmos as referências, respaldadas pela fisiologia e neurociências, percebemos que o direcionamento de gênero se dá num viés biológico, possivelmente considerando diferenças entre os sexos como de ordem biológica. Chamou atenção que das cinco produções da bibliografia complementar, apenas uma não estava presente na disciplina neurofisiologia, bem como também das três complementares, apenas uma também não estava na mesma obrigatória. Desta forma, o que há de novo nesta eletiva? Seriam utilizados capítulos diferentes? Se a resposta for sim, seria interessante estar definidos nos programas de ambas.

Em "Psicologia do esporte" encontramos no conteúdo “o papel da família no rendimento do atleta”. Entendemos o tópico como bastante pertinente ao considerar as influências das relações primordiais para os sujeitos, sobretudo nas principais áreas da vida, sendo o esporte fundamental para atletas. Pensamos ainda que seria essencial abordar as questões de sexualidade e gênero, emergentes nesta área, bem como especificamente a transexualidade

como um desafio para o esporte e psicólogas/os neste campo. As referências são compostas por obras diversas, mas não encontramos nenhuma especificamente direcionada ao nosso foco.

"Psicologia e família", como afirma seu próprio nome, é dedicada ao estudo da família, mas envolve ainda suas imbricações com gênero e sexualidade. Torna-se uma disciplina cara ao nosso recorte de pesquisa, sendo toda ela voltada para nossa área de estudo, dedicando-se a subtemas fundamentais. Sua ementa aborda das "concepções e configurações familiares ao longo da história", "família, diversidade de contextos sociais e desenvolvimento humano" a "reprodução, sexualidade e parentesco", "relações de gênero, família e sociedade", "parentalidade e conjugalidade", "família e situações de vulnerabilidade".

O conteúdo programático destrincha melhor a ementa, e ainda, pela primeira vez neste documento, se define o que seriam os "temas emergentes: adoção, homoparentalidade, arranjos familiares contra-hegemônicos, reprodução assistida". Toda a bibliografia é voltada para a temática da disciplina, apenas não havendo uma específica acerca das políticas públicas, nem sobre reprodução assistida – itens existentes no conteúdo.

Pensamos ainda que poderia ser interessante definir neste programa de componente curricular os objetivos propostos, em se tratando de área do conhecimento que está em tanta disputa. Isso porque a disciplina é pensada num formato e lógica conceitual, mas pode ser distorcida ou mal compreendida quando não bem definida. Embora a ementa, conteúdo e bibliografias estejam em consonância e bem estabelecidos, exceto pelos dois itens citados acima, os objetivos seriam a parte documental que deixaria explicitada a proposta direta e final da disciplina. Apontamos, no mesmo sentido, a ponderação de definir as referências a serem utilizadas para o debate das políticas públicas e da reprodução assistida.

Ainda no mesmo tom de cuidado, referimos o mesmo para a disciplina "Psicologia, gênero e sexualidade". Retomemos sua ementa:

teorias feministas e os estudos de gênero. Perspectivas teóricas no campo da sexualidade. Os sistemas normativos de sexo, gênero, sexualidade e desejo e suas imbricações na produção das subjetividades. Vulnerabilidade em decorrência da interface de gênero e outros marcadores sociais.

O conteúdo programático está em bastante harmonia com a ementa, fazendo-nos entendê-la mais a fundo. Ao chegarmos às referências, ocorre o mesmo que na disciplina anterior. Encontramos diversas obras de autoras e autores fundamentais à área, dando conta do conteúdo, novamente com exceção das políticas públicas de forma mais direta.

Considerando que esses componentes são os diretamente dedicados a nossas temáticas (ainda com exceção à religião/religiosidade), seria o espaço propício para fortalecer as noções

gerais das políticas públicas, para atuação profissional na área da Psicologia. Seria fundamental assim o acesso a tais políticas nacionais, utilizando os próprios recursos e produções dos ministérios e demais órgãos que buscam definir as estratégias e ações de cuidados referentes às questões de gênero, sexualidade e família.

Também contamos com produções do próprio Conselho Federal de Psicologia, que orientam e definem formas de atuação, como já citado anteriormente. Essas últimas são fundamentais para um reconhecimento da localização da Psicologia num lugar de cuidado e respeito incondicional às vivências e formas de ser humanas, norteando práticas mais acolhedoras e libertadoras.

E, por fim, consideramos que nesta relação é fundamental, como preconizado pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), mais uma vez as garantias e pensamento dos direitos humanos, que asseguram as diversidades e ainda as fundamentam como da ordem humana, amparando as multiplicidades. Desta forma, é imprescindível lançarmos mão dos aspectos teóricos e práticos da legislação, que representam força de luta e existência. Entre a dor da negação de direitos e expressões às exigências de respeito, participação e reconhecimento.

Tópicos em psicologia 1 e 2 são ofertadas em caráter excepcional, com conteúdos que não são fixos, para atender demandas específicas e relevantes que se façam expressas durante a formação. Compreendemos que elas possam em algum momento abarcar nossos conteúdos, no entanto, não são definidos.

"Trabalho, sociedade e relações interpessoais" expressa família em sua ementa e conteúdo, em relação com tempo e lazer. Ainda no conteúdo encontramos gênero, expresso por divisão sexual do trabalho e assédio moral e sexual. Na bibliografia básica existem produções relacionadas ao trabalho doméstico de mulheres, desafios das políticas públicas no trabalho de mulheres, divisão sexual do trabalho e igualdade de gênero e raça no trabalho. Embora não visualizemos diretamente família nas referências, gênero parece ser bem abordado, numa relação importante com o trabalho, espaço em que muitas questões precisam ser problematizadas nas diferenças ocorridas entre homens e mulheres<sup>21</sup>, bem como envolvendo outros marcadores em relação, como classe – abordado nas obras acerca do trabalho doméstico.

Concluimos essa parte do documento localizando quase todos os conteúdos que buscávamos, ainda emergindo a ausência do trabalho acerca da religião e seus aspectos na

---

<sup>21</sup> Autores e autoras como Conceição Nogueira (2001) concordam que, apesar dos progressos que vem sendo realizados, as mulheres ainda são minoria em altas posições no mercado de trabalho, sofrem mais assédios, dentre outros enfrentamentos nas atividades laborais.

relação com a Psicologia. Apontamos ainda que os conteúdos abordados, extremamente caros à Psicologia, não são tomados por obrigatórios dentre os eixos dedicados às disciplinas base do processo de formação. E mantém-se uma inquietação: haveria hoje uma/um profissional da Psicologia com condições de atuar, seguramente, sem estudar tais conteúdos?

Esta questão mais uma vez nos remete ao currículo como um território em disputa. Trata-se de uma dimensão política a dedicação a determinados conteúdos e o relegar de outros de forma exclusiva, direta ou indiretamente. Louro (2015) nos faz refletir acerca do que faz e do que deveria fazer parte do currículo; acredita na importância de problematizarmos a esse respeito e sobre os saberes subalternos, que são desqualificados ou desconsiderados. Ela afirma ainda que é preciso questionarmos o que está blindado, fazer estranhar as fixidades curriculares que mantêm padrões, fazendo emergir as questões de sexualidade e gênero. Seria um sentido contrário ao tradicional, que faz aparecer o que nos constitui, questiona as normas opressoras, ressalta as mulheres numa atitude feminista de igualdade social.

Sendo assim, a abordagem ou não dos conteúdos expressa ainda uma atitude política de conservação das opressões e desigualdades sociais. Não se trata então daquilo que existe no currículo simplesmente, mas daquilo que é negado, seja totalmente ou aparecendo de maneira muito superficial – o que seria uma forma talvez mais perigosa de invisibilização, em que se fixa a pouca importância considerada.

Trata-se de posturas e estratégias políticas. Por um lado, há a possibilidade de manutenção do tradicional como expressão das profissões como meras práticas repassadas e mecânicas. Por outro, permearemos as formações pelo entendimento de campos de atuações sociais, que precisam de responsabilidade sócio-histórica e pelas relações nos contextos vividos, sobretudo quando falamos de ciências sociais e humanas. Da primeira para a segunda formação há um caminho a ser percorrido, em disputas com o próprio sistema educacional político e com as instituições.

Favacho (2012) e Arroyo (2013) concordam com a perspectiva de que o currículo é um campo em disputa, sendo política sua construção e escolhas de conteúdos, adotados como estratégia de conquistas. Sendo assim, consideram importante a pressão das lutas sociais, na articulação do processo de escolarização com as ocupações sociais. Assim, buscando pela via do direito o acesso de conteúdos nos currículos, torna-se um instrumento de poder, uma expressão da resistência. Tal processo é fundamental para garantir que a diversidade possa viabilizar sujeitos de direitos, de saberes e vivências; é trazer à tona problematizações sociais que passam a não poder mais ser lançadas a segundo plano e utilizar a via do direito como instrumento de conquista.

Se esse direito profissional a intervir e criar no próprio campo da docência e do currículo cultivado com tanto esmero nas últimas décadas está ameaçado pela repolitização conservadora que tenta impor aos docentes o que é sagrado ensinar para avaliar esse quadro repõe novas resistências e novas disputas políticas no território da docência e dos currículos (ARROYO, 2013, p. 52).

Nosso patrono da educação ainda afirma que este modelo, em que docentes e discentes vivenciam relações de poder, que desconsideram as particularidades e contextos das experiências cotidianas, não corresponde a um ensino implicado com as questões sociais nem com um crescimento real discente. Seriam assim, não sujeitos responsáveis pelo próprio processo de aprendizagem quanto de apropriação de si, concomitantemente, mas sujeitos colocados à margem dos conteúdos pensados sem problematização, como mera repetição de fazeres (FREIRE, 1987/1970).

#### 4.2.8 Atividades Complementares

O documento finaliza com a sessão das Atividades Complementares, em que não há temas pré-definidos, podendo ser trabalhados nas atividades – não obrigatórias, funcionando como cargas horárias complementares -, numa combinação entre docentes e discentes. Estes componentes se dividem entre Trabalho supervisionado, em que discentes participarão de projetos de pesquisa supervisionados por docentes; Trabalho supervisionado em extensão, em que os projetos supervisionados são de atividade de extensão; e Monografia, que se refere ao estudo de um foco escolhido como problema na Psicologia. Nestas atividades, nossas temáticas poderão aparecer, mas ficarão à critério do acordo e interesse docente-discente. Esta flexibilidade permite que discentes possam experimentar e aprofundar conhecimentos que assim estejam buscando.

Por ora, arrematamos que é inescusável ouvirmos outras pessoas para depreender melhor a organização e prática desta formação. Sendo assim, indicamos nossa premência de dialogar com discentes e posteriormente apresentar ao corpo docente, maiores envolvidas/envolvidos em todo este processo.

#### 4.3 Oficinas Discentes

Consideramos que os encontros com discentes foram bastante salutares, enriquecedores para este trabalho e também representaram uma satisfação em uma relação de cooperação, respeito e cuidado que foi estabelecida, entre o grupo incluindo a mim. Cada pessoa participante se dedicou para os objetivos das oficinas, costurando entendimentos e questões caras. Não eram apenas estudantes de graduação cooperando com a pesquisa de uma doutoranda, mas futuras/futuros profissionais preocupadas/preocupados com um fazer da Psicologia que seja

ético e respeite as multiplicidades humanas. Colocaram-se em postura crítica e interessada, construindo comigo muito conhecimento e problematizações a serem pensadas no curso.

#### 4.3.1 Oficina de Gênero e Sexualidade

Nesta oficina trabalhamos em cima de quatro casos, colhidos um em reportagem e três em rede social, referindo violência de gênero sofrida na universidade, em locais diferentes, identificados ao final de cada texto. Busquei casos na página de rede social A universidade é pública, meu corpo não – movimento do qual participei, em defesa da segurança das mulheres na UFPE, e no momento encontra-se desmobilizado. Como não havia casos de homens, procurei em outros locais, encontrando apenas uma reportagem. Todos os casos foram entregues a cada estudante, explicando que se tratavam de situações verídicas e solicitando que realizassem a leitura para posterior debate.

As situações utilizadas como disparadoras da discussão referiram violências contra as identidades de gênero. Num uma mulher trans afirmou ter sido questionada e desrespeitada diversas vezes por um professor ante sua identidade. Em outro abordamos uma pichação bastante visível em banheiro masculino, incitando “morte aos gays”<sup>22</sup>. Um estudante intimidou e tocou uma colega lésbica sem seu consentimento, que só conseguiu sair da cena ao chegar outra pessoa. Ainda uma estudante se viu ameaçada em ambiente de estudo por um homem que não identificou. Consegui simular que um amigo (homem) estava chegando e aquele que a ameaçava em sua atitude entrou no banheiro e ela correu. Ela foi então comunicar ao segurança local e ele disse que nada havia acontecido, sem tomar nenhuma providência ou medida de prevenção e que ela não mais vacilasse.

Após a leitura, solicitei que referissem as impressões, afetações e o que pensaram sobre os conteúdos. Como possuía um roteiro semiestruturado, em que algumas perguntas deveriam ser garantidas, fui amarrando as que não haviam sido abordadas de maneira direta, ao final.

Tensão, naturalização da violência, desrespeito, falta de ética docente foram os termos utilizados pelo grupo discente para enfatizar as primeiras impressões dos textos lidos. Ainda apontam sentimento de revolta, sentir-se também violada - “principalmente sendo na universidade, espaço que era para ser seguro”-, constatação de que os relatos são em sua maioria com mulheres - o que remete a homens refere uma situação que não ocorreu de forma direta, se tratando de uma pichação generalizando posição contrária a gays.

---

<sup>22</sup> Embora o termo gay refira-se em sua literalidade à orientação sexual, destacamos que a pichação foi realizada no banheiro masculino, deslegitimando a homossexualidade como expressão de homens. Portanto, compreendemos que se aporta aí uma dimensão de gênero, em que os gays fogem ao padrão normativo, decorrendo daí uma incitação de ódio ao extermínio desta população. Esse caso foi o único encontrado que fazia referências a homens.

Percebem a existência de algo em comum nos casos, expressando sempre um aproveitamento de um certo sentimento de vulnerabilidade, mulheres desamparadas e taxadas como impotentes diante de situações como as de violência. As agressões ocorrem por falta de condições dignas para as mulheres circularem nos espaços. Por outro lado, entendem que os gays também vivem algo semelhante, pelos lugares postos pela sociedade cotidianamente. Sexualização do corpo da mulher, que implica em medos diferentes entre homens e mulheres: homens têm medo de assalto e mulheres de estupro, abuso.

Uma das mulheres levanta a possibilidade do machismo invisibilizar assédios contra homens e um colega afirma poder haver, mas não conhecer e que “ser mulher no Brasil é muito difícil”. Outra discente afirma que se comparar os casos que existam de homens, serão mínimos em relação às mulheres. Uma terceira reforça ainda a invisibilização nos casos de violências contra mulheres, numa lógica machista, exemplificando com os casos lidos, em que as três mulheres foram culpabilizadas na violência. O grupo concorda que por isso relatar na rede social já é um ato de coragem, ainda porque em muitos casos nada se faz, o ato violento não é validado, em delegacias fazem com que ela não denuncie mais e o processo burocrático para legitimar o que aconteceu pauta uma nova violação. Estudantes relataram outro caso naquela semana em que um segurança questionou uma jovem sobre sua roupa, ainda a expondo na frente de outras pessoas. Relataram o desgaste dela na violência e nos desdobramentos burocráticos de buscar as medidas cabíveis.

É através dos discursos que pululam nos entremeios espargidos da sociedade que a naturalização da violência contra as minorias se dá. Ocorre por um processo de legitimação dos padrões e das anormalidades, produzidas por esses discursos de poder (FOUCAULT, 1994/1976; 2010/2001).

O grupo conseguiu perceber e abordar as violências relativas ao gênero e, especificamente, à mulher, no entanto, não observam facilmente as relações nos casos em que a sexualidade atravessa. No diálogo conseguem construir a ideia de hipersexualização da lésbica, correção do desejo e vivência sexual fora do padrão social através da violência de homens que buscam forçá-la a, como se fosse passível de condicionamento, a transformar seus desejos e práticas, embora ainda sem aprofundamento.

Um estudante afirma que a correção também ocorre com homens gays e bissexuais, em que ele mesmo já teria vivenciado situação em que mulher disse que iria ensiná-lo a gostar de mulher e já viu acontecer também com outras pessoas tal desvalorização. Outra lembra que os pais também fazem isso com seus filhos, criando situações que eles estejam com mulheres. No entanto, refletem coletivamente e problematizam sobre as diferenças da correção para homens

e mulheres. Concordam que para além de com a mulher ser mais propício ocorrer, é de forma mais violenta, remetendo ao corpo e ao estupro, invisibilizando sua voz e fazendo aparecer sua vulnerabilidade, já que há um respaldo social para isso.

Sobre a pichação, refletem sentimento de fascismo e não aleatoriedade ao espaço em que ocorreu, sendo na universidade um local onde as pessoas gays se sentem seguras. Revela ódio, ameaça, não pacificidade às práticas em questão, extinção do outro. Problematizam sobre a violência ficar no discurso, como na pichação, por esperar-se de outros homens (no caso os gays) também agressividade e não passividade ou se também ocorre em certa medida a agressividade física. Convergem à ideia de que há a prática física da violência. Estudante afirma que a pessoa que constrói o discurso também anda por aí atrás da prática violenta e o próprio discurso já o é, mandando embora, excluindo da sociedade. Todos os casos representariam aniquilamento, afirmação de que “seu lugar não é ali”. Novamente remete-nos ao discurso e suas práticas de poder, numa atitude violenta de extermínio daqueles que ameaçam a norma e por isso são desprezíveis (OLIVEIRA, 2007) e abjetos, não vivíveis, extermináveis (BUTLER, 2009/2015).

Neste momento, esse questionamento me retoma que para essas pessoas que desejam e buscam expulsar gays, lésbicas, quiçá mulheres em geral que não cumpram um padrão bastante ligado à tradição devem ser eximidas. Não é à toa que essa pichação ocorreu, que tantas mulheres são violentadas dentro da Universidade e que foi criada e divulgada a lista de quem deveria ser exterminada/exterminado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH a partir de 2019, em nome da posse de novo presidente. Essas pessoas que também, assim como os gays do CAC e as mulheres dos casos, são pessoas estudantes, técnicas ou professoras. Ora, como um sistema democrático pode ser capaz de incitar o extermínio de parcela da população? Como pode se querer eximir ainda pessoas que estão construindo ciência, conhecimento, no espaço acadêmico? É um contrassenso!

Comparando os casos, os/as estudantes consideram que não se esperaria que um professor de Psicologia fosse um agressor de Gênero, sendo algo que chama muita atenção. Refletem que em outros dois casos não se sabe exatamente quem eram os agressores, mas questionam: “que contexto está propiciando para que esses casos estejam acontecendo?” Apontam as falhas de segurança da instituição, desde coisas mínimas como “uma trava no banheiro.” “Que estratégias, que ações a instituição faz para que as pessoas sigam confortáveis para agir assim com as outras pessoas?”

Relatam diversos outros exemplos de violações, alguns cometidos por seguranças, afirmando que deveria haver uma preocupação com quem são essas pessoas que estão fazendo

a segurança e também que seria adequado ter mais mulheres na segurança. Consideram que esse tipo de situação diminui a vontade de tomar providências ante as violações, pois a mulher é que termina exposta, e com o agressor nada acontece. Relembrem Marielle, mulher negra, lésbica, eleita e instruída. Referiam o caso da vereadora assassinada, junto ao seu segurança. Ela estava realizando importantes trabalhos sociais em comunidade do Rio de Janeiro, o que incomodava alguns setores da sociedade, a quem as pessoas em situação de vulnerabilidade não importam. “O que uma mulher precisa mais fazer para ter poder? Num é nem poder! Respeito! É respeito!” É válido ressaltar que após o crime ainda não houve medidas efetivas de fato ao caso nem à segurança da população, sobretudo das mulheres e pessoas mais vulneráveis.

Pensando nas dificuldades da mulher trans, ensaiam dizer que ela sofre mais que a cis, mas um colega diz ser difícil porque não há como mensurar, e afirma ser diferente. Aceitam suas explicações com gestos e ele continua dizendo que o sofrimento está em viver a violação cotidiana, da ameaça, do medo, dos atos. Outro ratifica: “nós estudamos Psicologia, sabemos a importância da saúde mental e as consequências de viver assim”. Mais uma vez aqui percebemos uma sensibilidade ao tema, mas com dificuldade de aprofundamento teórico. Questiono sobre as intersecções entre os marcadores que um estudante abordou e ele aponta ter algo em comum, já que as lutas são parecidas e há necessidade de se juntar para fortalecer, pois quando estão sós ficam mais vulneráveis, citando um dos casos. Uma jovem afirma com exemplos que não dá para saber quantas mulheres serão suficientes na luta, questionando se é a quantidade no estar juntas. “Não entendem que a gente não tá mais sozinha quando tem uma mulher do lado”.

Lanço assim uma pergunta: Como foram abordadas as temáticas de gênero e sexualidade na Psicologia? O grupo tem uma certa dificuldade para responder e termina concluindo que foram poucos espaços, tópicos em algumas disciplinas. Não há um aprofundamento, uma dedicação às temáticas. Contam que quem tem muito interesse tenta em outro curso, mas nem sempre consegue a vaga. Um estudante conseguiu e expressa sua visão de que não há como não ter isso em Psicologia, considerando fundamental ao processo de formação nesta área.

Apontam como uma lacuna do curso, que deixa a desejar em algo tão importante. Há apenas uma disciplina e quando a professora que a oferece se afasta ninguém mais assume. Referem-se à disciplina eletiva Gênero e Sexualidade que estavam iniciando. Afirmam que demorou bastante para oferecerem esta disciplina e houve pressão discente ao departamento.

Pontuam que o curso está em dívida com essa demanda da Psicologia que é Gênero, base importante da sociedade. Consideram que deveria ser integrante e relevante para o curso, mas fica a critério discente buscar em outros cursos. Fundamental se discutir isso também no

momento histórico da Psicologia, em que se está tentando aprovar terapias de conversão sexual e incitando na população a crença de que fazemos “ideologia de gênero”.

Retomamos aqui a Resolução do CFP 001/99, que preconiza a não realização de intervenções de conversão sexual, nem posicionamentos que estigmatizem ou patologizem as vivências sexuais da homossexualidade. Esta normativa vem sofrendo sérios ataques por parte de seguimentos religiosos fundamentalistas, com apoio de grupos de profissionais da Psicologia que encabeçam sua derrocada. Tal situação, aviltante à sexualidade humana como dimensão constituinte do sujeito, precisa ser refletida, sobretudo quando é levada a cabo por parte de psicólogos e psicólogas, que deveriam estar trabalhando pela não estigmatização e estereotipação das diversidades, segundo o entendimento geral da Psicologia e do Sistema Conselhos ao qual sua prática está submetida.

Questiono: Então o que acontece com profissionais que não vão buscar esses conteúdos em outros cursos ou outros espaços? Ao que me referem práticas do tipo da conversão, achando que se é passível de mudança e correção, como se fosse uma falha ou transtorno, pois essas compreensões e transformações de preconceitos e discriminações não avançam sem debate, são mais facilmente manipulados em práticas de poder. Relacionam à reprodução acrítica do que está estabelecido e dominante na sociedade, muitas vezes para cobrir uma demanda e legitimar uma ideia que se possui. Entendemos aqui que essa ideia ocorre sem base científica de estudos e caminhos epistemológicos sérios e respeitáveis que pudessem garantir benefícios à população.

Ponderam que mesmo que pessoas busquem tratamentos deste tipo, só o farão porque há outras pessoas apontando e dizendo ser necessário uma cura para a forma que elas são, como se fossem erradas. Um jovem dá um exemplo vivido por um amigo, num processo com uma psicóloga ligada a um espaço religioso, e isso “bagunçou a vida dele” e ele saiu da igreja.

O grupo apoia a ideia de que sem essa base na formação é possível e até provável que profissionais de Psicologia cometam práticas problemáticas com relação às questões de Gênero e Sexualidade e relembram mais uma vez o exemplo marcante do professor. Uma estudante aborda ainda que em alguns casos a pessoa pode até ter a formação mas resolve ignorar, apontando ser um perfil comum na universidade docentes que se colocam em posições de “intocáveis”. O grupo concorda e aponta que quando nada acontece em seus delitos, confirma para o docente específico e para as/os demais que o são de fato e podem agir como bem entenderem. Um estudante afirma:

Silenciar o debate também é um posicionamento. Escolher não falar disso ou marginalizar esse debate é também uma posição política, uma posição diante do tema. É uma escolha também, sabe? Uma instituição, um currículo não tratar desse tema, escanteá-lo, já é uma posição diante do tema. E vai respaldar o discurso que coloca a

temática como a de sexualidade e de gênero como algo que tem que ser feito às escondidas, que tem que ter vergonha, que tem que ser apontado, discriminado.

Aludem que o curso de Psicologia está agindo negligenciando a formação ante as temáticas de Gênero e Sexualidade e isso é uma posição política lamentável. Consideram que há uma carência do corpo docente pensar o curso. Criticam então as posturas políticas docentes ante as temáticas sociais e as afirmações de suspensão de valores como algo irreal, que não pode ser levado desta maneira como se algo que ficasse à parte das práticas, suspenso, distanciado da própria constituição e experiências.

Enquanto docente em outras instituições, minha experiência também permite indicar que é muito comum entre colegas nesta área tal afirmação de suspensão de valores, como se fôssemos capazes de lidar com todas as temáticas que envolvem os sujeitos de maneira imparcial, neutra, o que nos tornaria capazes de realizar intervenções adequadas, a partir apenas do conhecimento técnico. A crítica do grupo discente que faz emergir a problemática de nos colocarmos como isolados da sociedade nos processos de escuta, acolhimento e conduções psicológicas. Se por um lado a ideia de suspensão de valores parece fazer respeitar a condição do outro, portador do valor presente naquele momento, por outro faria também invisibilizar marcadores sociais, imbricados em processos de subjetivações que permeiam suas próprias intersecções.

É preciso afetar-se para acolher, cuidar, é preciso tornar visível processos de opressão e violência para possibilitar ressignificação. É preciso ainda se aproximar da dor e do entendimento do outro para investir nos processos psicológicos, em quaisquer espaços de práticas psis. É preciso produzir deslocamentos na relação de poder para que ela possa ocorrer de forma mais fluida e libertadora. Retomando Sandra Azeredo na *Encrenca de Gênero* (2010), é essencial definir que as concepções de si são múltiplas e, como afirma Butler (2010), há uma fluidez no conceito de Gênero e suas expressões, que passam por sua própria performatividade. A (não) suspensão de valores se torna também uma posição política ante o outro e a coletividade.

As/os estudantes apontam que é preciso discutir e parar de negligenciar os fatos históricos e políticos, confirmando que eles precisam ir para as salas de aula cotidianamente. Lembram de situações pontuais em que esses debates ocorreram, mas consideram insuficientes, já que o curso de Psicologia tem por excelência a preocupação com o cuidado. Acreditam que está se negligenciando pessoas que estão sendo mortas e violentadas em grande escala e não se está debatendo efetivamente, as mortes das mulheres e pessoas LGBTQI+. Apontam ainda que

quando se faz a escolha de que pessoas serão pensadas e discutidas no curso, outras serão relegadas, reforçando uma hegemonia do discurso.

Pergunto: O que vocês entendem por Gênero? Demoram um tempo e começam a construir uma resposta coletiva, numa comparação com gênero literário, em que cada um tem um estilo. A comparação é acessada de forma a explicitar uma compreensão imagética, ante a dificuldade apontada de definir o conceito, uma vez que o mesmo não é estanque. Ao mesmo tempo há uma grande quantidade de tentativas de explicá-lo, por caminhos e olhares divergentes. Uma estudante acrescenta, como quem amarra conceitualmente, a dimensão de marcador construído socialmente.

Como já explicitado anteriormente, a conceituação de gênero é uma encrenca (AZEREDO, 2010), é sempre um ensaio, que perpassa as experiências e relação com o mesmo (SCOTT, 2005). No entanto, é possível compartilharmos algum nível de entendimento comum do conceito, como sua própria fluidez e singularidade nas experiências. Neste sentido, percebo a dificuldade das/dos estudantes em fazer qualquer definição mais consistente, apelando a uma definição de marcador, que é tão geral que poderia servir para diversos outros aspectos que nos constituem, não sendo assim capazes de dar conta de uma explicação do termo.

Questiono então a definição de Sexualidade para perceber as noções de diferenças entre ambos. O grupo tem mais dificuldade de expor essa conceituação, acionando um “bonequinho” que circula na internet, conhecido nas relações informais, para tentar explicar por meio da comparação com Gênero. Revelam uma certa confusão conceitual de sexualidade, transpassando a noção de expressão de gênero e orientação sexual.

Pergunto então qual a relação entre Psicologia e Gênero. Pensam nessa relação pelo interesse da Psicologia nas questões sociais, devendo se debruçar pelo viés da construção sobre gênero, buscando ainda entender como as pessoas se constituem e são constituídas.

Ao responder sobre a relação entre Psicologia e Sexualidade, afirmam que é semelhante, mas há uma problematização acerca de se tratar de uma construção social. Concluem pelo debate que as relações sociais influenciam fortemente as vivências da sexualidade e que a educação das pessoas é baseada na heterossexualidade. Uma estudante exemplifica que sua inserção na universidade a possibilitou perceber que muito de sua própria vivência vinha do outro e uma resignificação disso a fez permitir-se outras experiências e hoje ela se afirma bissexual porque passou a entender que pode vivenciar essa prática sexual. Debatem sobre a sexualidade ter a ver com as limitações impostas socialmente, que por sua vez permeiam a forma como se relaciona consigo. Um estudante afirma conceber sexualidade muito atrelada ao

desejo, mas que o debate daquele momento o faz refletir e assimilar uma outra maneira de percebê-la, embora ele não consiga defini-la.

Como explicita Butler (2003/2010), sexo e gênero são tão atrelados socialmente, com o intuito de alinhar as existências de forma binária, que se torna difícil para o grupo estudantil diferenciar sexualidade e gênero. Ao ponderarem as influências sociais nas expressões de gênero, escapa-lhes o que a autora considera acerca do próprio sexo ser forjado socialmente e a ele padronizadas sexualidades e práticas sexuais. No entanto, o grupo incita reflexões e abertura para a produção de novas compreensões.

Neste momento destacamos o grupo na pesquisa com um caráter de movimento, espaço potente em que se produzem deslocamentos. Desta forma, o próprio grupo é que se caracteriza na oficina como intervenção mútua, com construções que perpassam a dimensão pessoal e coletiva, capazes de representar um grupo social compreendido na pesquisa, como porta-vozes do próprio acontecer na sociedade (MINAYO, 2010). Que fazem fortalecer ante as questões trabalhadas. O mais importante desde os primeiros momentos, bem como na primeira oficina, foi ver-me implicada nos deslocamentos e nos conhecimentos que ali se produziam e de alguma maneira geravam apropriações de formação profissional que ecoavam nas lacunas elucidadas pelas/pelos discentes.

É neste sentido que entendemos o caráter interventivo desta pesquisa, que se construiu de forma processual, entre teoria e prática imbricadas, no processamento das informações que foram ocorrendo ao longo do trabalho e produzindo conhecimento. Percebemos o caráter interventivo e prático de oficina, que se desdobra continuamente, ainda quando um estudante aborda sobre a construção como uma dimensão que ocorre nas imbricações do coletivo, mas que vão se fazer de forma singular pelos entendimentos diversos que dela ocorrem. Neste ínterim, a dimensão de si e das próprias concepções ocorridas no social e apropriadas por cada sujeito é o que se definiria como construção, a construção de si, da autoidentificação. Considera ainda que desta forma Gênero e Sexualidade, por meio dos desdobramentos sociais, são concepções muito associadas. Todas e todos concordam que a Psicologia precisa esmiuçar estes conceitos e suas diferenças em seu processo de formação.

Indago se quem está ao final do curso se sente preparada/preparado para lidar com as questões abordadas na profissão. Revelam um certo incômodo acerca da realidade do curso neste momento, afirmando não se sentirem em preparação nem para estas nem para tantas outras temáticas, considerando ainda que o curso é composto de tanta teoria e pouca prática que “na hora que ela chega você não sabe fazer nada com ela”. Relembro aqui que minha graduação foi um espaço de pouca prática, em que a mesma ficava a critério de alguns trabalhos solicitados

por docentes, visitas técnicas restritas e o estágio supervisionado ao final do curso. Buscando amenizar o distanciamento prático de estudantes ao longo do curso, a DCN Psicologia de 2004 previu a existência de carga horária distribuída ao longo da formação nos chamados Estágios Básicos. No entanto, as/os estudantes colocaram como sendo ainda práticas insuficientes para dar conta das questões sociais e, especificamente, dos nossos marcadores em questão.

Expressam que é no estágio curricular ao final que muita coisa vai ser aprendida, mas será incipiente, explicitando incertezas e despreparo para lidar com alguém que chegue a uma psicóloga/um psicólogo em busca de uma mudança da sexualidade. Destacam que a religião pode influenciar as pessoas nestas concepções e nas noções de uma sexualidade tida como normal. Um estudante constata que “a maioria dos meus amigos que saíram da igreja foi por causa da sexualidade”. Estudante mulher lembra que “a questão da religião toca a questão da mulher”. De maneira geral, os membros abordam os públicos LGBTQI+ e a mulher como as/os que mais sofrem nas religiões as questões de Gênero, inclusive nas de matriz africana, onde poderíamos pensar ser diferentes. Uma das discentes compartilha parte de sua história:

Tem uma frase que me marcava muito quando eu era de igreja assim: a mulher sábia edifica seu lar, ou seja, a mulher que vai ser considerada sábia é aquela que abaixa a voz pro marido, abaixa a cabeça porque ela que tá mantendo o lar dela, ela que tem inteligência pra ter o lar dela funcionando sabe. É um versículo! Então eu fiquei tipo, tá então deixa eu ser tola então, deixa eu ser tola e livre, porque aqui não dá.

Foi bastante interessante identificar que, embora didaticamente separando as oficinas em temáticas, essa primeira já demonstrou que elas se inter-relacionam na prática e na compreensão das/dos discentes, como verbalizaram. Retomo aqui as normatizações sociais imputadas às pessoas nas dimensões de Gênero, Sexualidade, Família e Religião. Como Foucault (2001/2010) afirmava, trata-se da produção dos anormais, e ainda seria também a fabricação dos ditos normais, já que os padrões são construídos socialmente.

Uma das frases utilizadas para falar da mulher na religião foi acerca de que lhe é atribuído um papel como condição de ir para o céu. Este papel é feminino, pautado por ser cuidadora do lar (a mulher que edifica o lar)<sup>23</sup>, dos filhos e do marido, ou seja, é a mulher mãe, submissa, terna, passiva, do ambiente privado, que se torna sábia por isso. O homem então vai ser compreendido como aquele que é ativo, provedor, da cultura, forte e isso é ser pai, marido, masculino. Tais fundamentos implicam na sociedade heteronormativa e com base na família normal (ARÁN, 2011). Invisibilizam-se assim as práticas violentas da cultura machista, cultura do estupro, que oprime e violenta pessoas LGBTQI+ e mulheres cotidianamente. Isso porque

---

<sup>23</sup> Está em Provérbios 14:1 a frase “toda mulher sábia edifica a sua casa; mas a tola a derruba com as próprias mãos”, à qual a estudante se referia.

toda a responsabilidade da casa, cuidados e educação de filhos e filhas, bem como do próprio relacionamento conjugal são atribuídas numa lógica heteronormativa à mulher. O pior de tudo é que o massacre se dá justamente por meio da legitimação das normas, negando identidades e buscando as exterminar.

À medida em que escrevo pensando sobre a violência, lembro-me de Tatiane, jovem recém-morta, ao que tudo indica assassinada pelo companheiro. É bem verdade que temos diariamente Marielles e Mirellas – mulheres símbolos da violência contra a mulher. No entanto, assistindo o vídeo de pouco tempo antes da morte de Tatiane, vendo que o marido a agrediu várias vezes de forma desprezível, o mais chocante é que ela correu tentando fugir e gritou por socorro repetidamente, desde a garagem do próprio prédio até o seu apartamento, de onde se infere que foi jogada. O homem, com quem ela dividia uma vida, e àquela época tentava se separar, não a respeitou e a violentou, quer a tenha jogado ou não, e isso já é de causar indignação. Como se faz isso contra alguém que não pode se defender contra a força física? Por outro lado, se ele já está preso, e seus vizinhos, e todas as pessoas daquele prédio, que a conheciam, que a ouviram pedir socorro e nada fizeram? Só chamaram a polícia quando já havia um corpo de mulher morto na calçada, incomodando. Nada fizeram ela estando ainda viva e bradando por auxílio?

A imagem da mulher frágil e dócil não gerou empatia nem proteção da vizinhança. Nem mesmo a imagem forte de mulher jovem, bonita, advogada, heterossexual a protegeu despertando apoio. O homem ainda limpou o sangue da esposa, trocou de roupa, pegou o carro e dirigiu bastante. A vizinhança não o deteve. Diz o ditado popular que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. É preciso refletir essa frase, levando em conta que ela carrega a mensagem subliminar de que o marido (chefe de família, dono) deve comandar a situação e sua mulher (submissa, propriedade), não podendo ninguém lhe retirar tal poder. Utilizando a frase como metáfora, intrigo-me acerca de quem de fato matou a mulher que queria se separar e viver, tornando-se questionável, e precisava que alguém metesse a colher naquele momento. O marido a agrediu diversas vezes e possivelmente foram seus braços que a lançaram, mas junto com eles, inúmeros outros braços se faziam presentes lançando-a às estatísticas do feminicídio, crime de ódio contra a mulher, impondo-lhe submissão e menos valor, em que Tatiane vira mais um número. Fico no desejo de que na luta cada uma dessas mulheres seja lembrada e registro aqui o caso para que também esteja documentado para além dos percentuais.

Assim como as/os discentes lamentaram a ausência de discussões dos acontecimentos cotidianos históricos no curso e exemplificaram com o caso da vereadora Marielle, assassinada juntamente ao seu motorista que estava presente, por estar realizando trabalhos junto à

comunidade no Rio de Janeiro, levanto o debate sobre a paranaense Tatiane e tantas e tantos outras/outros vulneráveis.

Esse grupo discente esteve disposto a contribuir, acreditando num crescimento para o curso e participaram como construtoras/construtores desse ideal que aqui se concretiza em alguma medida. Foi neste sentido que realizaram as discussões sem buscar velá-las, firmando por vezes pela pesquisa denúncias. Algumas por referirem nomes, preferimos não apontar, garantindo sigilo e respeito aos processos éticos e jurídicos.

Conceitualmente o grupo revelou algumas confusões acerca dos conceitos ora trabalhados, como demonstrado, mas como ocorre na pesquisa intervenção, a potência da discussão grupal fez emergir as lacunas como a expressão fortalecida de clamarem por posicionamentos implicados da Psicologia, bem como foi espaço de produção de conhecimento. Tratou-se de um lugar de resistência, em que perceberam uma oportunidade de apontar o que consideraram necessitar de melhorias. Trata-se de dimensão política, de falta de implicação ou falta dela, de arcaísmo científico ou acompanhamento das questões sociais, desconsiderando acontecimentos e a própria contemporaneidade na subjetivação. Trata-se ainda de um processo histórico da Psicologia, que precisa continuar sendo problematizado para dar conta dos infinitesimais modos de subjetivação (COIMBRA, 2007; DIMENSTEIN, 2000).

#### 4.3.2 Oficina de Família

Nesta oficina, o elemento projetivo e disparador das discussões foi o filme “Minhas mães e meu pai<sup>24</sup>”. Num primeiro momento tivemos uma certa dificuldade com a aparelhagem da instituição – internet, computador, adaptador, configuração -, de forma que precisamos remarcar outra data. O grupo compreendeu a situação e não houve resistência no reagendamento.

No outro dia marcado, a atividade foi possível e antes de iniciá-la uma das estudantes retomou questões da oficina anterior dizendo ter ficado refletindo sobre o espaço em que estudam e a insegurança vivida, bem como acerca dos posicionamentos políticos. Ela ainda revelou certo incômodo com a filmagem, embora afirmar desejo de colaborar com a pesquisa. Acordamos então que sua imagem não seria mais registrada, mas apenas a fala na filmagem e assim procedi até o último encontro.

---

<sup>24</sup> O filme conta a história de um casal de mulheres lésbicas que vivem juntas há quase 20 anos, tendo 1 filho e 1 filha adolescentes. Ambos foram concebidos por meio de inseminação artificial, utilizando um banco de espermas. Sem que as mães soubessem, encontram e marcam para conhecer o doador de espermas, que teria sido o mesmo nos dois casos. A partir daí, aquele que seria o pai biológico começa a participar de alguns momentos familiares e daí reverberam alguns conflitos no cotidiano daquela família.

Entendo aqui que a pesquisa interventiva circula no acontecer das relações que se constroem neste tipo de metodologia em pesquisa. Desta forma experimento uma satisfação na provocação que a jovem vivencia e provoca nas/nos demais, fazendo o coletivo ficar pensativo e trabalhar uma retomada e reafirmação do diálogo anterior. Ela foi porta-voz - como afirma Minayo (2010) sobre a pesquisa qualitativa -, uma vez que há uma concordância geral da gravidade cotidiana na graduação que cursam, costurada por lacunas por onde se esvaem importantes aspectos das constituições humanas e formas de viver.

Ao finalizar a conversa inicial e dirimir quaisquer insatisfações, demos início ao filme, com aspecto lúdico permeado ainda pelo lanche que caracterizou os encontros e permeou uma aproximação no compartilhamento de ideias que se delineavam no desejo de contribuir com uma Psicologia crítica. O lanche que eu levava como proposta de manter um clima amistoso e também agradecimento pela participação foi compreendido pelo grupo como uma forma de cuidado, tendo verbalizado isso e a satisfação de estar neste processo. Isso faz refletir mais uma vez o caráter interventivo, pois o grupo mergulhou no propósito do trabalho, em nome da Psicologia, não mais o entendendo apenas como meu, mas como nosso, cada vez mais. Após o filme, produzimos novo debate.

A discussão é introduzida abordando a família pela relação afetiva, em que há erros e perdões em nome das relações. Esse debate evoca o conceito que trabalhamos atualmente numa perspectiva psicológica de que família é composta por um grupo que possui vínculos, independente de serem consanguíneos, em busca de prover bem-estar mútuo entre si, físico e emocional (MELLO, 2005). Também na ordem do Direito a família natural (biológica) e substituta (adotiva) não podem se eximir da dimensão de afinidade e afeto. Assim, o preceito jurídico mais fundamental para a definição de família agora se baseia nas relações socioafetivas (MENDES, 2012).

As/os discentes criticam a impressão que ficam do filme expor a relação heterossexual como sendo a que oferece prazer em detrimento da homossexual e discordam em consenso dessa lógica, inclusive no que diz respeito ao ato sexual. Criticam ainda a posição machista do personagem homem que é o doador de espermatozoides para as mulheres que se tornam mães de um menino e uma menina numa relação lésbica e vivem em família. Este homem quando entra nessa história, como os jovens filho e filha biológica/biológico já grandes, tenta ocupar um lugar de destaque e assumir algo que não construiu, como as mulheres mães que acompanharam todo o processo de crescimento e educação desde a fase embrionária da vida, ou melhor, desde as expectativas anteriores à vida física.

Reforçam a impressão ainda da lógica binária em que se compara o tempo todo o relacionamento lésbico com o hétero, em que cada uma das duas mulheres ocupa os papéis masculino e feminino e ainda como se fosse uma figura materna e uma paterna, que em alguns momentos não parecem duas mães. Por outro lado, com a entrada do homem que seria o pai biológico e os conflitos gerados com a presença dele, o filme reconduz de maneira satisfatória em que a relação familiar construída é mais forte e voltam à escolha de afastá-lo dessa relação de maneira a garantirem a proteção entre si, dirimindo os conflitos da presença ameaçadora para a relação. Retoma a história social da família em que a família tradicional torna-se modelo (ARIÈS, 1984) de forma que as outras configurações, por vezes, tendem a repeti-la, como modo de normalidade (ARÁN, 2011).

Retomam a ideia de que os papéis binários se relacionam com a reprodução de uma sociedade heteronormativa que aparece ainda quando acreditam que o filho seria homossexual e precisam debater e refletir como abordar isso com ele, não sendo algo tratado com tanta liberdade mesmo numa família composta por casal homoafetivo. Discutem se há uma intencionalidade do filme de tensionar essa reprodução ou se se trata de uma reprodução de padrões por parte do filme. A problematização se torna aqui uma abertura à construção de um conhecimento ainda não aprofundado entre as/os estudantes, embora a capacidade crítica se faça bastante presente. O grupo se mostra explicitamente com dificuldades de compreender as reproduções ocorrentes em relações homossexuais ou outras não héteros.

Expressaram dificuldades em como se pensar relações não padronizadas que implicasse perceber liberdades e subversões de estereótipos, o que nas vivências de várias configurações familiares não tradicionais não é verdade, onde vários estigmas e padrões se repetem e tantas vezes até se fortalecem em busca de garantias. Como Foucault nos afirma em História da Sexualidade I (1976/1994) e em Os anormais (2001/2010), os padrões homossexuais e de outras vivências sexuais não tradicionais, não héteros, são fixados, por meio de nosografias, definições, são rotulados e repetidos. E ainda assim, não se deslocam da lógica binária social, incorrendo em verdades incontestes as tentativas inúmeras de corresponder às ideias de completude ou de necessidade de viver de duas únicas formas possíveis, mesmo nas vivências sexuais.

É preciso voltar-se ao que há de mais característico em homens e mulheres: a multiplicidade de maneiras de existir como característica humana, independente de qualquer fator, apontando ainda as diversidades familiares existentes e possíveis, que se baseiam nas relações propriamente ditas, nos vínculos formados e na busca de bem-estar da própria família. O enlace destas relações familiares então não prevê modelos dados e normatizados socialmente, como o matrimônio heterossexual, onde o homem é o provedor masculino daquele grupo e a mulher a cuidadora e reprodutora feminina. Nestas novas configurações, que vêm tomando cada vez mais força expressiva,

homens e mulheres fazem parte de uma mesma teia relacional, que se caracteriza pela cumplicidade afetiva, independente de sexo, gênero ou mesmo estado civil. Há espaço para a heterossexualidade e a homossexualidade, para as múltiplas expressões de gênero e configurações familiares (RABELLO & VIEIRA, 2014, p. 35).

As/os discentes consideram ainda que as relações na universidade, dando ênfase às relações fora de sala de aula, possibilitam um entendimento ampliado e destacam a presença atualmente de mais pessoas negras e trans nesse universo, o que contribui para as trocas e produções de conhecimento. Além disso, a natureza questionadora do curso também contribui para essas construções. Debatem ainda sobre a demonstração no filme do desejo entre as mulheres de maneira pouco intensa, porém podendo estar ligada ao tempo de casamento e sua rotina. É aí que o homem entra na relação e se incomoda por o desejo intenso ser vivido entre uma das mulheres com ele. Por outro lado, afirma interessante mostrar que a mulher lésbica pode sentir desejo por homem em algum momento. Esse homem seria alguém que entra nessa história idealizando uma família que já encontrou pronta.

Um estudante questiona se tantos lugares comuns no filme não estaria intencionalmente tensionando essas reproduções para fazer refletir sobre elas. Questiono se na realidade esses lugares comuns não ocorreriam e refletem que poderia não ser no caso do casal de mulheres, mas que no perfil do personagem homem de fato seria da forma como se apresenta, mais estereotipado. Noto aqui uma dificuldade novamente de perceberem as possibilidades de reproduções sociais nas relações não padrões.

Pergunto acerca da relação de poder colocada entre as mulheres em que colocaram uma no lugar de mãe e uma no lugar de pai, se não há uma reprodução num casal de lésbicas. Apontam que essas relações se reproduzem, mas ao mesmo tempo que num casal lésbico esperavam que esses lugares fossem quebrados. Retomo essa condição na vida real e pensam sobre essa relação repetir-se quando foram educadas/educados para uma relação hétero anteriormente e pensam como seriam outras possibilidades. Novamente percebe-se aqui uma insegurança em afirmar de maneira mais teoricamente fortalecida sobre as práticas dessas relações. Esperavam que o filme tivesse que quebrar esse lugar para ser um excelente filme, inclusive tendo sido indicado ao Oscar.

Percebem ainda assim que o filme demonstra que filhos de casais homossexuais não serão necessariamente homossexuais também e ainda elogiam a quebra da necessidade de uma figura paterna e de uma figura biológica também, uma vez que há a procura por esse genitor, mas o roteiro encaminha-se para um não pertencimento da construção de família deste homem que não esteve presente nela. Afirmam que o sangue não é condição para a existência da família

por meio dos laços afetivos, de cuidado e carinho. Esta concepção está de acordo com nosso entendimento conceitual de família, pautada pelo afeto e cuidado, para além das relações consanguíneas (RABELLO & VIEIRA, 2014).

Interrogo como é tratada a família na Psicologia. Respondem-me que de forma bastante heteronormativa. De forma passageira é falado de família homoafetiva. Uma estudante lembra que existe uma disciplina de família, mas que é eletiva e constatam que não é sempre ofertada. Apontam ainda que há diversas configurações e questões em torno da família, ainda destacando que a família tradicional não é hoje tão prevalente como antes. Peço que definam família e o fazem como um grupo de pessoas reunidas por relações sanguíneas, por afinidade ou afeto. Lembram ainda que nem todos esses grupos reunidos se amam nem são também de sangue. Uma estudante usa o termo estrutura – criticado pelo pós-estruturalismo, uma vez que não há uma base e modelo estanque, bem como não há como afirmar o que seria uma desestrutura em termos de família, já que todas possuem conflitos e as configurações e culturas familiares são diversas. Levantam a possibilidade de uma família ser composta por laços de amizade, não fundamentando pela teoria que já considera este tipo de família, mas por suas experiências.

É interessante perceber como a experiência faz parte do desabrochar do conhecimento em que compreender a partir do que é vivido se torna muito mais efetivo. Rememoro a noção de experiência de SCOTT (2005) como capaz de nos abrir para o conhecimento por meio de aproximações e distanciamentos do que se vivencia. Mais uma vez chama atenção o caráter interventivo de pesquisa em que há uma consolidação do conhecimento, aparentemente de forma desorganizada em alguns momentos, mas como uma semente de potência que não para mais de se ramificar. Ao trabalhar os conceitos e a teoria por meio de uma sistematização científica no curso esse aproveitamento tem a possibilidade de ser exponencial.

Ponderam sobre as questões jurídicas que não consideram certas relações de muita proximidade afetiva como família. Levanto a questão da relação entre Psicologia e Família. Entendem que há um papel importante e é função da Psicologia entender e apoiar, bem como repassar que essas relações não são estáticas, de forma a promover o bem-estar para essas famílias. Acreditam que a necessidade das crianças pode ser suprida, no entanto haverá questionamentos sobre o que está faltando naquela família que tem uma configuração não tradicional, numa sociedade heteronormativa. Todos esses entrelaçamentos fazendo parte da constituição da identidade da criança, ainda lembrando que é o primeiro grupo de convivência e ele mesmo possui convenções. Isso remeteu aos atritos familiares e ao que pessoas se submetem em relações de poder e autoritarismos dentro da própria família, sendo algo muito

“pesado”. Repetem ainda a concepção de família a partir de um sentimentalismo em torno da criança, como a concepção social que se iniciou a partir do século XV (ARIÈS, 1984).

A monogamia e a heterossexualidade compulsória são formas de garantir a propriedade privada e a herança, aparatos fundamentais no sistema capitalista. É desta forma que se cria o modelo dito normal, idealizado, da família nuclear tradicional – pai, mãe e filhos/filhas - em que à mulher, com sua sexualidade controlada, é atribuído o papel de cuidadora, e o homem, mais livre, já que não gesta e, portanto, não pode enganar sobre seus herdeiros, recebe a função de provedor e chefe. É ainda uma dominação machista, pautada por uma lógica de poder dos homens e submissão das mulheres (MENDEZ, 2008).

Questiono como fica então o curso já que afirmam não trabalhar com aprofundamento a temática Família e sendo ela tão cara a ele, ofertando raramente a disciplina que se propõe a tal – segundo as/os estudantes ela só foi ofertada uma vez em nove períodos. Referem que esta realidade demonstra uma não preocupação com o tema e com as demandas discentes e, sobretudo, sociais. Entendem que alguns conteúdos ficam estanques no curso em detrimento de outros que seriam mais necessários e não se fazem presentes. Denunciam que há um respaldo em estar no documento do curso presente o componente, no entanto, não está sendo ofertado como deveria ser.

Segundo o documento, como trabalhado anteriormente, de fato cada disciplina eletiva deveria ser ofertada de forma que cada estudante na integralização do curso pudesse optar por duas vezes se iria cursá-la. Lembram ainda que a forma como ela (quando) aparece(u) é sem muito valor, em meio a outras “lá embaixo”, bem como a disciplina de Gênero e Sexualidade. Ou seja, estão criticando o que consideram o pouco valor dado a essas temáticas de uma maneira geral no curso.

Fazem uma importante crítica à ausência de professores de forma prática para ministrar essas disciplinas e conteúdos, enquanto há uma hipervalorização acadêmica à produção que se pode lançar no lattes. Dizendo de outra forma, problematizam o alto valor à pesquisa, lattes e produção e uma desvalorização em garantir discussões fundamentais de uma maneira geral, que permanecem como lacunas. Pergunto o que faz com que Família seja relegada. Entendem que o corpo docente envolvido em outras atividades acadêmicas não consegue dar conta de oferecer como deveria todos esses conteúdos e vão se revezando nos componentes mais consolidados e tradicionais. Referem que esta situação corrobora com o estereótipo de uma Psicologia tradicional que não dá conta de demandas importantes. Exemplificam com um fortalecimento na parte de avaliação/testes e outras voltadas ao mercado, em detrimento de contribuir com uma transformação da tradição de forma a atender às demandas da população.

Criticam como cômoda a manutenção dessa estrutura de curso cristalizada. Uma estudante afirma que a reforma do curso não modificou de fato, alterando apenas os nomes das disciplinas. Questionam ainda a forma de entrada nas eletivas, pois existe uma heterogeneidade muito grande em que há calouras/calouros que ainda não possuem base para certas discussões com as/os estudantes que estão no fim do curso.

Indago em que lugar deveria estar Família e afirmam que seria ao menos uma disciplina complementar. Constatam as próprias dificuldades em conceituar Família, bem como Gênero e Sexualidade, que nunca tinham parado para pensar e só foram refletir com a pesquisa quando solicitei que me expressassem tais conceitos. Consideramos bastante grave este ponto e ponderamos uma situação profissional em que essas/esses estudantes não consigam oferecer essa resposta. Ampliam a ideia do conceito para uma noção do que se trata. Revelam ainda que estudaram conceitos como desenvolvimento do eu, crescimento da criança, construção da identidade, infância, dentre outras, que perpassam Família, abordam mãe-bebê, pai e filha/filho, mas não trabalham as relações familiares de fato, deixando muitas brechas nas compreensões.

De forma positiva conseguem perceber que há no curso uma discussão ainda de relações, como vistas no filme acerca da relação maternal/paternal em dificuldade de perceber o crescimento das/dos filhas/filhos. Indicam que a esse respeito existe uma discussão aprofundada no curso, embora ainda não de forma ideal pois não consideram outros marcadores.

Essa oficina chama muita atenção para a relação com as demais, em que realizamos uma separação didática, porém inevitavelmente os temas se atravessam. É neste sentido que percebo as/os estudantes afirmarem sempre lacunas gerais, ou seja, poderíamos pensar em blocos de conteúdos que apontam estarem sendo deixados à margem no curso. Compreendendo Família como uma organização central em nossa sociedade, é fundamental haver um aprofundamento deste conteúdo no processo de formação em Psicologia. Trata-se ainda de um tema atualmente em disputas graves nos espaços de natureza eminentemente políticas, em que o projeto de dominação hegemônica das formas de viver retoma o tempo todo uma imposição às configurações desses grupos, ameaçando direitos que perpassem a um número muito expressivo de pessoas de diversos perfis. Tal situação agrava ainda a importância do cuidado e dedicação que devemos ter com esta temática na Psicologia, em sua prática, e em especial no olhar construído durante o processo de formação.

Família e suas configurações implica, mais uma vez, ponderarmos as vidas valorizadas e as consideradas desprezíveis, numa relação necessária com os DH's e com os contextos de vida (OLIVEIRA, 2007).

### 4.3.3 Oficina de Religião

Trabalhamos esta última oficina com imagens de práticas religiosas, envolvendo a diversidade de crenças, expressões mais tradicionais, outras ligadas a bandeiras e pessoas LGBTQI+ e ainda as matrizes africanas. As/os discentes exploraram bastante as imagens, interpretaram, mostraram entre si, tentaram entender símbolos e formas de religiosidade. Iniciamos então o diálogo sobre as ideias acerca das imagens.

As primeiras abordadas foram as figuras que continham mulheres, por uma jovem que disse terem lhe chamado atenção. Em seguida ela ainda apontou outras imagens de uniões de religiões. Outro estudante falou sobre as imagens de uma maneira geral, considerando importante representações não cristãs, no entanto ainda apontando que se fosse para participar de uma delas precisaria saber como elas pensariam sobre sua orientação sexual, como o receberiam. Ele entende como um “incômodo essa situação, esse lugar que a gente tenta se colocar, principalmente pra quem é gay”. Uma discente reafirma o incômodo também para quem tem ideias e comportamentos considerados dissonantes para as religiões, em que as pessoas para delas fazerem parte precisam se tolher. O inverso não ocorre, pois as práticas são institucionalizadas.

O discurso se torna mais fluido entre o grupo, que vai construindo o entendimento de que há uma busca de salvação e processos de identificação, mas mesmo assim há possíveis negações de dimensões das pessoas, tornando-se-lhes desconfortáveis e geradoras de conflitos. “Ou você se enquadra dentro dessa caixinha ou você não é um dos nossos”. Isso traz sentimentos de rejeição, tristeza, baseados no enquadramento. A docilidade pregada pelas religiões também é questionada, parecendo em princípio ser positivo o perdoar e a busca pela paz, mas podendo revelar uma pressão quando você se sente em mágoa por algo e não poderia sentir.

Refletem a ideia do bom pregado pelas religiões, que nem sempre é bom. Em outras palavras se perguntam o que é bom e quem estabeleceu o que seria esse bom, com quais motivos. É bom para todas as pessoas? E quando não se concorda com algum dogma? Acreditam que não há maleabilidade, não podendo discordar, parecendo ser parte ou pecador. É um caminho de modelagem de massa, já que não se pode questionar, pois o sujeito é um risco para a instituição, portanto não pode falar, tem que reproduzir os dogmas, referindo que

ou é dos nossos ou não é dos nossos fala dessa ideia muito frequente no sistema de bode expiatório que rola nas religiões. E aí esse bom seria estabelecido às vezes até talvez pela negação do que seria tudo isso que a gente não pode ser e que tipo deve ser exterminado... e quando a gente falou de amor ao próximo, não é esse próximo aqui. Como isso é binário inclusive!

A estudante que construiu essa fala solicitou a outra que dissesse sobre experiência mais libertadora que ela havia citado anteriormente à gravação. A segunda então divide sua experiência dizendo que se trata de como se percebe a religião e como ela passou a ver, uma vez que sua concepção de Jesus é de alguém pacífico e acolhedor. Isso se opõe ao deus tirano que se prega. Ela diz que ressignificou sua fé se identificando com essa imagem mais harmônica de representação de amor.

Revelam assim discursos religiosos difundidos na sociedade por relações de poder. Esses constroem teias no interior das instituições e se espargem em redes para a população. Assim, os espaços religiosos também se revelam em disputa com possibilidades libertárias ou opressoras (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2013).

É lembrado que a religião sempre justificou agressões e violência contra outros, com respaldo num deus tirano, realizando extermínios, pois há grupos que se tornam ameaças à instituição – uma vez que se trata de uma relação política e ideológica. Apontam que a igreja espera que a/o homossexual deixe de sê-lo – poderíamos entender como uma abstinência das práticas sexuais – de forma a afirmar que a igreja transformou, curou, e estas pessoas ofereçam seu testemunho como prova.

Desta forma, a conversão sexual ou abstinência representam uma conformação à norma que corresponde ao projeto político capitalista de dominação e heterossexualidade compulsória que proporciona a família tradicional e reprodutora como o caminho de manutenção da lógica machista e produtora de mão-de-obra (LIONÇO, 2007).

Relativizam as práticas das hierarquias religiosas por meio das instituições, como espaços que muitas vezes realizam práticas boas e importantes, mas que em geral há uma tendência a fazer mais mal que bem a parcelas da população. Entendemos que há intenção de colocar as pessoas numa doutrina para ganhar em cima disso, por meio de uma lavagem cerebral. “Fazer você se achar, se sentir ruim por ser quem você é e, sim, o que você quer ser e precisar apelar pra aquela força seja lá o que quer que seja que aquela igreja tá pregando e você dar dinheiro”. Concluem que se trata de um relacionamento abusivo e espaço de poder intenso. “O poder hoje é a moeda mais forte que existe”. Segundo Foucault (1976/1994), foi justamente pela dominação capitalista em prol da reprodução e mão de obra fortalecida que os homossexuais foram fixados como uma espécie, sob a égide do biopoder. É ainda em nome de uma ciência imbricada num disfarce religioso de dominação política que as vivências não tradicionais de papéis e sexualidades são postas como pecaminosas e anormais (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2013).

Conceitualmente o próprio grupo se deu conta de que ao abordar religião ligaram imediatamente à igreja, deixando de lado as relações de transcendência, da existência e de espiritualidade, como algo que nos relacionamos sempre. Ainda é lembrada a moralidade, pensando espaços em que se faz o diálogo sobre ela, mesmo que sem envolver a religião. Uma estudante ao falar sobre isso exemplifica a existência de uma igreja sem religião e questiona: “onde foi que a gente deixou as instituições religiosas chegarem?”.

Pergunto como é abordada a temática religião na Psicologia. Elencam algumas formas que são pensadas como fé no processo de cura e motivação de massa. Entretanto, são falas soltas aqui e ali, não se construindo de forma sistemática nem aprofundada. Lembram que foram abordadas as práticas de cura gay, como demanda que veio da sociedade, mas ponderam que se não tivesse eclodido talvez não tivessem sido discutidas. Afirmam que na disciplina “Bases filosóficas” o professor também trabalhou a religião. Esta é disciplina obrigatória, de responsabilidade do departamento de filosofia. Referem que nela foi discutida a religião como espaço de projeção de sombra, aquilo que você renega, vê no outro, não podendo permitir, o que pode levar à exterminação. “Projeta no outro e apaga o outro”.

Destacam ainda que se houve espaço para a cura gay é porque se deixou abertura para este direcionamento, por falta de solidez ou omissão do tema antes nas discussões. Dizendo de outra forma, acreditam que é preciso trazer esses temas antes que alguém os usurpe, já que são parte da Psicologia. Ou serão mesmo cooptados por outros espaços de dominação.

Questiono qual é a relação entre Psicologia e religião. Respondem que é uma negação da faceta do inconsciente, como se não houvesse um lado ruim, só realizando coisa boa, não devendo questionar. Isso por outro lado faz lembrarem de expressões religiosas que lhes parecem espaços que podem ser libertadores, já que entendem o sujeito de maneira menos rígida. A Psicologia deveria então ser um espaço de pensar sobre essas questões, as dimensões que o compõem. Consideram que, assim como os outros temas aqui trabalhados, não são discutidas. Ponderam que dimensões importantes não são discutidas, o que faz pensar que tipos de sujeitos o curso está preparando para lidar enquanto profissional de Psicologia.

Indago o que entendem por religião. Neste momento trazem uma dimensão mais fluida, que se relaciona com as formas de perceber e referem uma possibilidade que vai de uma libertação e ligação com o universo, mas que pode tornar-se moeda, interesse, produto, instituição. Aí reside o risco de agravar o que já gerava sofrimento. Todavia, insistem que é possível uma relação entre o micro e o macro, trabalhando o conceito de irmandade como um laço que une todo mundo, mas que a religião é que o distorce, quebrando a proposta de se ligar com algo maior. Diferenciam então religião como esse espaço que pode cooptar pessoas e

conceitos e espiritualidade como mais singular e podendo ser libertador. Abordam, sem fundamentar teoricamente, a guerra que Natividade e Oliveira (2013) revelam, entre duas vias possíveis às perspectivas religiosas.

Pergunto como as religiões delas/deles, para quem tiver, ou algum tipo de fé, crença, tratam as questões de gênero, sexualidade e família. A estudante que havia abordado antes sua vivência reafirma que sua experiência foi modificada e hoje tem a figura de Jesus como norteadora de sua vida. Brinca que Cristo tinha um complexo de superioridade e delírio de grandeza, mas que foram usados para o bem, foi bastante útil. Mas o Cristianismo não lhe é passível de concordância na visão de gênero, de família,

de que o pai é o chefe e a mãe a auxiliar dele e os filhos tão ali só pra ir absorvendo e abaixando a cabeça e ouvindo. E que homem nasce homem e mulher nasce mulher e o que tá fora disso é tentação do diabo. Enfim, a questão da sexualidade também, de que é pecado, de que é o inimigo lhe testando e você tem que se agarrar em Deus pra lutar contra isso. Acho absurdo, uma coisa assim, é daquele campo mesmo de você enxergar no outro o que você repugna em você mesmo e tentar exterminar.

Problematizam a bíblia e quem a escreveu, bem como a imagem de Deus como homem branco, como processos de manipulação por meio e posse da religião. “Vira uma mitologia”. Referem as questões de gênero relacionadas à punição na religião. A mulher é ora causadora ora merecedora da punição, inclusive culpabilizada pelo pecado original. A representação do feminino é do pecado e punição na sociedade ocidental cristã, que liga o sujeito à comunhão sob culpa, enquanto devedor de alguém. O corpo da mulher na igreja é tido como objeto de pecado, desvirtuador para os homens, devendo ser escondido. A jovem novamente aprofunda sua experiência quando lhe diziam que uma mulher precisa ser dócil, submissa e abaixar a cabeça e ela pensava que quem tem que ser dócil é cachorro e que não se via nesse lugar, o que a fez quebrar com a instituição, mas mantendo sua fé na figura norteadora de Jesus Cristo.

Por outro lado, o corpo do homem não precisa ser escondido e o próprio Cristo teve o corpo exposto na cruz, bem como vários santos. Maria do pescoço para baixo é coberta. Jesus ainda pede à mulher prostituta a quem protegeu que não volte a pecar, embora não a tenha condenado. O corpo da mulher é que tem que ser puro para gerar. Mas se o sexo é “tão podre” por que Deus o teria criado, indagam-se.

Realizam aqui importantes compreensões por meio da crítica acerca da relação entre religião, gênero e sexualidade. Retomo o grotesco discursivo considerado por Foucault (2010/2001), nesse contexto apresentado pelo Nome de Deus e com suas definições binárias e naturalizadas para homens e mulheres.

Discutem sobre uma transferência de responsabilidade da própria vida para Deus, em que as coisas acontecem sobre sua vontade. Apontam que esse é um ponto que remete à Psicologia Fenomenológica embora não tenha sido trabalhado de forma aprofundada, mas compreendida naquele momento. Compreendem uma importância da religião enquanto fenômeno, sobretudo considerando que ela está no Congresso Nacional e precisa ser refletida.

Reforço as indagações questionando sobre as implicações na atuação profissional, pela Psicologia não estar trabalhando, suficientemente, a religião. Fazem silêncio e depois afirmam que “fica em defasagem porque os sujeitos vão vir, com religiões ou sem religiões, mas vão estar numa sociedade que tem religiões, então demandas que surgem ali e não foram debatidas vão ser tratadas, ou equivocadas, ou excluídas”. “Vou aprender na prática! Quando chegar lá vou ter que me virar”. Mais uma vez afirmam que na academia o tema em questão não está sendo tratado com relevância, surgindo em alguns momentos de forma pontual, assim como sexualidade, família e gênero.

Referem que os espaços de discussões poderiam existir, mas são negados. A religião ainda é muito forte no Brasil e profissionais de Psicologia também possuem religião. É preciso refletir como psicólogas e psicólogos estão inseridas/inseridos neste âmbito. Questiono o que é laicidade e se referem ao Estado que não se rege pelos valores de determinada religião, não será a base do Estado, bem como prevê a liberdade religiosa, liberdade de exercer as religiões para as pessoas. Compreendem bem que a laicidade no Brasil é complexa quando temos uma bancada religiosa que pauta politicamente valores religiosos.

Afirmam que a intolerância e o conservadorismo abrem espaço para profissionais da Psicologia atuarem em direção à cura gay e “o resultado é catastrófico”. Uma estudante aborda a importante minúcia de que é exatamente na previsão dos resultados desastrosos que a instituição, que pode ser opressora, também pode e deveria neste caso ser um espaço de discussões da ética e dos limites. Aponta que é preciso refletir o aproveitamento do espaço institucional para tal; se cada docente se propuser a abrir um espaço de discussão, teremos um benefício.

Elucidam que há um imaginário de que todas as pessoas que compõem a universidade são pacíficas, feministas, de esquerda, o que não é realidade, pois ela é uma representação da sociedade. Neste sentido, seria o caso de discutir de forma mais profunda uma ética do fazer com base em temáticas importantes. Surge aqui um norteamento de repensar o curso e suas disciplinas, em que é considerado viável trocar algumas disciplinas por outras que pudessem abarcar as temáticas discutidas e ainda como componente obrigatório. Acreditam ainda ser necessário definir melhor o perfil do curso e que profissional se quer formar, aprofundando

conteúdos. Compreendem que na prática há um direcionamento da formação para a pesquisa e ficam lacunas para o fazer. Indagam para quem se está fazendo a ciência psicológica, como e para quem se dá seu fazer. Indicam que há uma reprodução de conhecimento norte americano e europeu de maneira geral, em que se veem na posição de ler textos para as aulas.

Consideramos reforçar o compromisso social do projeto pedagógico e os espaços potentes no currículo do curso com proposituras decolonialistas demarcando lugar de teoria e identidade (COSTA, 2014).

Nesta hora dão-se conta de que há também momentos em que há discussões de conteúdos da realidade, citando uma professora que assume este papel de impulsionar esses olhares críticos para o que ocorre, sendo uma entre várias/vários. “É a ética dela, mas não é espaço comum no curso”. Embora pontual, consideram importante apontar uma luz para o que está dando certo. E aí pensam que há espaço nas disciplinas existentes para que esses debates circulem durante a graduação. Neste sentido, retornamos ao currículo ratificando a necessidade de adequação de ementas, conteúdos e referências de forma a garantir que se realizem produções de conhecimento baseadas nas constituições e realidades de sujeitos. Como exemplo pensemos que ao invés de “Questões do debate atual” pudéssemos contar com conjuntura político-social frente à constituição de sujeitos e o posicionamento do CFP. Não deixaria de haver uma abertura para as épocas vivenciadas historicamente falando, mas existiria uma amarração de abordagem dos posicionamentos políticos, da constituição de subjetividades humanas e funcionamento social, bem como a aliança com um fazer ético refletido e, por que não, problematizado ante as legislações, posicionamentos e orientações que regem a profissão em seu fazer técnico.

Concluem que há uma relação de subdiscussão das temáticas referidas com uma tendência também vivenciada em outros espaços, ante o que elas representam. No entanto, sendo fundamental perceber para agir sobre isso, levando em conta as dificuldades. “Agir sobre!”.

Reflito aqui sobre as ideias da importância de saberes localizados de Haraway (2005), da educação para a libertação a que Paulo Freire foi adepto, e ainda a decolonização que algumas feministas abordam como uma necessidade da América Latina em valorizar suas próprias produções se apropriando de seus lugares de forma autônoma e protagonista. Isso implica o quão importante é contextualizarmos nossos saberes e práticas de forma a proporcionar discursos e acontecimentos para quebra de amarras, para liberdade das subjetividades, sendo função por excelência da Psicologia.

É importante não desconsiderar a fala discente acerca da professora que aborda sobre os acontecimentos. Considerar assim a fertilidade das relações docentes-discentes como propiciadoras de produção de conhecimento e consolidação dos já adquiridos.

Apresentei um trecho de um vídeo de Marisa Lobo, que se intitula psicóloga cristã, como forma de ilustração da questão religiosa utilizada com respaldo da Psicologia. O grupo demonstrou sua indignação com uma psicóloga destruindo as teorias de gênero, de sexualidade como diversidade, bem como família, ainda com uso de termos de guerra. Concordam que a falta de discussão crítica e profunda durante o curso de graduação em Psicologia abre brechas para este tipo de prática e de ideologia política. O discurso dela teria se reproduzido no esteio do vazio sem discussão, segundo o grupo.

Uma estudante refere que o respeito deve existir dos dois lados, em que as pessoas possam vivenciar seu gênero e sexualidade enquanto identidades diversas, mas igrejas podem definir seus preceitos, como o casamento. E com o tempo as últimas vão se modificando aos poucos, no entanto, nem elas deveriam exercer perseguição às pessoas ditas fora dos padrões religiosos, nem tais pessoas poderiam impor expressões como casamento gay religioso enquanto não for tal situação diluída entre as práticas de cada espaço.

É nesse sentido que o Sistema Conselhos de Psicologia emitiu um posicionamento acerca da Psicologia, religião e espiritualidade, com base na laicidade do Estado e liberdade religiosa enquanto princípios pétreos. Ele define que todas as ações da Psicologia frente a essas questões devem considerar os preceitos ético, jurídico e sócio-históricos da diversidade cultural e religiosa da sociedade (2013).

Um estudante pondera que discutir pode não ser elemento suficiente para práticas éticas, uma vez que as pessoas de determinados seguimentos religiosos, demonstrado no vídeo, estão buscando o ensino superior como forma de autorização para os embates religiosos hegemônicos. Já que não é a mesma coisa, como haviam considerado, uma pessoa qualquer ou uma psicóloga argumentar. No vídeo ela utiliza Darwin, Freud e Butler para desconstruir uma visão não binária de mundo como sendo o antinatural, fazendo uso do termo foucaultiano (1976/1994). Refletem como se dá o discurso dela e de outras pessoas que assim agem e questionam a intervenção dos Conselhos Regionais de Psicologia. Explico que já houve diversas tentativas de cassação de título por parte do conselho, mas ela sempre recorre a uma instância maior e consegue anular as tentativas. Pensam então que a discussão se torna ainda mais necessária, não apenas uma vez, mas como um trabalho contínuo, promovendo uma coesão ao invés de segregação da categoria, evitando que as pessoas sigam tais posturas. Não esquecem ainda que pode não ser interessante para todo mundo e aí está a problemática.

É neste momento que faço a reflexão de que de fato é preciso discutir e se aproximar das legislações e norteamentos da profissão, compreendendo que mesmo que não se concorde com o posicionamento do órgão de classe, é possível dialogar, mas em última instância é preciso abrir mão de determinadas atuações para não ir contra a categoria. Esse tem sido um trabalho que tenho realizado em sala de aula enquanto docente, sempre fomentando a pensabilidade crítica da necessária coesão da categoria em torno de um posicionamento. Sim, nós temos lado e é o do respeito às diversas condições de subjetivações humanas.

Esta oficina parece ter sido a que os conceitos eram melhor sabidos pelo grupo discente. Reflito que se trata de estudantes com postura crítica interessante e com acesso a informações sobre a atual conjuntura política atravessada pelas ideologias religiosas. Neste sentido, os conceitos de religião, espiritualidade e laicidade se faziam apropriados por aqueles/aquelas que se expressavam, embora sem fundamentarem na Psicologia.

Abro esta ressalva para relatar que uma estudante não verbalizou em nenhuma das oficinas, embora tenha concordado em participar da pesquisa e não tenha apresentado postura de resistência em estar ali e nem ao que era colocado, parecendo sempre concordar. Como ela interagiu de outras maneiras, como na socialização do lanche, entendi que se tratava de timidez, ainda respaldada por estar contemplada nas demais falas, pois eu sempre perguntava se alguém teria mais algo a colocar ou diferente do que havia sido dito e ela sempre dizia discretamente que não tinha mais nada.

Por fim, reafirmo que o grupo estudantil demonstrou em todas as oficinas uma postura crítica, abertura ao conhecimento e suas produções. Se por um lado as/os estudantes não conseguiram realizar conceituações e aprofundamentos teóricos acerca dos nossos marcadores; por outro, demonstraram estarem aptas/aptos para realizarem reflexões e ponderamentos acerca de concepções cristalizadas e estanques dos modos de existir. Esta é também uma postura política fundamental construída no processo de formação em paralelo às experiências e relações vivenciadas em diversos espaços, que possibilitam produção de compreensões/atuações e concepções não arraigadas e contextualizadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os tropeços, choros e alegrias durante os anos de construção desta tese. Até travei a escrita e leituras em alguns momentos; em outros senti-me instigada. Esses anos foram uma imersão em minha própria ambiguidade. Medos dos retrocessos, do fascismo instaurado em alguns momentos e práticas dessa história; motivação em movimentos legítimos de ocupações dos espaços e das cidades; protestos, alguns que participei sempre vestida de roxo ou lilás do feminismo, representada em minha luta por um mundo melhor. Discussões de temas e vivências; aproximações de pessoas que pareciam diferentes e eram mais parecidas em suas ideologias do que eu esperava. Participação em coletivo ou talvez movimento na universidade, protagonizando uma luta por segurança para as mulheres. Aproximação mais profunda com o feminismo e reconhecimento ainda maior de minha identidade e lugar no mundo, que pode ser fortalecido e ressignificado sempre a cada apropriação e realização de mim.

Entendo então esta tese como uma escrita de mim, com participação de outras pessoas nos processos metodológicos, mas também imaginários. Dou-me conta que tantas pessoas fazem parte de mim e ao mesmo tempo me construo numa singularidade coletiva. Refleti muito sobre as mulheres e me vejo numa próxima escrita muito mais voltada para tal especificidade. Mas, também me vi pensar nas violências e vulnerabilidades de diversas ordens. Desejei aprofundar em outras temáticas e devaneei sobre isso. Pude levar isso para a sala de aula, para dentro de mim e para fora, para experiências novas e inimagináveis, num misto de sentimentos, muitas vezes entre alegria e sofrimento do construir-me incessantemente. Dividi com colegas e amigas/amigos também construções e incertezas. Com minha orientadora abracei-me e chorei em meio à conjuntura num determinado momento de ocupação na UFPE, mas também vivemos este compartilhar por outros atravessamentos do afeto. E também comemoramos juntas outras vezes!

Acompanhei ainda distorções das relações docentes e docentes-discentes dentro do próprio programa. Julgava antes que num curso de Psicologia, sobretudo num programa de pós-graduação, isso fosse inviável. E é, porque inviabiliza mesmo construções, mas não quer dizer que não ocorra. Fui convidada para uma reunião de averiguação de uma disciplina em que a posição da professora e ainda a de nós estudantes foi questionada. Nela não me privei de demonstrar minha indignação e levantamos processos muito mais graves que são invisibilizados dentro do programa.

Foram muitos pensamentos, críticas, surpresas, dúvidas e descobertas ao longo da análise deste material. Torna-se imperativo afirmar que o mergulho na instituição, hibridamente

entre estudante e pesquisadora, ao longo de 18 anos, fazia esperar questões já conhecidas como lacunas na área atual de pesquisa. O fato é que, se frouxidões foram encontradas na Psicologia, amarrações também se fizeram presentes, que anteriormente não existiam. Neste sentido, é possível apontar avanços importantíssimos, e fundamental constatar que ainda são insipientes às demandas da atuação após o processo de formação e necessitam continuar sendo investidos, na disputa que é a construção e efetivação de um currículo, como afirma Arroyo (2013).

É bem verdade que em minha experiência cheguei ao campo profissional sem noções básicas de gênero, sexualidade e família, as quais fui impelida a buscar de outras formas, pois a formação não me ofereceu. Esta relação foi se tornando cada vez mais emergente, de forma que fui adentrando na área enquanto pesquisadora, a partir do curso de mestrado, para compreender melhor e consolidar meu domínio teórico-prático. Quanto mais conhecia, mais percebia a necessidade de conhecer e produzir conhecimento e daí surgiu a demanda de pensar também outros marcadores. Foi assim que realizei no momento o recorte da relação com a religião/religiosidade/laicidade. Este último ainda sendo tão pouco explorado no curso.

Saliento que, muitas vezes, esses conteúdos não se fazem percebidos como necessários em alguns aspectos por muitas/os psicólogas/os. Ou seja, após a formação muitas/os profissionais permanecerão com tais lacunas, sem se darem conta da importância de acessar de forma mais balizadora aspectos da constituição humana. Não me considero pronta neste sentido, pois há muitos recortes que ainda se fazem lacunas para mim, portanto, percebo-me em contínuo processo de formação.

Consideramos então a importância de rediscutir os dois documentos básicos do curso de Psicologia e ponderar os conteúdos fundamentais que poderiam ser melhor aproveitados e estruturados para as discussões e produções de conhecimento na Psicologia. É válido ainda salientar que poderíamos citar outros diversos marcadores que também não foram percebidos como prioridade nos documentos, como raça, classe, etc., mas optamos por um recorte necessário de pesquisa.

Vale ressaltar que esta pesquisa, debruçada nos documentos do curso e no trabalho com um grupo discente, apresentou como limite um próximo momento junto ao corpo docente. Mantemos a perspectiva de um porvir em que esta etapa possa ser efetivada, já que por ora tornou-se inviável. Compreendemos como um momento a ser construído a partir da apresentação das conclusões produzidas nas etapas realizadas, de maneira a promover reflexões com as/os professoras/professores no intuito de produzir benefícios ao curso e fortalecimento à Psicologia, corroborando com a proposta de transformação e crescimento da noção de pesquisa interventiva (GIL, 2010).

Em meio aos dissabores vivenciados neste percurso, em 30 de outubro de 2018, me recuperava do trator que passou sobre mim. As eleições talvez mais complexas da história do Brasil elegeram ao cargo da presidência o candidato que defende que mulheres devam ganhar menos, prega contra o que o projeto político disfarçado de religião denomina de ideologia de gênero, proferiu afirmativas esdrúxulas sobre pessoas negras, refugiadas, indígenas, LGBTQI+. Ainda não retrocedeu em afirmar que “o erro da ditadura foi torturar ao invés de matar”, tem por ídolo o considerado maior torturador da ditadura brasileira de 1964, o Coronel Brilhante Ustra. Mais de uma vez ameaçou a “petralhada”, a esquerda brasileira na qual me encontro, com seus símbolos de armas, de fuzilar quem estiver desse lado, e ainda que iria mandar a esquerda simbolizada pelo Partido dos Trabalhadores para “a ponta da praia”. Logo após sua eleição produziu um vídeo em que ameaça professoras/es, bem como seu filho fez outro cujo conteúdo é uma ameaça para profissionais da Psicologia.

Entre ameaças e fortalecimentos, o CFP lançou uma campanha em defesa dos direitos humanos em 2018, se posicionando como órgão que manterá o lugar da resistência em defesa da vida digna, como preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o nosso Código de Ética Profissional. E sim, há muitas pessoas na Psicologia preocupadas com seu rumo e dialogando para garantir o fazer ético e libertador das subjetividades, o compromisso social com todas os grupos.

Tudo isso faz concluir que as ciências humanas não podem se dar ao luxo de uma previsão muito fluida de seus cursos, em que incitará a repressão de maneira muito fácil e ferrenha. Mais que nunca é explícita e urgente a necessidade de bases documentais fortalecidas para garantir a discussão dos temas das vidas, das vulnerabilidades, da sociedade, de forma a participarmos da promoção de uma sociedade mais justa.

O que era um projeto piloto no início deste trabalho tomou a proporção da Psicologia como um todo enquanto ciência e profissão. Retomo o conceito de objetividade de Haraway (2005) acerca do lugar de onde partimos em pesquisa. É em prol dele que trabalhamos. Novamente aí o reconhecimento do deslocamento que se faz, por meio de caminhos difíceis, em que não resta mais dúvidas de uma maneira geral de que precisaremos produzir uma Psicologia mais específica voltada para às nossas necessidades, política, decolonizada e plural, em relação com os DH's, como afirmava Marcus Vinícius (2007).

Destaco aqui neste íterim a participação estudantil que se fez visivelmente interessada nos frutos deste trabalho, comprometida com uma Psicologia imbricada numa sociedade com a potência da construção de justiça social. Como docente compreendo que não é geral a capacidade crítica de estudantes psis, já que não é um elemento de nossa cultura educacional,

mas temos uma geração que é perpassada pelas nossas temáticas e clama por elas. As/os discentes com quem tive a honra de trabalhar possuem as particularidades de serem de instituição pública – mais tempo dedicado aos estudos, disponibilidade para participação em pesquisa, maior participação em eventos, extensão e pesquisa, já que nas IES particulares nem sempre há essas possibilidades. Neste sentido, essa escrita se faz imaginariamente com suas presenças, pois mesmo que em alguns momentos não soubessem conceituar mais apropriadamente os termos aqui utilizados, a capacidade dialógica esteve sempre presente, nos impulsionando ao conhecimento e a transformações que ali já discorriam, concretizando árdua e prazerosamente a perspectiva da pesquisa interventiva.

Desta maneira, aponto que percebemos dificuldades de conceituação e aprofundamentos teóricos por parte das/dos discentes que participaram das oficinas desta pesquisa. Por outro lado, embora o próprio grupo já afirmasse uma lacuna de compreensões, consideradas numa delimitação do curso, também se demonstraram capazes de produzir importantes críticas ante nossas temáticas. Se pensarmos na atuação profissional, nos inclinaremos a acreditar que se tornarão, durante o curso, hábeis em lidar com as problematizações dos marcadores sociais que trabalhamos, a refletir sobre os modos de subjetivação.

Trataria-se assim de um campo fecundo para maiores apropriações da Psicologia enquanto ciência e profissão, com uma abertura para o crescimento exponencial. Desta forma, o aprofundamento teórico se faz fundamental para o desabrochar constante de uma semente que já floresce neste curso.

Nesse processo tão turbulento que foram e estão sendo esses anos e a expectativa para os próximos, tudo passa a fazer mais sentido. Não sou apenas acadêmica, não sou apenas professora, sou psicóloga, sou mulher, também carrego minha religiosidade numa experiência que entendo libertadora, e tudo isso se mistura.

Nesse momento não tenho dúvidas de que sou ou estou docente porque sou psicóloga e quando na docência não saio do lugar de psicóloga. Entendo que é preciso pensar na profissão e seus compromissos para estabelecer o lugar da docência e assim também as suas bases. Estamos numa sociedade que urge o trabalho do social, da ética, da solidariedade e da sororidade que o feminismo trava sob o apoio entre mulheres. A Psicologia não pode se eximir disso. Nada adianta sabermos técnicas e abordagens se os direitos humanos estiverem ameaçados e violados. É preciso equilibrar essas relações!

Enquanto ponderava acerca de equilíbrio, assisti o (des)governo de transição oficializar a portaria 3.449, de 25 de outubro de 2018, que

institui Comitê com a finalidade de consolidar normas técnicas, diretrizes operacionais e estratégicas no contexto da política pública sobre o álcool e outras drogas, que envolvem a articulação, regulação e parcerias com organizações da sociedade civil denominadas Comunidades Terapêuticas (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, 1 de novembro de 2018).

É premente considerar que em 2017 o CFP realizou inspeção em 28 comunidades terapêuticas, encontrando em todas elas práticas que caracterizam violação de direitos e seguem a lógica asilar dos manicômios que não deveriam mais existir no país. Apesar do aparato legal jurídico de impedimento, tais práticas de violações ainda são institucionalizadas em nome de um cuidado. Decorre urgência de intensa intervenção para que se possa transformar essas ações e construções sociais sobre grupos específicos, garantindo-lhes espaços e tratamentos de saúde adequados.

Não podemos invisibilizar que esse modelo institucionalizador desrespeita as políticas nacionais de saúde mental, bem como estudos na área. Sendo assim, trata-se de um desmonte do sistema público em detrimento de interesses mais particulares de articulações, uma vez que a maior parte dessas instituições possui cunho religioso, aos quais as/os usuárias/usuários são submetidos sem liberdade. Temos aqui ainda um desrespeito ao princípio constitucional da laicidade. A liberdade também estava cerceada quando foram encontrados na maioria dessas CT's a repressão a identidades sexuais e de gênero.

Não cabe aqui o destrinchamento maior desta questão, que pode ser encontrada no Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, publicado em junho deste ano, em que o CFP “evidencia questões, convoca à reflexão e exige uma tomada de posição por parte do Estado e da sociedade brasileira” (p. 10).

A perseguição já se iniciou à Psicologia, especificamente ao CFP, acusando-o deturpadamente de partidarismo. Esse movimento se dá porque este órgão se posicionou contra as ameaças de direitos humanos com as quais o candidato presidencial se apresentava. Em suas falas, facilmente encontradas online, inclusive em diversos vídeos, não resta dúvidas de que não constitui apenas alguém que ocupa um lugar de disputa numa democracia, mas ao contrário, alguém que ameaça a própria democracia, e com ela a Psicologia e as Ciências Humanas. Neste sentido, os posicionamentos do CFP e CRP's direcionam-se de acordo com o preconizado em nosso Código de Ética, que nos norteia à defesa da Ciência da Psicologia e da sua relação com a sociedade, pautada pelos DH's. No entanto, assim como ocorreu na campanha, já existem as falsas notícias contra os Conselhos e disseminações de aparatos persecutórios de desconstrução das atuais gestões, sabidamente já acompanhada por um grupo

menor, porém potente devido ao trabalho incessante, de profissionais com pautas religiosas e em nome de uma ciência desvinculada da política.

Ora, a própria história da Psicologia é toda imersa nas questões políticas, fazer ciência é fazer política, cuidar é política, direitos humanos também é política. Realizam assim uma distorção no conceito de política de maneira a confundi-lo com partidarismo, em prol de uma acusação falaciosa.

O movimento Escola Sem Partido – também agora utilizando em paralelo o Conselho sem Partido, para o CFP – está fortalecido, em nome da moral e dos bons costumes. A distorção aqui emerge no conceito de “Ideologia de Gênero”, que erroneamente dissemina à população a ideia de que estaríamos defendendo o ensino de sexo e uma instigação à transexualidade para as crianças escolares.

A Psicologia, a Psicanálise desde Freud, sempre afirmaram que o desejo não se constitui por uma modelagem. Por outro lado, a violência e o desrespeito, sim, podem ser aprendidos e reproduzidos. É por esta lógica que defendemos a condução educacional acerca do respeito às diversidades de todas as ordens na escola, uma vez que muitas famílias por diversos fatores não dão conta disso no processo de educação doméstica e muitas pessoas sofrem as consequências, bem como são espaços de produção social (LOURO, 2015).

As últimas oficinas que seriam realizadas com docentes foram adiadas por questões internas que o programa passava e fiz a escolha de aguardar. Contudo, o decurso deste doutorado não foi de períodos que se acalmavam e tornou-se mais viável a conclusão sem esta parte inicialmente proposta, uma vez que a prática também confirmou os conteúdos produzidos junto ao grupo discente.

O que no início se configurava como riscos aos documentos com lacunas, bem como aos conteúdos caros à Psicologia, confirmados nos entendimentos discentes bastante potentes, agora se faz presente nas ameaças e perseguições concretas que se apresentam na conjuntura político-social. É fundamental que trabalhemos o direito à liberdade diversa de existir, crer, ser e pensar!

Retomo ainda a imensa alegria de concluir que muito já mudou, uma vez que os deslocamentos discursivos se produzem na micropolítica das relações e das instituições, na resistência enquanto poder (FOUCAULT, 2008). Há agora um projeto pedagógico que se compromete com o social. Há um currículo potente para as discussões dos marcadores sociais. E ainda um corpo docente plural que pode ser capaz de dar conta de uma Psicologia plural, assim como são as existências.

Almejamos ante tanta potencialidade que as amarrações de conteúdos, enquanto postura política, por meio da ética da libertação das subjetividades, possa ser realizadas. Que a Psicologia acadêmica possa, cada vez mais, crescentemente estar a serviço da população, dos indivíduos, comunidades, grupos, das relações. Assim, que a disputa do currículo se dê em nome de um território da diversidade das existências.

## REFERÊNCIAS

- ARÁN, Márcia. Políticas do desejo na atualidade: a psicanálise e a homoparentalidade. **Rev. Psicologia política**, Rio de Janeiro, n. 21, jan./jun., 2011, v. 11.
- ARIÈS, PHILIPPE. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed., Rio de Janeiro: LTC, 1984.
- ARROYO, MIGUEL. **Currículo, Território em Disputa**. Belo Horizonte: Vozes Limitada, 2013. Disponível em: <http://files.zeadistancia.webnode.com/200000174-86c3687bd8/ARROYO%20Print.pdf> Acesso em: 22 maio 2018.
- AZEREDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 175-188, apr. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2010000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000100011&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 01 jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100011>.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei 4.119/1962**. Brasília, 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm) Acesso em 08 abr. 2016.
- BRASIL. **Lei 13.005/2014**. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> Acesso em: 10 jan. 2017.
- BRASIL. **Medida Provisória no. 870/2019**. Brasília, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm) Acesso em: 06 jan. 2019.
- BRASIL. **Medida Provisória no. 696/2015**. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv696.htm) Acesso em: 10 jul. 2018.
- BRASIL. **Projeto de Lei PL no. 5069/2013**. Brasília, 2013. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1381435&filename=Tramitacao-PL+5069%252F2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1381435&filename=Tramitacao-PL+5069%252F2013) Acesso em: 01 mar. 2018.
- BRASIL. **Projeto de Lei PL no. 478/2007 – Estatuto do Nascituro**. Brasília, 2007. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=443584&filename=PL+478/2007](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443584&filename=PL+478/2007) Acesso em: 05 ago. 2018.
- BRASIL. **Projeto de Lei PL no. 6583/2013 – Estatuto da Família**. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1159761](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761) Acesso em 24 out. 2017.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional PEC no. 99/2011**. Brasília, 2011. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=021632C17E71BDB3335D3C46049A7D70.proposicoesWeb1?codteor=1411853&filename=Avulso+-PEC+99/2011](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=021632C17E71BDB3335D3C46049A7D70.proposicoesWeb1?codteor=1411853&filename=Avulso+-PEC+99/2011) Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 7 de maio**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior, 2004. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf) Acesso em: 10 jul 2016.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 15 de março**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior, 2011. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 10 jul. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Trabalho original publicado em 2003)

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Trabalho original publicado em 2009)

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais Para os Cursos de Graduação em Psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai-Ago 2004, n.2, p.205-208, Câmara de Educação Superior Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004, v. 20.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA); FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL; INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). **Fundamentalismo religioso e Estado laico: reunião ampliada**. Rio de Janeiro, nov. 2015.

COIMBRA, Cecília. Direitos humanos e práticas psi. *In*: SANTANA, Severina (Org.). **Seminário de Psicologia de Direitos Humanos: direitos humanos pra quem?** Recife: EDUPE, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas**. Junho, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução no. 001/99**. Brasília, 1999. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf) Acesso em: 16 set. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução no. 002/2003**. Brasília, 2003. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/03/resolucao2003\\_02\\_Anexo.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/03/resolucao2003_02_Anexo.pdf) Acesso em: 16 set. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução no. 007/2003**. Brasília, 2003. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003\\_7.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf) Acesso em: 16 set. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução no. 006/2004**. Brasília, 2004. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/06/resolucao2004\\_6.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/06/resolucao2004_6.pdf) Acesso em: 16 set. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução no. 005/2012**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/Resolucao\\_CFP\\_005\\_12\\_1.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/Resolucao_CFP_005_12_1.pdf) Acesso em: 16 set. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução no. 001/2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf> Acesso em: 14 maio 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução no. 009/2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-09-2018-com-anexo.pdf> Acesso em: 14 maio 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Nota Técnica sobre Processo Transexualizador e Demais Formas de Assistência às Pessoas Trans**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf> Acesso em: 16 set. de 2017.

COSTA, Claudia. Feminismos descoloniais para além do humano. **Rev. Estudos Feministas**, set.-dez., Florianópolis: 2014.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Seção 1**, 1 de novembro de 2018.  
CORDEIRO, Sandro; COELHO, Maria das Graças. **Descortinando o conceito de infância na história: do passado à contemporaneidade**. Junho, 2007. Disponível em: [http://www.faced.uf.br/colulhe06/anais/arquivo/76SandroSilvaCordeiro\\_MariaPintoCoelho.pdf](http://www.faced.uf.br/colulhe06/anais/arquivo/76SandroSilvaCordeiro_MariaPintoCoelho.pdf). Acesso em: 13 mar. 2019.

DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estud. psicol.**, Natal, v.5, n.1, 2000. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2000000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000100006) Acesso em: 08 abr. 2016.

FAVACHO, André Picanço. O que há de novo nas disputas curriculares?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 929-932, Set. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302012000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300015&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 21 abr. 2017.

FERNANDEZ, Maria Aparecida. Direitos humanos e práticas psi. *In*: SANTANA, Severina (Org.). **Seminário de Psicologia de Direitos Humanos: direitos humanos pra quem?** Recife: EDUPE, 2007.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio. Sob o signo da multiplicidade. **Cadernos da Subjetividade**, ed. 1. 1993/3, v. 1, pp. 89-96.

FINE, Michelle. Feminist transformations of/despite Psychology. *In*: **Disruptive voices**. The possibilities of Feminist Research. The University of Michigan Press, p. 01-26, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Trabalho original publicado em 1969)

FOUCAULT, Michel. 2006a. 1957- A psicologia de 1850 a 1950. *In*: MOTTA, M. (org.), Michel Foucault. **Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Trabalho original publicado em 1999).

FOUCAULT, Michel. 2006b. 1965 – Filosofia e Psicologia. *In*: MOTTA, M. (org.), Michel Foucault. **Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Relógio D'água, 1994. (Trabalho original publicado em 1976).

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Trabalho original publicado em 2001).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Trabalho original publicado em 1970.

FREUD, Sigmund, 1908. Moral sexual "civilizada" e doença nervosa moderna. *In*: FREUD, S., **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 9.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: FARACO, Sergio. Porto Alegre: L&PM, 2018.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Série Pesquisa em Educação, Liber Livro: Brasília, p. 75, 2005, v. 10.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓMEZ, Salustiano. A religião como fenômeno antropológico: elementos constitutivos do fenômeno religioso. *In*: **PUC-MG**, Minas Gerais, s/d. Disponível em:

<http://gper.com.br/noticias/ad6cfcb1c9d146d8515ccbd2bed3006f.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX**, 2009. Disponível em:

<http://www.rodrigomedeiros.com.br/pos/download/oriana/01-ManifestoCyborgI.pdf> Acesso em: 31 ago. 2015. Trabalho originalmente publicado em 1985.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A Questão da Ciência para o Feminismo e o Privilégio da Perspectiva Parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, 1995. Trabalho originalmente publicado em 1988.

JCONLINE. **Lista ameaçando alunos e professores do CFCH circula nas redes sociais**. 07 nov. 2018. Disponível em: <https://m.jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/11/07/lista-amecando-alunos-e-professores-do-cfch-circula-nas-redes-sociais-31123.php> Acesso em: 08 nov. 2018.

LAGO, Vivian; AMATO, Paloma; TEIXEIRA, Patrícia; ROVINSKI, Sonia; BANDEIRA, Denise. **Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação**. Campinas: Estudos de Psicologia, out./dez., 2009. 26(4), p. 483-491

LIONÇO, Tatiana. Por que comecei a gritar na Câmara dos Deputados? É tempo de guerra moral no Brasil. In: **Gente Transviada: resistência é potência**. 7 mar. de 2013. Disponível em: <https://gentetransviada.wordpress.com/category/tatiana-lionco/> Acesso em: 10 jun. 2016

LIONÇO, Tatiana. Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 37(n. spe), 2017, 208-223. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0208.pdf> Acesso em 15 jan. 2019.

LISBOA, F. S.; BARBOSA, A. J. G. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, n.4, 2009, v. 29. Disponível em: "[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932009000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932009000400006&lng=en&nrm=iso)" Acesso em: 19 mai 2012.

LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MELLO, Luiz. **Novas Famílias: Conjugalidade Homossexual no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MENDES, Elio Braz. A Adoção de Crianças e Adolescentes: Um passo para a Felicidade permitida. In: Edilene Freire de Queiroz; Maria Consuelo Passos (Org.). **A Clínica da Adoção**. 1 ed. Recife: Universitária da UFPE, 2012, v. 1, p. 185-207.

MENDÉZ, Natalia. **Monogamia e Heterossexualidade: um breve apanhado histórico sobre a ótica de gênero**, 2008. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/comdim/usu\\_doc/monogamia\\_e\\_heterossexualidade.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/comdim/usu_doc/monogamia_e_heterossexualidade.pdf) Acesso em 20 maio 2016.

MÉSZÁROS, István. Tradução: TAVARES, Isa. **Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucietec, 2010.

MINAYO, Maria Cecília. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 3, p. 621-626, 2012, v. 17.

MORENO, Ana Carolina; TENENTE, Luiza; FAJARDO, Vanessa. **Entenda a polêmica em torno do 'Escola sem Partido'**. São Paulo: G1, ago. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml> Acesso em: 05 ago. 2016.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. **As novas guerras sexuais**: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius. Direitos humanos e práticas psi. *In*: Org.: SANTANA, Severina (org.). **Seminário de Psicologia de Direitos Humanos**: direitos humanos pra quem? Recife: EDUPE, 2007.

QUINALHA, Renan. Direitos Humanos e Diversidade. **Rev. Cult**, São Paulo: Ed. Bregantini, 2015. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/08/ideologia-de-genero-ou-o-genero-da-ideologia/> Acesso em: 05 ago. 2016.

RABELLO, Daniele; VIEIRA, Luciana. **Meu/minha filho (a)**: Investigando normas de gênero em famílias. Recife: Tarcísio Pereira, 2014.

RACHEL, Andrea. **Brasil**: a laicidade e a liberdade religiosa desde a Constituição da República Federativa de 1988. *In*: Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3300, 14 jul. 2012. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/22219/brasil-a-laicidade-e-a-liberdade-religiosa-desde-a-constituicao-da-republica-federativa-de-1988#ixzz38PDtkYu7> Acesso em: 24 jul. 2014.

REDAÇÃO FÓRUM. Apoesp: bancada evangélica quer incluir criacionismo e excluir religiões de matriz africanas do currículo escolar. **Rev. Fórum Online**, 02 de junho de 2016. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/bancada-evangelica-quer-incluir-criacionismo-e-excluir-religoes-de-matriz-africanas-do-curriculo-escolar-diz-presidenta-da-apeoesp/> Acesso em: 10 nov. de 2017.

REZENDE, Joffre. (2009). OFICINA. *Revista De Patologia Tropical / Journal of Tropical Pathology*, 2009. 38(2), p. 135-138. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/iptsp/article/view/6628> Acesso em: 15 fev. 2019.

SANTOS, Ana Célia; BONFIM, Maria do Carmo. **Pedagogia Feminista na Construção de uma Alternativa de Gênero**. *Diásporas, Diversidades e Deslocamentos*, Fazendo Gênero 9, 23 a 26 ago., 2010.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Rev. Estudos Feministas**, jan.-abr., Florianópolis: 2005.

SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA. **Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia para a questão da Psicologia, Religião e Espiritualidade**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Texto-aprovado-na-APAF-maio-de-2013-Posicionamento-do-Sistema-Conselhos-de-Psicologia-para-a-questão-da-Psicologia-Religião-e-Espiritualidade-8-2.pdf> Acesso em: 16 set. 2017.

SOLIGO, Angela. **Revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Psicologia**. 2017. Disponível em: <http://www.abepsi.org.br/revisao-das-diretrizes-curriculares-nacionais-para-os-cursos-de-psicologia/> Acesso em: 13 mar. 2019.

STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, mai.-ago., 2004, v. 12.

UZIEL, Anna, HERNÁNDEZ, Jimena & VIEIRA, Luciana. As psicólogas e as configurações familiares: limites e trânsitos entre ser e estar psicóloga dentro e fora de casa. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres**. Brasília, 2013. Disponível em <http://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-uma-profissao-de-muitas-e-diferentes-mulheres/>. Acesso em: 10 fev. 2015.

VIEIRA, Luciana. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, n. 2, jun, 2009, v. 9.

VIEIRA, Luciana, HERNÁNDEZ, Jimena; UZIEL, Anna. **As psicólogas e a homossexualidade: noções, princípios e exercício profissional**. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em <http://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-uma-profissao-de-muitas-e-diferentes-mulheres/>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA. **Laicidade e Psicologia: Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia para a questão da psicologia, religião e espiritualidade**. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: [http://www.crpsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho\\_ver.aspx?id=758](http://www.crpsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho_ver.aspx?id=758) Acesso em: 01 Set. 2014. Acesso em: 20 fev. 2016.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera; MEDRADO, Benedito. (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade**, 26(1), 32-43.

WEBER, Silke. Currículo mínimo e o espaço da pesquisa na formação do psicólogo. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, n. 2, 1985, v. 5. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931985000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931985000200004) Acesso em: 08 abr. 2016.

## ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA DISCENTES

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução 466/12)

Convidamos a (o) Sra. (Sr.) para participar como voluntária (o) da pesquisa Compreendendo as interrelações entre Gênero, Sexualidade, Família e Religião na Formação em Psicologia, que está sob a responsabilidade da pesquisadora doutoranda Daniele Cristine Cavalcanti Rabello, endereço profissional Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Departamento de Pós Graduação em Psicologia/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas - **Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LabEshu)** - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670-901. **Telefone:** 2126-8271, email: danielerabello@hotmail.com. Também participa desta pesquisa, como orientadora, a pesquisadora Dra. Luciana Leila Fontes Vieira (Telefone: 81-21268271, email: lufontesvieira@hotmail.com).

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando. Após ser esclarecida (o) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do/a pesquisador/a responsável. Em caso de recusa a (o) Sra (Sr.) não será penalizada (o) de forma alguma, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

A pesquisa intitulada “Compreendendo as interrelações entre Gênero, Sexualidade, Família e Religião na Formação em Psicologia” tem por objetivo analisar a formação em Psicologia atravessada pelos marcadores gênero, sexualidade, família e religião de docentes e discentes de Psicologia e seus desdobramentos para as/os discentes. Para tanto, serão realizadas entrevistas e grupos focais com docentes e discentes da universidade analisada. Uma vez que são aspectos constituintes da condição humana, temos como meta aprofundar a discussão na área e oferecer respaldo teórico à Psicologia no que tange aos conteúdos trabalhados.

A entrevista é composta por perguntas abertas, e durará cerca de 1 (uma) hora, sendo necessário apenas um encontro para sua aplicação, podendo se estender a no máximo dois, caso haja necessidade, em local acordado com antecedência. Os grupos focais terão duração média de 1 (uma) hora e meia, sendo necessário apenas 1 (um encontro), em local previamente acordado. Esta pesquisa apresenta como risco para a (o) Sra. (Sr.) a possibilidade de constrangimento diante de alguma temática que lhe cause desconforto. A fim de minimizar essa possibilidade, a entrevista será feita em local reservado e a (o) Sra. (Sr.) pode se recusar a responder qualquer pergunta realizada. No caso dos grupos focais, também utilizaremos um espaço reservado para tal, apenas com as pessoas que desejem colaborar com a pesquisa, acordando o respeito mútuo entre todos (as) os (as) participantes. Como benefícios diretos esperados, apontamos a possibilidade de contribuir com sua formação, na reflexão sobre as temáticas e como trabalhá-las na Psicologia de forma a contribuir com uma sociedade mais justa. Como benefícios indiretos, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a discussão sobre estas temáticas na sociedade, colaborando com a diminuição do preconceito e estereótipos presentes no dia-dia, que marcam tantas pessoas. Os resultados também poderão ser úteis aos/às participantes da pesquisa e seus familiares que, muitas vezes, buscam orientação ou ajuda para compreender melhor experiências diversas no campo da sexualidade e do gênero. O material produzido poderá colaborar com futuras construções de políticas públicas e deliberações da ciência da Psicologia, no que diz respeito aos conteúdos trabalhados. Ao final da pesquisa, haverá um encontro para devolutiva, marcado previamente com as (os) participantes, em que haverá a apresentação e discussão do conteúdo produzido.

Para a gravação das entrevistas e filmagem dos grupos, serão utilizados gravador de áudio e câmera filmadora visíveis durante a realização da pesquisa. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão em arquivos armazenados na sala do grupo de pesquisas a que esse estudo se vincula (Labeshu, situado no sétimo andar do CFCH), pelo período mínimo de 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelas pesquisadoras (ressarcimento de transporte e alimentação). Caso ainda sinta algum desconforto vinculado diretamente a sua participação nessa pesquisa, contamos com oferta do apoio psicológico do Serviço de Psicologia Aplicada, localizado na avenida Acadêmico Hélio Ramos, nº 518, Várzea, telefone: 2126-8731.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, a (o) Sra. (Sr.) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

---

(assinatura do/a pesquisador/a)

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o/a pesquisador/a responsável, concordo em participar do estudo Compreendendo as interrelações entre Gênero, Sexualidade, Família e Religião na Formação em Psicologia, como voluntária. Fui devidamente informada (o) e esclarecida (o) pelo/a pesquisador/a sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura da (o) participante: \_\_\_\_\_

Impressão  
digital  
(opcional)

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite da (o) voluntária (o) em participar.** (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

**ANEXO B - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO**

Questionário N. \_\_\_\_\_

Nome da (o) entrevistada (o): \_\_\_\_\_ Iniciais: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Profissão/Ocupação: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local de Nascimento: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Gênero: \_\_\_\_\_

Orientação Sexual: \_\_\_\_\_

Cor/Raça: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_

Entrevistada (o) (assinatura) \_\_\_\_\_

Entrevistadora (assinatura) \_\_\_\_\_

**ANEXO C - PERGUNTA DISPARADORA E ROTEIRO-GUIA DE ENTREVISTA**

Nome (iniciais):

Docente ( ) Discente ( )

**Pergunta Disparadora**

- Como são abordadas as temáticas gênero, sexualidade, família e religião na Psicologia?

**Roteiro-guia de entrevista**

1. O que você entende por gênero?
2. O que você entende por sexualidade?
3. Você pode definir família?
4. Como a sua religião aborda as questões de gênero, sexualidade e família?
5. Qual a relação entre Psicologia e Religião?
6. O que você entende por laicidade?